UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RODRIGO DE SOUZA ARAUJO

A crise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos – dinâmicas na posição brasileira sobre o caso

SÃO PAULO
2017

RODRIGO DE SOUZA ARAUJO

A crise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos – dinâmicas na posição brasileira sobre o caso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Relações em Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Deisy Ventura

SÃO PAULO
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Araujo, Rodrigo de Souza
A Crise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos - dinâmicas na posição brasileira sobre o caso / Rodrigo de Souza Araujo -- Orientadora: Deisy de Freitas Lima Ventura. São Paulo: 2017.
112 p.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo.

1. Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). 2. Direitos Humanos - Brasil. 3. Política Externa - Brasil . I. Ventura, Deisy de Freitas Lima. II. Título.

CDD 323.0981

AGRADECIMENTOS

A produção desse trabalho surge a partir de um interesse pelo conhecimento, pelas relações humanas, e pelos esforços daqueles que lutam pela construção de um mundo mais justo e ponderado em todos os espaços. Acredito que a produção acadêmica nunca deve se afastar demais dos problemas materiais que nos cercam, caso contrário ela perde o sentido de sua própria feitura. Assim a construção do conhecimento também se constitui em ferramenta histórica e política que ajuda na transformação da sociedade. Apesar e por conta disso, a produção dessa dissertação não foi um processo simples ou fácil, queria então agradecer a todas as pessoas que me ajudaram nos momentos de dúvida e dificuldade, em primeiro lugar à minha orientadora, Deisy Ventura, pela inspiração, por ter me confiado esse tema de pesquisa, pela paciência e compreensão, das quais eu por vezes abusei, e que sempre buscou me manter em foco e motivado. À minha família, meus pais, Doralice e Osvaldo, e meus irmãos, Diego e Denise, que mesmo sem saber exatamente quais eram meus planos e projetos sempre me apoiaram, mostraram confiança no meu potencial e foram compreensivos nos momentos de isolamento de trabalho. Agradeço também a todos os meus amigos que, no terreno da academia ou não, me motivaram, confortaram e me ajudaram a me levantar quando preciso mostrando que nossos laços não servem apenas para momentos de riso, também para aqueles de tempestade, e é essa troca de energia que nos mantém unidos. Aos meus entrevistados que generosamente dividiram suas experiências e tempo comigo, Raísa Cetra, Juana Kweitel, Paulo Vannuchi e àqueles que se mantém em sigilo, que ampliaram minhas ideias e perspectivas, e sem cuja abertura e franqueza eu jamais conseguiria realizar essa pesquisa. Aos funcionários do Instituto de Relações Internacionais que deram toda a assistência nos processos e trâmites da pós-graduação, sempre com cortesia e solicitude. A todos aqueles que antes de mim escreveram sobre os temas que a pesquisa toca, que inspiraram ideias e debates e com quem eu humildemente tento dialogar por meio do texto. E por fim, a todos os que me inspiraram, formaram e inspiram até hoje, os que lutam pela promoção e respeito aos direitos humanos, dentro e fora da academia, os que desafiam barreiras e lutam pela igualdade, os meus professores que me incutiram a curiosidade e o amor pelo conhecimento, me mostraram a paixão e a coragem por uma profissão que exige muito e reconhece pouco, e que dos primeiros anos de escola até as aulas da pós-graduação me deram um pouco de si, me passaram algo novo, e me mostraram que o mundo era maior do que eu imaginava.

Esta pesquisa não teria sido possível também sem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) concedido por meio dos esforços do Instituto de Relações Internacionais, em especial da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa, que permitiu a dedicação integral à pesquisa e motivou a realização de um bom trabalho.

RESUMO

Esse trabalho busca rever e analisar diversas narrativas sobre a chamada “crise do Sistema Interamericano de Direitos Humanos” e a posição brasileira na relação com esse sistema. A perspectiva de vários atores envolvidos mostra suas concepções de si, dos demais agentes e da própria crise, bem como as mudanças de suas estratégias, possibilitando um vislumbre das dinâmicas políticas presentes em casos de “alto perfil político”. Faz-se um breve histórico das relações entre o Brasil e o SIDH, e dos precedentes da crise. Foram entrevistados atores governamentais, da sociedade civil e da Comissão Interamericana, de modo a conferir um amplo panorama do caso e de seus múltiplos pontos de vista. O texto pretende discutir essas perspectivas, as conseqüências da crise sobre cada um dos atores analisados, bem como, propor a desconstrução do conceito de Estado racional para uma melhor compreensão de suas relações com outras instituições.

Palavras-chave: Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Política Externa em Direitos Humanos; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

This article seeks to review and analyze the various accounts on the "Inter-American Human Rights System crisis" and the Brazilian positioning on it. The point of view of the many agents involved reveals their conceptions of themselves, the others and the crisis itself, as well as the changes in their own strategies, which allows a glimpse on the politic dynamics working in the so-called "high-profile cases". A brief history of the relations between Brazil and the IAHRS is presented, as well as the precedent cases of the crisis. Agents from the Brazilian governments, the civil society and the Inter-American Commission were interviewed in order to provide a wide outlook on the case and its multiple perspectives. The text intends to discuss these perspectives, the effects of the crisis on each of the studied actors, and to purpose a deconstruction of the concept of Rational State to understand its relations with other institutions.

Keywords: Inter-American Human Rights System; Human Rights Foreign Policy; Brazilian Foreign Policy.

SUMÁRIO

1. Introdução 01

2. Marco teórico e métodos 04

3. Histórico e análises sobre o SIDH 11

4. Precedentes da crise 17

4.1 ***Caso Gomes Lund*** 17

4.2 ***Caso Belo Monte*** 22

5. Crise de legitimidade 25

6. Pós-reforma e crise financeira 38

7. Conclusões 44

8. Bibliografia 49

APÊNDICES – Transcrição de entrevistas 56

A – ANÔNIMO, Funcionário do MRE 56

B – ANÔNIMO, Funcionário da SDH 67

C – Raísa Ortiz Cetra – Conectas 85

D – Juana Kweitel – Conectas 100

E – Paulo Vannuchi 105

1. Introdução

Agora, não tem um país hoje que tenha uma relação de aplausos ao sistema

Paulo Vannuchi, comissionário da CmIDH [1]

Ao longo de 2011, o governo brasileiro envolveu-se em uma série de atritos com as instituições do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), em especial com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CmIDH), isso serve de catalisador para a chamada crise do sistema que se instala e perdura até o presente. Partindo de questionamentos sobre o funcionamento e a legitimidade do SIDH, a extinção da Comissão chegou a ser aventada, e uma crise orçamentária foi declarada a partir de 2013. Nesse contexto, a cambiante posição brasileira serve como referência das movimentações e negociações ocorridas durante a crise. Tradicionalmente descrito como membro expectador[2] nos foros da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil passou a atuar de maneira mais agressiva, com membros do seu governo fazendo declarações públicas sobre ingerências no país e sobre o uso geopolítico dos órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos[3].

O estopim da crise pode ser identificado na medida cautelar MC 382/10[4] de maio de 2011, que pedia a suspensão das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte[5]. O governo brasileiro reagiu com uma série de declarações questionando a razoabilidade da medida e a legitimidade da Comissão[6], mas foi além dos discursos tomando medidas contundentes como a retirada do seu embaixador na OEA, a

---

[1] VANNUCHI, Paulo. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede do Instituto Lula, São Paulo, 16/02/2017. Arquivo de áudio .mp4 (01h04min.) – A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E dessa dissertação. p. 114.

[2] SOTERO, Paulo. *El desafío brasileño: cómo gestionar las relaciones regionales asimétricas más allá de la OEA*. Revista CIDOB d'afers internacionals, Barcelona, n. 97-98, pp. 101-116, 2012.

[3] "Lobão critica OEA por ingerência em Belo Monte". *Exame*, São Paulo, 06 de Abril de 2011. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/lobao-critica-oea-por-ingerencia-em-belo-monte/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[4] COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Medidas cautelares outorgadas pela CIDH no ano de 2011*. Washington, 2011. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>. Acesso em: 03 mar. 2015.

[5] *OEA solicita suspensão imediata de Belo Monte*. UOL, 05 de maio de 2011. Disponível em: <https:/noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/05/oea-solicita-suspensao-imediata-de-belo-monte.htm>. Acesso em: 03 mar. 2015.

[6] BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA*. Nota à imprensa n. 142, Brasília, 5 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2555-solicitacao-da-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-cidh-da-oea>. Acesso em: 03 mar. 2015.

suspensão dos repasses financeiros para a OEA, de qual o SIDH faz parte[7], e a constituição de um grupo de trabalho, com os demais países, para a discussão de uma reforma do sistema, em junho de 2011.

Desencadeada a crise, diversos atores se mobilizam no sentido da proposição de reformas duras ou da defesa do sistema que estaria sob ameaça de extinção. Acadêmicos e ativistas fazem pronunciamentos à imprensa e uma forte mobilização da sociedade civil se organiza pedindo maior transparência e voz durante esse processo. Alianças contrárias ao SIDH são constituídas dentre os países do continente. Do mesmo modo, parece haver dentro do governo brasileiro a formação de grupos pró e anti-SIDH, em mobilização para definir a posição brasileira a esse respeito.

Trata-se, portanto, de um momento de ebulição das discussões sobre o sistema interamericano e de catarse de insatisfações que se acumulavam há anos nos governos da região[8]. A crise e o questionamento da legitimidade do sistema fazem surgir vozes que discutem até mesmo a necessidade de um sistema de proteção de direitos humanos, ou mudanças no formato desse sistema. Com esse cenário as fragilidades do sistema interamericano são expostas como nunca antes. Discute-se sua agenda de direitos, o funcionamento de suas relatorias, seu risco de instrumentalização, seus mecanismos de financiamento e de proteção de direitos. A partir disso surgem também questões sobre a racionalidade política do sistema. Como fiscalizar e admoestar Estados por seu respeito aos direitos humanos quando sua sobrevivência financeira e institucional depende deles? Como conjugar espaços multilaterais de negociação com órgãos transnacionais de proteção permeáveis a atores não-estatais? Como desenvolver medidas de proteção efetivas quando o seu descumprimento não pode ser alvo de mecanismos de sanção?

Diante de toda a mobilização e questionamentos sobre o SIDH, a história de sua crise e seu processo de reflexão tornam-se um campo de estudo com várias possibilidades: a discussão institucional dos funcionamentos dos mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos; a análise de alianças e negociações ocorridas entre os Estados que determinam a força de um sistema que fiscaliza sua ação ou omissão estatal; ou o entendimento dos debates ocorridos dentro de cada um dos

---

[7] *Brasil não paga OEA por causa de Belo Monte*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2vTRM1v>. Acesso em: 03 mar. 2015.

[8] AMATO, Victoria. *Una mirada al proceso de reflexión sobre el funcionamiento de la CIDH*. Aportes DPLf, Washington, n.16, pp. 4-9, 2012. Disponível em: <http://www.dplf.org/sites/default/files/1332509827.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Estados sobre como se formula sua postura a respeito do tema, e como as diversas forças políticas interessadas se relacionam para chegar numa posição estatal.

O objeto deste trabalho é discutir as perspectivas e dinâmicas de poder dessas forças dentro do Estado brasileiro, como elas se enfrentam e articulam na elaboração das posições acerca do SIDH, mais especificamente entre 2011 e 2016. A partir de 2013, com o fim dos trabalhos de reforma da Comissão Interamericana, parte da produção acadêmica descreve esse período de reforma como período de crise, propõe-se aqui que a crise não se encerra com o fim das discussões sobre a reforma do sistema, na verdade ela persiste por meio de uma crise orçamentária, assim o que chamo de "Crise do Sistema Interamericano" se subdividiria em duas crises: uma de legitimidade política, em que a sobrevivência institucional do sistema é ameaçada, e outra financeira, em que seu funcionamento tem risco pela falta de recursos.

O Brasil, tido no passado como membro moderador das tensões da região e líder potencial do continente, assume posturas que repercutem diretamente nos resultados da crise e nos comportamentos dos demais Estados. Daí a relevância de discutir a formação de sua posição política nesse caso, o que não esgota estudos sobre o mesmo cenário no resto da região, mas serve como referência das mobilizações e deslindes da crise.

O recorte temporal até o fim de 2016 é determinado para garantir a viabilidade da prospecção e análise de dados do trabalho. Vale destacar que esse período de crise não se encerra em 2016, e todas as discussões acerca do seu funcionamento continuam repercutindo e tem consequências até hoje, afetando a maneira com que Estados, sociedade civil e a própria CmIDH se comportam no período do pós-reforma.

2. Marco teórico e métodos

Emilie Hafner-Burton e James Ron em seu estudo sobre métodos e resultados de pesquisas em direitos humanos[9] destacam a importância da escolha do método de pesquisa e sua influência na compreensão dos fenômenos estudados e dos resultados obtidos. Nesse sentido, a aferição de efetividade dos regimes internacionais de direitos humanos, clivada entre otimistas e céticos, está também permeada por essa discussão dos métodos.

Muitos trabalhos sobre o comportamento estatal em matéria de direitos humanos e, em especial, de regimes internacionais de direitos humanos tomam o comportamento dos Estados como homogêneo, pré-determinado ou definido por variáveis exógenas, mas raramente questionam a ontologia monolítica do Estado que essas assunções pressupõem. Essa visão de um Estado coerente, coeso e uniforme não serve para um estudo de caso, que não pretende fazer comparações entre comportamentos de Estados e sim descrever e tentar explicar um caso específico, onde não é possível aferir e comprovar variáveis externas.

Para uma melhor compreensão dos fenômenos estudados, são privilegiadas perspectivas que tem uma visão não-monolítica do funcionamento estatal. Dessa maneira, abre-se a "caixa preta" do processo decisório, e permite-se um entendimento dos vários atores envolvidos na formulação de uma política externa em direitos humanos. Essa perspectiva desafia a noção de uma política externa de padrão linear, contínuo e pressuposto com variáveis exógenas às dinâmicas internas de governo, e propicia a concepção da política como uma disputa de forças internas ao governo, permeáveis a demandas da sociedade civil, inclusive às pressões transnacionais. Trata-se de uma visão mais próxima do conceito de "Política Externa como Política Pública"[10].

---

[9] HAFNER-BURTON, Emilie; RON, James. *Seeing double: Human rights impact through qualitative and quantitative eyes?*. World Politics, Cambridge, Cambridge University Press, v. 61(2), pp. 360–401, 2009.

[10] "Ao considerarmos a política externa como política pública, rompemos sua associação automática com as versões mais cruas do realismo e a trazemos para o terreno da politics, ou seja, reconhecemos que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos. Portanto, retiramos a política externa de uma condição inercial vinculada a supostos interesses nacionais autoevidentes e/ou permanentes (protegidos das injunções conjunturais de natureza político-partidária) e a despimos das características geralmente atribuídas (ou preconcebidas) ao que se chama de política de Estado".

Nesse sentido, Boaventura Souza Santos apresenta o conceito de *"Estado heterogêneo"* para lidar com essas questões, Boaventura propõe uma leitura de aparelho estatal fracionado e, por vezes contraditório, na medida em que

> sob freqüentes pressões contraditórias, diferentes setores de ação estatal assumem lógicas e ritmos de desenvolvimento tão dispares, a ponto de causar desconexões e incongruências, que por vezes impossibilitam a identificação de um padrão coerente de ação estatal [11].

Essa descrição é utilizada por Souza Santos para descrever o fenômeno do pluralismo jurídico em Moçambique, em que o autor encontra diversas lógicas de regulação e culturas jurídicas atuando concomitantemente no Estado moçambicano, nos planos local, regional e nacional, que levariam a contradições e incongruências na atuação do Estado e na aplicação de seu "palimpsesto jurídico" [12].

Essa fragmentação, e o abandono da expectativa de congruência entre os entes, proposta por Souza Santos é essencial para esse estudo, pois permite trabalhar com os vários atores pertinentes, discutir suas percepções e interesses e tomar o comportamento estatal resultante como produto dos conflitos e trocas entre esses atores.

Cecília MacDowell Santos discute a aplicação desse conceito em seus estudos sobre o ativismo jurídico transnacional no SIDH e as respostas do Estado brasileiro a esses litígios estratégicos[13] [14]. Dado que as soluções para as violações de direitos humanos tratadas nesses casos envolvem atores de vários níveis e segmentos do governo - atuando em todas as esferas de poder, e com um comportamento próprio para as questões de direitos humanos e transnacionalismo jurídico - a heterogeneidade estatal serve como chave de análise para as interações dos governos com o Sistema. No caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia), por exemplo, que trata sobre justiça de transição, a legalidade da Lei de Anistia e o direito à verdade e à memória, pode-se perceber a

---

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 35, n.1, 2013, pp.39-40.

[11] SANTOS, Boaventura S. *The Heterogeneous State and Legal Pluralism in Mozambique* Law & Society Review, Hoboken, Wiley, v. 40, n. 1, 2006. p. 44.

[12] De acordo com Souza Santos, palimpsesto seria um pergaminho ou papiro cuja escrita é apagada e reutilizado novamente, assim sua metáfora remete à idéia dos diversos ordenamentos jurídicos reformados, mas que ainda contém resquícios das ordens predecessoras, levando a esse pluralismo de culturas jurídicas. Ibid. p. 47.

[13] SANTOS, Cecília MacDowell. *Ativismo Jurídico Transnacional e o Estado: Reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos*, Revista Sur, São Paulo, n.7, ano 4, p. 27-57, 2007.

[14] Sobre litígio estratégico, ver. CARDOSO, Evorah Lusci Costa. *Litígio estratégico e Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Belo Horizonte, Coleção Fórum Direitos Humanos, vol.4, Fórum, 2012.

existência de vários entraves de recepção da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CrIDH) no Brasil passando por vários segmentos do Executivo federal (Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério de Defesa, Ministério das Relações Exteriores), pelos poderes Legislativo e Judiciário, e atores subnacionais envolvidos na aplicação da decisão, criação de comissões locais da verdade ou entendimentos das decisões da Corte como jurisprudência válida para o ordenamento brasileiro (convencionalidade). Assim, a relação com o SIDH passa por uma disputa de forças em vários níveis de governo, cada um com uma compreensão diversa do Sistema, a ponto de se discutir dentro do governo federal se é de "interesse cumprir a sentença" [15], tomando a decisão vinculante como objeto de escolha e o compromisso internacional firmado como moeda política.

Na análise do caso Xucuru[16], MacDowell Santos volta a discutir a aplicação do conceito em que destaca mais uma vez o papel da heterogeneidade estatal como chave de análise, mas faz a ressalva de que nem todas as formas de heterogeneidade estatal configuram um pluralismo jurídico, no sentido de que a situação de pluralismo descrita por Souza Santos narra uma quase ruptura do Direito dada à falta de comunicação entre os atores e seu nível de desconexão. No caso brasileiro, as forças estão em **diálogo** disputando espaços de poder e influência nos altos cargos de decisão, transitando numa bipolaridade jurídica mais do que num pluralismo, se reorganizando a cada caso.

Vale destacar que essa chave de análise foi originalmente pensada para discutir o funcionamento do Direito em situações de transnacionalidade. Nesse caso, a discussão se foca na elaboração de uma posição política nessas situações, cenário com maior fragmentação ainda no caso brasileiro. A figura da heterogeneidade estatal também é adequada por apresentar o grau de transnacionalidade como variável explicativa para as respostas contraditórias dos membros de um mesmo Estado. Assim, o grau de permeabilidade de segmentos do governo às pressões transnacionais influencia seu comportamento, refratário ou receptivo a essas interações.

---

[15] ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. 2016. Arquivo.mp4 – A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B da dissertação, p. 72.

[16] SANTOS, Cecilia MacDowell. *Dualismo Jurídico e Estado Bipolar: Desafios aos Direitos Humanos dos Indígenas no Brasil* In: SANTOS, Boaventura S.; SANTOS, Cecília MacDowell (Orgs.). *Quem precisa dos direitos humanos?*. Coimbra, Almedina, 2016.

Nesse mesmo sentido, o trabalho de Sonia Cardenas também é essencial na discussão da recepção de pressões internacionais de direitos humanos nos Estados[17]. A autora revisita os modelos de incorporação de tratados de direitos humanos e seu cumprimento apresentando um quadro que explica o *compliance*[18] em direitos humanos a partir de um espectro complexo que foge de um binarismo de respeito/desrespeito às regras, passando por jogos de declarações sem efetivação em ações, atos simbólicos e respeito parcial seletivo, também indicando que o nível de *compliance* pode transitar nesse espectro ao longo do tempo e de situações específicas. O principal uso de Cardenas para esse trabalho vem de sua descrição de um quadro de direitos humanos que apresenta, mais uma vez, uma visão fragmentada do Estado e considera as dinâmicas dos grupos na definição das ações estatais em direitos humanos. Assim, a autora desenha um panorama de forças "pró-direitos humanos" e "pró-violação" atuando dentro do Estado, o que explicaria retrocessos ou o cumprimento simbólico de tratados num cenário de violação. O *compliance* resultaria então do grau de mobilização da sociedade civil e da sensibilidade que o tema discutido poderia despertar em grupos pró-violação. Ainda que o tema desse trabalho não trate diretamente de *compliance*, essa descrição é extremamente útil diante de artigos e entrevistas que narram a constituição de alianças pró-SIDH e anti-SIDH dentro do governo durante o período estudado, seja na discussão do efetivo cumprimento de determinações do sistema, seja na discussão de sua reforma.

A análise de MacDowell Santos opera como ponto intermediário, conexão, entre os cenários descritos por Souza Santos e Cardenas. Enquanto Boaventura descreve um cenário de ações estatais contraditórias pela existência de um pluralismo político-jurídico irresoluto, à beira da ruptura, mas sem interlocução, a ruptura não se resolve; Cardenas apresenta sua análise de compliance tomando a política estatal como produto de um conflito de forças, que gera assim ações de cumprimento simbólico ou parcial, o conflito entre forças pró-violação e pró-direitos é resolvido na definição de uma política governamental, que em si não é contraditória. O modelo de MacDowell Santos preserva tanto a figura das ações contraditórias quanto do enfrentamento, ou diálogo, de forças.

---

[17] CARDENAS, Sonia. *Conflict and compliance – State responses to international human rights pressures*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2007.

[18] Opta-se por não traduzir o termo *compliance*, por entender, como Cardenas, que ele carrega uma série de significados e ações (conformidade tácita, atos simbólicos de adesão, cumprimento parcial). O termo "cumprimento" é utilizado em alguns momentos do texto como uma parte do *compliance*, mas sem abarcá-lo por completo.

Esse diálogo permite a visualização de forças distintas atuando em várias arenas, inscrevendo culturas político-jurídicas particulares que não permitem uma linearidade ou racionalidade na ação estatal, são as forças em diálogo que geram a heterogeneidade mas não necessariamente resolvem seu conflito, há uma coexistência de culturas em disputa.

A compreensão do Estado como uma entidade fragmentada, heterogênea e contraditória, sujeita a disputas internas e à constituição de alianças domésticas e transnacionais é essencial para entender os movimentos do Estado brasileiro e as dinâmicas entre as forças estudadas. Uma perspectiva que pretende sustentar a existência de uma racionalidade estatal anterior às suas forças de governo perde a capacidade de compreender mudanças e comportamentos em casos específicos, presumindo uma lógica de Estado abstrata e independente de seus conteúdos. Souza Santos, MacDowell Santos e Cardenas evitam esses conceitos o que permite uma visão mais afinada dos fenômenos, com a consideração de diversos atores, estatais e da sociedade civil, como tributários das posições brasileiras.

Para a discussão desses temas e compreensão do processo, esse trabalho se sustenta amplamente no método de entrevista compreensiva[19] dos atores, de modo a compreender elementos factuais do processo e, também, suas leituras do caso e análises dos resultados, uma vez que suas perspectivas moldam suas ações em relação ao Sistema e demais atores. Com um número modesto de entrevistados, um tempo maior de entrevista, e um modelo de análise qualitativo menos focado na comparação de "dados duros" a entrevista semi-estruturada pareceu mais adequada. Haviam questões necessárias em todos os casos, mas também o objetivo era capturar a narrativa de cada entrevistado o que exige um certo grau de liberdade em sua fala e a exploração de temas imprevistos conforme eles vão sendo revelados na entrevista. Esse processo envolve a criação de narrativas distintas sobre o processo de negociação, bem como a percepção divergente acerca dos resultados da reforma da Comissão e da continuidade ou resolução da crise.

Do lado do governo, optou-se pela realização de entrevistas com funcionários dos dois principais órgãos de interação com o sistema interamericano, o Ministério das

[19] KAUFMANN, Jean-Claude. *A Entrevista Compreensiva - Um Guia para Pesquisa de Campo*. Petrópolis, Editora Vozes, 2013.

Relações Exteriores (MRE), na sua Divisão de Direitos Humanos, e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), à época ligada à Presidência e com status ministerial. Tais ministérios seriam os mais envolvidos no caso e com o maior diálogo com organizações da sociedade civil. A identidade dos funcionários foi mantida em sigilo e foram extraídas das entrevistas quaisquer informações que pudessem facilitar sua identificação. Essas entrevistas dão foco (1) às relações do órgão com o SIDH e eventuais mudanças nessas relações a partir da crise, (2) à identificação dos demais órgãos relevantes nas tomadas de decisão a respeito do SIDH e como eventuais disputas eram resolvidas, e (3) a sua perspectiva sobre as conseqüências da crise para o órgão, o SIDH e atores da sociedade civil.

Outro entrevistado foi Paulo Vannuchi, ex-ministro da SDH até 2011, e atual comissionário da CmIDH, eleito em 2015. Sua experiência demonstra um relação de trânsito entre órgãos do governo e as instituições do sistema, o que ressalta a heterogeneidade dentro do governo e a fragillidade na classificação dos atores como exclusivamente governo, SIDH ou sociedade civil. Sua entrevista representa, portanto, uma perspectiva bastante rica do governo, das forças relevantes na relação do Brasil com o SIDH, e da própria Comissão e dos impactos que a crise produz sobre ela.

O objetivo inicial da pesquisa era entrevistar outros atores políticos envolvidos, como funcionários de alto escalão do MRE, e a ex-Secretária de Direitos Humanos da Presidência, Maria do Rosário. Foi feito contato com esses atores, mas dada crise política no país desde 2014, incompatibilidades de viagem e agenda, não foi possível a realização destas entrevistas.

Por fim, do lado da sociedade civil as duas organizações indicadas como mais proeminentes são o Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e Conectas – Direitos Humanos, o CEJIL possui longo histórico de litígio estratégico junto ao SIDH, com boas relações e trânsito na Comissão, já a Conectas é conhecida por apresentar uma atuação focada em fóruns políticos, com ações por maior transparência e participação da sociedade civil na formulação de política externa em direitos humanos. Foram feitas duas entrevistas com membros da Conectas, Juana Kweitel, diretora-executiva da ONG, e Raísa Cetra, assessora de política externa da ONG.

Esse trabalho reconhece a importância do CEJIL como organização da sociedade civil interessada em questões pertinentes ao SIDH, ela está envolvida em diversos casos

de litígio descritos na dissertação e teve participação na articulação da sociedade civil com o governo nesse caso, e na divulgação das ameaças que propostas de reforma representavam para o sistema. Foram diversas tentativas de contato para entrevistas com membros da ONG. De agosto de 2015 até fevereiro de 2017, foram enviadas mais de uma dezena de mensagens propondo uma entrevista com tempo reduzido, que se viajasse até a sede da ONG para entrevista presencial, e até mesmo a submissão de um questionário para a devolução de respostas escritas. Todas essas tentativas não tiveram êxito devido a dificuldades de agenda e carga de trabalho da ONG, que pedia um retorno num período futuro a cada novo contato.

As entrevistas com a sociedade civil partem de um modelo de interação em três dimensões, (1) articulação com ONGs internacionais também engajadas com o sistema, (2) articulação com ONGs locais a fim de mobilização acerca do tema, e (3) articulação com o governo federal buscando compreender e influenciar a posição brasileira. Esse trabalho mostra, na verdade, que essas três dimensões têm divisão frágil e permeável, se interrelacionando, atuando ora como origem de ações ou geradora de espaços de negociação, ora como alvo ou destino de ações iniciadas em outros âmbitos, varia também a intensidade e o foco dedicado a cada uma das dimensões pela ONG.

A impossibilidade de coletar dados primários sobre a atuação de outras ONGs limita a capacidade do trabalho de realizar comparações ou fazer conclusões mais contundentes. Entretanto, as duas entrevistas revelam um rico quadro sobre as estratégias e o desenvolvimento da posição da ONG. São esboçadas algumas hipóteses sobre a participação da sociedade civil no caso que requerem novos esforços de entrevista com o CEJIL ou outras organizações de direitos humanos em trabalhos posteriores.

Todas as entrevistas representam narrativas e visões próprias sobre a crise, o SIDH e os demais autores. O objetivo desse trabalho não é o de construir ou eleger uma narrativa verdadeira, ou ainda deslegitimar as visões apresentadas, mas sim permitir a sua contraposição visando extrair informações factuais e, mais importante que isso, a construção de um mosaico que mostre diferentes imagens existentes a respeito do SIDH e da crise.

3. Histórico e análises sobre o SIDH

Criada em 1959, por meio de uma resolução de assembléia da OEA, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CmIDH) surge inicialmente com um mandato vago de "promoção dos direitos humanos", em que suas prerrogativas e funções não são claras. Elas vão sendo definidas ao longo dos anos, por meio de discussões que envolvem seus próprios membros, atores da sociedade civil e dos Estados-membros.[20]

Entretanto, esse processo de estabelecimento e fortalecimento não se dá de maneira imediata ou tampouco tranquila, dadas a instabilidade política da região, a desigualdade crônica das sociedades e o contexto da Guerra Fria. A evolução do sistema interamericano acontece em etapas, beneficiando-se de "janelas de oportunidade" de diminuição das tensões entre as potências da Guerra Fria e de períodos de democratização ou redemocratização[21].

Somente em 1967, com o Protocolo de Buenos Aires que reforma a Carta da OEA, é que a CmIDH passa a ser arrolada como um órgão principal da Organização e tem algumas de suas atribuições elencadas. É no protocolo, também, que é reconhecida a jurisdição da Comissão para investigar casos individuais, o que é considerado um avanço no sistema de proteção de direitos humanos já que cidadãos dos Estados são reconhecidos como sujeitos de Direito Internacional capazes de se representar e apresentar denúncias. Além disso, o protocolo define que, enquanto não for estabelecida uma convenção interamericana, é a Comissão a responsável por zelar pelos direitos humanos na região[22].

Em 1969, o principal texto constitutivo do atual regime é assinado, qual seja a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José. Nele são definidos os aspectos institucionais do regime que compõe o SIDH nos

---

[20]Tom Farer traça um rico panorama dos desafios e da evolução da CmIDH ao longo dos anos na perspectiva de um comissário. Cf. FARER, Tom. *The rise of the Inter-American Human Rights Regime: No longer a unicorn, not yet an ox*. Human Rights Quarterly, Baltimore, John Hopkins University Press, v.19, nº3, pp. 510-546, 1997.

[21]Cf. MACE, Gordon. *Sixty years of protecting human rights in the Americas*. Quebec, Journal of International Law (Special Edition), pp. 1-5, 2011

[22]ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Carta da Organização dos Estados Americanos. Bogotá, 1948; Managuá, 1993. Art. 145 – "Enquanto não entrar em vigor a convenção interamericana sobre direitos humanos a que se refere o Capítulo XV, a atual Comissão Interamericana de Direitos Humanos velará pela observância de tais direitos.". Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

seus moldes atuais, com a existência de uma Comissão de Direitos Humanos e uma Corte de Direitos Humanos.

No que diz respeito à Convenção, o período de sua formulação reflete também um momento de extrema turbulência no continente. Com o aumento das tensões da Guerra Fria desde meados da década de 1960, parte dos países latino-americanos já haviam sofrido golpes em suas democracias ou os sofreriam nos anos vindouros. Essa é uma das explicações para uma paralisação das discussões sobre direitos humanos nos anos seguintes e uma atuação mais tímida da CmIDH nesse período. Além disso, é a explicação para o longo período entre a assinatura do tratado e sua vigência, ocorrida apenas em julho de 1978. De fato, até 1976 apenas Colômbia e Costa Rica haviam ratificado a Convenção, ao longo dos anos de 1977 e 1978, mais dez Estados ratificam-na, fazendo com que seu conteúdo passe a vigorar. Tom Farer relaciona esse movimento com o início do mandato de Jimmy Carter e uma maior valorização dos fóruns multilaterais[23].

Outra consideração importante e também relacionada ao contexto histórico da assinatura da Convenção diz respeito ao seu conteúdo inicial, que em sua parte substantiva se concentrava no reconhecimento de direitos civis e políticos e só fazia menção a direitos econômicos, sociais, e culturais em seu artigo 26, como direitos a serem efetivados de maneira progressiva, mas sem uma definição dos mesmos[24]. Essa lacuna só será suprida em 1988, com a adição do Protocolo de San Salvador à Convenção, com ratificação mínima e vigência em 1999[25]. Nem todos os Estados-Partes da Convenção assinaram ou ratificaram o Protocolo, até a presente data com 14 ratificações. De fato, em sua atuação a Corte Interamericana por muito tempo resistiu a argumentações baseadas nesse tipo de direitos, passando a discuti-los mais amplamente na última década.

---

[23] FARER, Tom. 1997.

[24] ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos.* San José da Costa Rica, 1969. Art. 26 – "Os Estados-partes comprometem-se a adotar as providências, tanto no âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados." Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[25] GASPAROTO, Ana L.; GASPAROTO, Jayme W.; VIEIRA, Oscar V. *O Brasil e o sistema interamericano de proteção aos direitos humanos*. Revista Eletrônica de Direito Internacional, vol. 7, pp. 42-68, 2010. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume7/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

A questão da diferença entre o número de signatários da Carta da OEA e da Convenção foi uma preocupação para as organizações. Uma vez que a CmIDH foi incorporada à Carta da OEA por meio do Protocolo de Buenos Aires ela tem jurisdição sobre todos os seus Estados-membros. A Convenção que também dispõe sobre a CmIDH, teve o número máximo de 25 ratificações dos 35 Estados-membros da OEA, sendo que hoje conta com 23 Estados-Parte (Trinidad e Tobago e Venezuela denunciaram a Convenção, respectivamente em 1998 e 2012). Quando da vigência da Convenção, vem à tona a questão, uma vez que a Convenção estabelece novas funções para a CmIDH, mas essas não são reconhecidas por todos os Estados-membros da OEA. Como resolver essa disparidade? Criar-se-ia uma segunda comissão? Extinguir-se-ia a antiga comissão? Em caso de uma resposta afirmativa à terceira questão, sob que jurisdição ficariam os Estados não-aderentes ao Pacto?[26] A solução encontrada pela Comissão é estabelecer em seus regulamentos uma jurisdição diferenciada concernente às disposições da Convenção. Desse modo para os Estados-Partes da Convenção são válidas suas novas atribuições e disposições. No entanto, para aqueles não-pactuados, o Protocolo de Buenos Aires e a Declaração Americana continuam a servir de base para a atuação da CmIDH em seu território.

Esse é um caso bastante ilustrativo dos desafios jurídico-políticos enfrentados pelo SIDH ao longo de sua formação e, de como seus membros, foram se valendo de inovações para superar lacunas nos documentos firmados ou obstáculos interpostos pelos países para fortalecer o sistema. Foi o dispositivo da dupla jurisdição que permitiu que a CmIDH realizasse em 1979-80 visitas *in loco* na Argentina que denunciaram uma série de violações cometidas pelo regime militar[27], e que ainda hoje permite a investigação de violações e elaboração de relatórios sobre países não-pactuados com a Convenção, como é o caso dos Estados Unidos.

Dado o lento processo de ganho de atribuições e poderes por parte dos órgãos do sistema, e também por certa leniência ou incapacidade política de abordar violações dentro do contexto da Guerra Fria, o SIDH foi encarado com ceticismo por muitos anos em alguns países do continente. Nesse período, no Brasil, os primeiros casos submetidos para a Comissão tem pouco resultado, com respostas do governo que se

---

[26] FARER, Tom. 1997.
[27] KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Nova Iorque, Cornell University Press, 1998.

restringem ao formulaico "não-esgotamento dos recursos internos". Por conta desse histórico, durante o regime militar mesmo as organizações da sociedade civil não consideram o litígio no SIDH uma alternativa estratégica[28].

Em 1992, com a ratificação do Pacto de San José pelo Brasil, e 1998 com o reconhecimento da jurisdição da corte, o contencioso dentro do Sistema começa a ganhar fôlego, com decisões importantes sendo tomadas na década seguinte. Os casos em litígio estratégico na Comissão e na Corte representam avanços importantes, como o Caso Maria da Penha, de 1998, com condenação pela CmIDH em 2001, que responsabiliza o Estado brasileiro por omissão, leva à persecução do marido de Maria da Penha, e à publicação de lei de mesmo nome para proteção contra violência doméstica[29]. O caso Damião Ximenes Lopes, que resulta em condenação do Brasil pela CrIDH, pela morte de Damião dentro de uma casa manicomial em 1999, também gera resultados positivos com a discussão e reforma do sistema manicomial brasileiro[30].

Nem todos os casos, entretanto, representam sucesso, o caso Sétimo Garibaldi, sobre o assassinato do trabalhador sem terra em 1998, em conflito agrário no Paraná, gerou repercussão com a condenação brasileira pela CrIDH[31], no entanto, a investigação e o julgamento dos responsáveis pelo assassinato de Garibaldi continuam sem resolução[32]. Igualmente, o Caso Gomes Lund, tem elementos centrais de sua sentença sem resolução, como é o caso da incompatibilidade da Lei de Anistia de 1979 com a Convenção Americana. Avanços visíveis dizem respeito à constituição e funcionamento de Comissões da Verdade, em âmbito nacional, estadual e local. Mas o pedido de pronunciamento do STF sobre a sentença da CrIDH continua em suspenso sob pedido de vistas do ministro Luiz Fux.

---

[28] CAVALLARO, James L. *Toward fair play: A decade of transformation and resistance in international human rights advocacy in Brazil*. Chicago Journal of International Law, Chicago, v. 3, nº 2, pp. 481-492, 2002.

[29] PASINATO, Wania. *Dez anos de Lei Maria da Penha.* Revista Sur, São Paulo, v. 13 n. 24, pp.155-163, 2016.

[30] ROSSATO, Cássia Maria; CORREIA, Ludmila Cerqueira. *Caso Damião Ximenes Lopes: Mudanças e desafios após a primeira condenação do Brasil pela CrIDH.* Revista Sur, São Paulo, v. 8, n. 15, pp.93-113, 2011.

[31] VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa. *A funcionalidade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: os casos de violência no campo levados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. Genebra, 2012, Disponível em: <http://bit.ly/2lKk4p7>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[32] *Caso Sétimo Garibaldi: A seletividade penal brasileira em julgamento.* MST, 03 de março de 2016, Disponível em <http://www.mst.org.br/2016/03/03/caso-setimo-garibaldi-a-seletividade-penal-brasileira-em-julgamento.html>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Nesse sentido, a formulação de Sonia Cardenas sobre o *compliance* se aplica na compreensão de sentenças com maior ou menor grau de cumprimento. A inserção de temas sensíveis a "coalizões pró-violação" no ativismo transnacional leva a sua mobilização e assim gera um entrave maior na recepção de forças internacionais de direitos humanos no cumprimento de sentenças. É o que também se vê no comportamento brasileiro em 2011, quando da emissão da medida cautelar de Belo Monte.

Ainda que com um número de casos inferior ao de outros países da região e cumprimento parcial das sentenças, pode-se dizer que o litígio estratégico interamericano no Brasil ganhou peso e relevância desde o seu estabelecimento. Rossana Reis apresenta o sistema como uma vitrine para temas que não teriam a mesma repercussão na arena doméstica[33]. Nesse sentido, o ativismo se esquiva, num primeiro momento, das forças pró-violação domésticas, refratárias a suas demandas, para apresentá-las a uma audiência potencialmente mais receptiva, ganhando corpo e visibilidade na arena transnacional para então reintroduzir suas demandas no plano local.

Esse movimento se assemelha ao descrito por Keck e Sikkink[34] sobre um "efeito bumerangue" do sistema com a distinção de que o modelo das autoras está focado em regimes autoritários, e pressupõe um processo de socialização e assimilação de regras internacionais de direitos humanos contínuo. No nosso caso, é preciso destacar as ressalvas de Cardenas, de que os movimentos de incorporação da retórica de direitos humanos podem ter caráter meramente simbólico, coexistindo com violações de direitos; de que os avanços na incorporação de tratados de direitos humanos podem sofrer retrocessos em seu *compliance*; e por fim, de que governos democráticos podem ser refratários a demandas de direitos humanos, domésticas e internacionais, sob o manto da legitimidade do voto majoritário e o argumento resistente da ingerência internacional e preservação da soberania nacional.

Assim sendo, o litígio compõem uma das estratégias de ativismo transnacional. Sozinho, porém, não é capaz de promover mudanças duradouras, sendo necessárias a mobilização e a articulação de forças internas "pró-direitos" que consolidem essas

---

[33] REIS, Rossana . *O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: elementos para compreender a crise de Belo Monte*. Pensamiento Propio, Buenos Aires, n. 38, pp. 19-48, 2013.
[34] KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. 1998.

demandas. Como diz Cecília MacDowell Santos, o ativismo jurídico transnacional[35] é um conjunto de *estratégias múltiplas* que "enquadram" [36] as políticas governamentais dentro da retórica de direitos humanos com o potencial de (re)politização do direito e (re)legalização da política.

[35] SANTOS, Cecília MacDowell. 2007.
[36] A idéia de *framing*, aqui se refere à apresentação de fatos a partir de uma perspectiva específica. No caso em questão, a avaliação das políticas públicas a partir da temática dos direitos humanos. Para maiores desenvolvimentos. ver. KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. 1998.

4. Precedentes da Crise

> *Não estou falando de casos mais corriqueiros, mas esses de alto perfil político, como o Araguaia, você tem que sentar à mesa com vários ministérios com visões diferentes – Funcionário do MRE*[37]

Essa seção do trabalho busca traçar um histórico de casos brasileiros no sistema interamericano que na leitura dos entrevistados polarizaram as posições entre atores governamentais e servem de base para insatisfações vocalizadas por grupos "contrários" ao sistema durante a crise de 2011.

4.1 – Caso Gomes Lund

De acordo com as entrevistas, ainda que as medidas cautelares do caso Belo Monte sejam compreendidas como gatilho da crise, as insatisfações com o SIDH já se acumulam de períodos anteriores. Paulo Vannuchi, em artigo publicado em 2013[38], afirma que a partir do caso Gomes Lund são constituídas coalizões contrárias e favoráveis ao SIDH dentro do governo.

O Caso Gomes Lund e outros gerou grande mobilização nacional, e realçou a heterogenia de posições dentro do governo quanto à Lei de Anistia e o SIDH, além de suscitar a discussão da relação do STF com a SIDH. Em agosto de 1995, a CmIDH recebeu uma petição apresentada por CEJIL, Human Rights Watch/Americas, Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Estudos da Violência do Estado, e a senhora Ângela Harkavy, pela violação de direitos reconhecidos na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e na Convenção Americana de Direitos Humanos, nomeadamente o direito à vida, à liberdade de consciência, de pensamento e expressão, às devidas garantias judiciais e proteções judiciais das vítimas fatais, bem como o direito à informação dos familiares das vítimas[39].

---

[37] ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. 2016. Arquivo.mp4 (54:44 min.) – A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A dessa dissertação, p.62.

[38] VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. *El Sistema Interamericano de Derechos Humanos – Reformar para Fortalecer*. Foreign Affairs Latinoamérica, Cidade do México, v.13, n. 3, pp. 40-48, 2013.

[39] CORTE INTERMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e Outros v Brasil – Sentença de 24 de novembro de 2010*. San José da Costa Rica, 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Ao longo dos anos o tema da justiça de transição foi levado à ampla discussão e produção de sentenças em diversos casos dentro do sistema interamericano[40]. Os principais argumentos levantados pelos peticionários e pela CmIDH são o da nulidade das leis de auto-anistia, bem como da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade e da manutenção dos efeitos do crime de desaparecimento forçado. Desse modo, como, mesmo após a imposição da Lei de Anistia as violações de direitos continuam a produzir efeitos, a lei de 1979 não anistiaria os desaparecimentos forçados.

Vale aqui o destaque de que a discussão do caso no SIDH ocorre de forma simultânea à discussão em âmbito interno, que levou ao estabelecimento da Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos de 1995 e aos debates sobre a revisão da Lei de Anistia e o estabelecimento de Comissões da Verdade, nessas discussões o Executivo resiste aos projetos de revisão da anistia. Esses debates mostram as clivagens dentro do governo federal, que se divide, ao lado das organizações da sociedade civil com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, e de outro a Casa Civil, o Ministério da Defesa e o Ministério de Relações Exteriores.

Mesmo nesse cenário de polarização interna, o Estado brasileiro manteve aberto o canal de diálogo com o SIDH, apresentando as medidas governamentais tomadas em relação às recomendações da Comissão. Em março de 2009, considerando insatisfatória a implementação das recomendações contidas em seu Relatório de Mérito 91/08, a Comissão decide submeter o caso à jurisdição da Corte Interamericana[41].

Concomitantemente aos trabalhos da CrIDH, em abril de 2010, o plenário do STF trata da ADPF 153 impetrada pela OAB a fim de discutir a inconstitucionalidade da Lei de Anistia de 1979. Nos argumentos da Ordem[42], bem como nos votos dos ministros, as decisões da Corte Interamericana são mencionadas no que tange às leis de

---

[40] V. Casos Loyaza Tamayo v. Peru (1997); Barrios Altos v. Peru (2001); Almonacid Arellano e outros v. Chile (2006) ; Gelman v. Uruguai (2011).

[41] A demanda da CmIDH com a retrospectiva do caso pode ser encontrada em COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso 11.552 Julia Gomes Lund e outros v. República Federativa do Brasil*. Washington, 2009. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/demandas/11.552%20Guerrilha%20do%20Araguaia%20Brasil%2026mar09%20PORT.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2015.

[42] *OAB: julgamento da ADPF 153 objetiva recompor dignidade do Estado brasileiro perante as nações*. Notícias STF, 28 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125346>. Acesso em: 18 fev. 2017.

anistia e justiça transicional, e sobre o "fantasma da condenação pela Corte Interamericana" [43] que vem a expedir sua sentença meses depois.

A despeito da (des)consideração da jurisprudência interamericana, o STF decide por 7 votos a 2 pelo indeferimento da ADPF. A condenação brasileira no caso Gomes Lund pela CrIDH gera um debate entre membros do governo e da sociedade civil sobre qual decisão seria superveniente, debate esse ainda não resolvido[44].

Segundo Par Engstrom, o que explicaria esse descompasso entre a jurisdição brasileira e a interamericana seria "certa resistência ideológica entre os juízes em utilizar o Direito Internacional (direitos humanos), mas há também um sentimento generalizado de que o Direito Internacional dos Direitos Humanos é supérfluo, dada a ampla garantia dos direitos humanos consagrada na Constituição nacional"[45]. Segundo Deisy Ventura, além de uma resistência ideológica, pode-se falar também de uma "ignorância" do Judiciário quanto ao funcionamento do sistema interamericano[46].

Há que se discutir se essa coalizão anti-SIDH descrita por Vannuchi, estabelecida em 2009 (Defesa, Casa Civil, Justiça e AGU) seria a mesma a se mobilizar em 2011, quando do caso Belo Monte, e nos anos seguintes à crise, mas de todo modo é inegável a tensão gerada já a partir de Gomes Lund, e a articulação de forças resistentes ao SIDH. Nesse sentido, a hipótese de Cardenas começa a se confirmar.

---

[43] Citação atribuída ao ministros Eros Grau e Celso de Mello In: VENTURA, Deisy. *A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional*. Revista Anistia : Política e Justiça de Transição, Brasília, Ministério da Justiça, n. 4, 2010, p.196. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2011revistaanistia04.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2015.

[44] MAIEROVICH, Walter. *Decisão da OEA é vinculante.* Terra Magazine, São Paulo, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/decisao-da-oea-e-vinculante>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[45] ENGSTROM, Par. *A anistia e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.* In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada.* Brasília, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford, Oxford University, Latin American Centre, 2011, p.131.

[46] VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa. *O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: De Maria da Penha à Belo Monte* In: FILHO, José Carlos M; TORELLY, Marcelo (Orgs.). *Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte, Fórum, 2013, p.40.

Segundo o funcionário da SDH,

> A resistência ao sistema interamericano vem de setores conservadores do Estado brasileiro que sempre manifestaram essa resistência. O Nelson Jobim, não é que ele era a favor e deixou de ser a favor por conta do Araguaia. O Araguaia agudiza isso e acho que dá início a esse movimento interno de querer uma reforma do sistema[47].

Como afirma o funcionário da SDH, a resistência de parte do governo ao Sistema sempre esteve presente. O que ocorre é uma sensibilização desse grupo, de modo que ele se articula por uma agenda de "reforma" do sistema, que resolva suas insatisfações.

Os diferentes graus de envolvimento dos atores com o sistema, nos termos de Souza Santos os diferentes graus de transnacionalização, definem então as respectivas visões sobre o Sistema, o que ele representa, e como responder a ele. Dessa maneira, as posições de um mesmo governo ganham tons heterogêneos, sem que seja possível identificar uma linearidade. Segundo Vannuchi,

> Em dezembro daquele ano a Corte divulga a sua decisão sobre a Guerrilha do Araguaia, a imprensa falou comigo, eu falei, e o Estadão botou na primeira página 'Decisão da Corte não se discute, se cumpre'. O Jobim aparece no dia seguinte, na mesma primeira página dizendo 'As decisões são irrelevantes'[48].

Essa "sensibilização de grupos pró-violação" nas palavras de Cardenas, ou seja a articulação de forças conservadoras a partir de pautas que lhe são "sensíveis", pode ser entendida pelo que o funcionário do MRE chama de casos de "alto perfil político" em que novos atores se somam à dinâmica de respostas ao sistema,

> [...] não estou falando de casos mais corriqueiros, mas esses de alto perfil político, como o Araguaia, você tem que sentar à mesa com vários ministérios com visões diferentes, então isso inclui, Secretaria de Direitos Humanos, que agora faz parte do MJ, Ministério da Defesa, Advocacia-Geral da União, Casa Civil, e o Itamaraty é uma das vozes nessa mesa[49].

Esses casos de "alto perfil político" alterariam o *modus operandi* da interação entre os órgãos do governo no que diz respeito ao SIDH. A entrada de novos atores altera as dinâmicas de poder, as capacidades de veto e mando. De acordo com o funcionário da SDH, nos procedimentos corriqueiros a coordenação dos casos se divide entre SDH e MRE, com os demais órgãos prestando informações quando necessário.

---

[47] ANÔNIMO. Funcionário da SDH. Entrevista. 2016, p.71.
[48] VANNUCHI, Paulo. Entrevista. 2017, p.107.
[49] ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista. 2016, p.62.

Segundo sua percepção, essa dinâmica mudaria nos casos sensíveis, com a SDH perdendo liderança ou poder.

Sobre essas mudanças em casos de “alto perfil político” o funcionário da SDH relata,

> A Casa Civil chefiou todo o processo do Araguaia. O processo do Araguaia foi chefiado pela Casa Civil. Ela que coordenou a resposta. Não foi nem o Itamaraty nem a SDH. Foi deslocado para a Casa Civil e a gente tem uma reunião em janeiro de 2011 com o Ministério da Defesa, enfim, todos os envolvidos no caso do Araguaia... E a Casa Civil abre a reunião dizendo: ‘Senhores, é do nosso interesse cumprir esta sentença? ’ [...]
>
> Rodrigo - E quando você tem alto perfil, outros jogadores entram.
>
> SDH - Sim, a gente recebe uma orientação direta. Mas o que eu quero te dizer é mais do que isso. O que ele [o funcionário do MRE] chama de "caso de alto perfil político", e isso daí talvez seja uma postura de Estado, quando entra um "caso de alto perfil político", entre aspas, o que acontece é “tirem a SDH do comando porque ela vai nos...” Porque eles já sabem que o nosso perfil vai ser de defesa de direitos[50].

Apesar do impasse referente à Lei de Anistia em si, o governo brasileiro promove medidas reconhecidas como esforços para cumprimento, ainda que parcial, da sentença da CrIDH com a criação de uma Comissão Nacional da Verdade em 2011, e a promulgação da Lei de Acesso à Informação também em 2011[51] [52]. Desse modo, mesmo num ambiente de divisão interna, e divergência jurisdicional entre o Brasil e a CrIDH, a sentença da Corte, ainda que não acatada plenamente, gera impactos no governo e na sociedade, sendo considerada um elemento legítimo de retórica nas discussões intragovernamentais [53]. Esse cenário retoma a análise de MacDowell Santos, que entenderia esse resultado pela manutenção de duas culturas políticas distintas em operação, uma atuando pela criação de mecanismos de memória e verdade, e outra num esforço de resistência e manutenção da lei de Anistia. Ambas as forças presentes dentro do governo, negociando e gerando produtos políticos de seu interesse, mas sem a resolução do impasse político de suas discordâncias.

---

[50] ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista. 2016, p.72.
[51] Como esforços de promoção de direito à verdade e transparência na máquina pública a lei 12.528 cria Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de apurar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, mas sem capacidade punitiva; e a lei 12.527, Lei de Acesso à Informação que institui mecanismos de acesso à informação sobre as instituições e atos do governo.
[52] VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa. 2013.
[53] VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. 2013.

4.2 – Caso Belo Monte

Lançado pela primeira vez em 1975, o projeto de construção de usina hidrelétrica no Rio Xingu (PA) foi alvo de acalorados debates referentes aos seus impactos no meio ambiente e nas comunidades indígenas, e o real aproveitamento energético do projeto. Essa discussão voltou à tona na última década, quando o projeto foi recuperado e incorporado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC2) e foi considerado um projeto de grande importância estratégica pela União[54].

Em novembro de 2010, o Movimento Xingu Vivo para Sempre, a ONG Justiça Global e outras organizações representantes das comunidades indígenas apresentam denúncia de violação dos direitos de comunidades indígenas da beira do rio Xingu, alegando que sua vida, integridade física e cultural estariam em risco com a construção da hidrelétrica, e ainda alegando a violação de seu direito à consulta prévia e informada sobre os rumos do projeto. A petição inclui o pedido de medida cautelar de proteção às populações em risco[55].

Em 1° de abril de 2011, a CmIDH emite medida cautelar MC 382/10[56], requerendo a suspensão do processo de licitação da hidrelétrica bem como a paralisação de qualquer obra em execução até que o país tomasse medidas para: 1) realização de processo de consulta prévia das comunidades indígenas; 2) que as comunidades, antes desse processo de consulta tenham acesso aos Estudos de Impacto Social e Ambiental do projeto, se necessário com tradução para os idiomas indígenas; 3) proteção da vida e integridade física das comunidades indígenas, e medidas de prevenção da disseminação de doenças e epidemias entre essas comunidades decorrentes das obras ou do aumento populacional da região.

O recurso ao sistema interamericano por comunidades indígenas não é uma inovação, tampouco o é a concessão de medidas cautelares para comunidades indígenas. No histórico brasileiro podemos destacar pelo menos dois grandes casos; o dos índios

---

[54] *Minc: Belo Monte é a maior e mais polêmica obra do PAC.* O Estado de São Paulo, São Paulo, 01 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,minc-belo-monte-e-maior-e-mais-polemica-obra-do-pac,504863>. Acesso em: 09 mar. 2015.

[55] *OEA pode recomendar a suspensão de Belo Monte.* Justiça Global, Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 2010. Disponível em: <http://global.org.br/programas/oea-pode-recomendar-a-suspensao-de-belo-monte/>. Acesso em: 09 mar. 2015.

[56] COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Medidas cautelares outorgadas pela CIDH no ano de 2011.*Washington, 2011. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>. Acesso em: 03 mar. 2015.

Yanomami em 1980[57], e o Caso Raposa Serra do Sol[58], que recebeu também medidas cautelares de proteção e teve admissibilidade reconhecida em 2012. Desse modo a utilização do ativismo jurídico transnacional pelas populações indígenas brasileiras tem um largo histórico de mobilização e êxito. Nada mais natural, portanto, que o SIDH também fosse acionado nesse caso[59].

O que representaria uma diferença, segundo o governo brasileiro, seria a falta de "justificativas" para a emissão da medida cautelar, decisão tomada em poucos parágrafos, e entendida como ato hermético e irrazoado da Comissão, especialmente de sua presidente à época, a americana Dinah Shelton. Os atores do governo apresentam então uma retórica de uso geopolítico do sistema de proteção com fins de obstaculizar o desenvolvimento energético da região.

Para o funcionário do SDH,

> há uma série de violações que, enfim, no fim a medida cautelar coube. Embora eu não sei em que medida o fato dela ter sido feita como foi [...] gerou uma dificuldade no convencimento do governo federal [60].

Dessa maneira, os atores apoiadores do sistema sentem uma grande dificuldade em se articular num primeiro momento para defendê-lo. Soma-se o fato de que Belo Monte era percebida como um projeto predileto da presidenta Dilma Roussef, sua "menina dos olhos"[61], levando a uma reação agressiva da mesma e abrindo espaço para maiores críticas de grupos contrários ao Sistema: "A primeira reação da Dilma foi 'Não tem como a gente sair disso? Denunciar esse tratado e sair desse tratado?'"[62]. Seguem-se a isso declarações do Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão e nota do Ministério de Relações Exteriores, questionando a legitimidade dessa decisão[63], argumentando em termos de ameaça à soberania nacional e ingerência imperialista por meio da Comissão.

---

[57] V. Idem. *Resolução n.7615 emitida em 1985 pela CmIDH.* Washington, 1985. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/84.85sp/Brasil7615.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[58] V. Idem. *Relatório n.125/10 emitido em 2010 pela CmIDH.* Washington, 2010. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2010port/BRAD250-04PO.doc>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[59] VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa. 2013, p. 376.
[60] ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista. 2016, p.68.
[61] *A monstruosidade de Belo Monte e descalabro em Altamira que Dilma não teve coragem de ver. Entrevista especial com D. Erwin Kräutler*, Instituto Humanitas, São Leopoldo, 16 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/539024-a-monstruosidade-de-belo-monte-dilma-nao-teve-coragem-de-ver-o-descalabro-provocado-pela-obra-entrevista>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[62] ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista. 2016, p.70.
[63] Cf. *Ministro de Minas e Energia critica postura da OEA sobre Belo Monte*, Carta Capital, São Paulo, 07 de abril de 2011. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lobao-critica-oea-por-ingerencia-em-belo-monte>. Acesso em: 09 mar. 2015; *Patriota considera solicitações da OEA para*

Cabe aqui a discussão da composição das forças governamentais, segundo Paulo Vannuchi[64], as alianças se manteriam do caso Gomes Lund para Belo Monte. Na visão dos funcionários entrevistados, essas alianças tem uma nova configuração ainda que utilizando o rescaldo dos atritos do Araguaia. Com novos atores, como o Ministério de Minas e Energia de um lado, e Meio Ambiente de outro.

Além das declarações agressivas questionando a isenção e competência da CmIDH, o governo brasileiro toma outras medidas: o congelamento da cota de financiamento brasileira para a OEA, que representa um mês de salário dos seus funcionários; a convocação para consultas do Chefe da Missão brasileira junto à OEA, embaixador Ruy Casaes[65], deixando a cadeira sem um embaixador por quatro anos, e a retirada da candidatura de Paulo Vannuchi para o cargo de comissionário nas eleições de junho de 2011. A reação do governo brasileiro gera grande preocupação na sociedade civil e na academia, representando a atuação mais agressiva do país diante do SIDH, que mesmo durante o regime militar buscou o diálogo e acolheu as recomendações da CmIDH no caso Yanomami.

Após esse imbróglio a posição brasileira em relação ao SIDH deteriorou-se. O país ausenta-se de audiência sobre o caso Belo Monte no final de 2011[66], e entendeu que as medidas brasileiras já satisfazem o requerido pela CmIDH. Além disso, o Brasil se alia a outros países críticos da Comissão num projeto de reforma para "fortalecimento" do SIDH, em que propõem uma série de medidas que poria em risco seu funcionamento.

---

suspender Belo Monte "precipitadas e injustificáveis", Veja, São Paulo, 06 de abril de 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/patriota-considera-solicitacoes-da-oea-para-suspender-belo-monte-precipitadas-e-injustificaveis/>. Acesso em: 09 mar. 2015.

[64] VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. 2013.

[65] *Brasil não paga OEA por causa de Belo Monte*, O Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,brasil-nao-paga-oea-por-causa-de-belo-monte-,787892,0.htm>. Acesso em: 09 mar. 2015.

[66] *"Quem não deve, não teme" – Governo brasileiro foge de audiência sobre Belo Monte na Comissão de Direitos Humanos da OEA.* Nota assinada pelas ONGs do caso, Global, 24 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/quem-nao-deve-nao-teme-governo-brasileiro-foge-de-audiencia-sobre-belo-monte-na-comissao-de-direitos-humanos-da-oea/>. Acesso em: 09 mar. 2015.

5. Crise de Legitimidade

O comando é: "parem de se relacionar com o sistema interamericano" – Funcionário da SDH, sobre a Crise [67]

A respeito do período de crise do SIDH, esse trabalho propõe uma divisão entre dois períodos distintos. O primeiro deles vai de maio de 2011, com a emissão da medida cautelar sobre Belo Monte até a conclusão do "*Grupo de Trabalho Especial de Reflexão sobre o Funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para Fortalecimento do Sistema Interamericano e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos*", aqui "Reforma da CmIDH", em junho de 2013. Esse período representa um questionamento do próprio funcionamento do SIDH e da legitimidade de ações da CmIDH. Com a conclusão dos trabalhos de reforma, o Brasil trabalharia para um processo de "normalização" das suas relações com o SIDH. Entretanto, mantém sua dívida junto à organização, gerando um déficit de financiamento do sistema que deu origem ao segundo período de crise, com o enfraquecimento de suas ações por falta de recursos.

A reação brasileira à medida cautelar MC 382/10 provoca efeitos rapidamente. O Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, se pronuncia considerando que houve desinformação da CmIDH[68] e que a mesma deveria apresentar maior ponderação em casos como o brasileiro[69]. Em 29 de julho de 2011, a CmIDH modifica o objeto de sua medida cautelar, retirando a solicitação de suspensão das obras da hidrelétrica e adicionando que

> o debate entre as partes no que se refere à consulta prévia e ao consentimento informado em relação ao projeto Belo Monte se transformou em uma discussão sobre o mérito do assunto que transcende o âmbito do procedimento de medidas cautelares[70].

---

[67] ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista. 2016, p.74.
[68] *OEA volta atrás sobre Belo Monte*. O Globo, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2011. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=106184&id_pov=19>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[69] *Comissão da OEA deve "revisar decisão" sobre Belo Monte, diz secretário-geral.* BBC Brasil, 4 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/05/110502_insulza_jc.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[70]COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *MC 382/10 – Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará, Brasil.* Washington, 2010. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/cautelares.asp> Acesso em: 18 fev. 2017.

Paulo Sotero atribui a reação brasileira à desconfiança que o governo tem em relação à OEA, e à importância estratégica do projeto Belo Monte para o atual governo e para a presidenta Dilma Roussef em particular[71].

Em junho de 2011, poucos meses após o início da rusga diplomática com a CmIDH, o Brasil reune-se com os demais países da OEA durante a 41ª Assembleia-Geral da organização, na qual um dos principais temas de discussão foi o do funcionamento do SIDH, e em especial as atribuições da CmIDH. O país articula-se com outros governos descontentes em ofensiva contra o SIDH e uma série de propostas é aventada durante a Assembleia, de modificação do regulamento da CmIDH, até mesmo sua extinção[72].

Ao final da Assembleia, nenhuma dessas propostas é adotada, e decide-se pela continuação das reflexões acerca do SIDH com a criação do Grupo de Trabalho que discutiria a reforma da Comissão[73].

Dentro do governo federal, há a descrição de uma nova dinâmica de poder entre os órgãos responsáveis pelo trato com o SIDH. Segundo o funcionário da SDH,

> A partir de Belo Monte, esses setores são alijados do processo de reforma e o Itamaraty toca ela sozinho. O Itamaraty nos enviava... Eles faziam tudo, absolutamente tudo. Nos enviavam tipo assim: 'tem duas horas para responder porque a gente tá enviando o telegrama'. Era uma postura deliberada de nos cortar do debate sobre a reforma do sistema interamericano. E a gente era quem recebia as demandas da Conectas, de todas as organizações que trabalham com o Sistema Interamericano era a gente que recebia as demandas, discutindo 'tá, e aí? O que tá acontecendo? Vocês tem que ser transparentes' E a gente tava tão no escuro quanto eles. [...] Houve um momento, inclusive, entre 2011 e 2012, que houve uma ordem expressa dessa Gláucia Gauch para que os telegramas não fossem repassados para nós. Então nós não recebíamos os telegramas sobre a reforma e quando recebíamos era uma coisa assim: acabou de acontecer ou tu tem uma hora pra responder. [...][74].

Na emergência de um caso de "alto perfil político", a dinâmica entre os atores se altera, inclusive seu nível de comunicação. Representantes de órgãos do governo são suplantados por seus superiores, e diretrizes duras são estabelecidas, reduzindo a

---

[71] SOTERO, Paulo. 2012.
[72] VENTURA, Deisy; CETRA, Raísa. 2013.
[73] CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Informe del grupo de trabajo especial de reflexión sobre el funcionamiento de la Comisión Interamericana de Derechos humanos para el fortalecimiento del Sistema Interamericano de Derechos Humanos para la consideración del Consejo Permanente.* Washington, 25 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2wa9ugA>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[74] ANÔNIMO. Funcionário da SDH. Entrevista. 2016, p.73.

capacidade de manobra do corpo técnico de governo, que em casos "corriqueiros" teria uma maior capacidade de atuação e influência. No estabelecimento de diretrizes duras, o assunto do sistema se torna tabu, e faz-se necessário um lento trabalho de retorno ao tema, e suavização das relações Brasil-SIDH.

Segundo o mesmo funcionário, em reunião de planejamento da Secretaria em janeiro de 2012,

> Era **pauta bomba** [grifo nosso] pra ela [a presidenta Dilma Roussef]. Ela se recusava, ela não queria trabalhar com o sistema interamericano [...] eu acho sintomático que, quando a gente entrou na sala a primeira coisa que a Dilma falou pra gente foi: 'Se vocês falarem em sistema interamericano essa reunião acaba agora'. 'A gente não vai falar em sistema interamericano... ' Mas foi essa a receptividade que a gente teve...[75]

O grupo de trabalho se reune de julho de 2011 a janeiro de 2012, ao longo de vinte reuniões em que os países descontentes com a SIDH se aliam em apoio mútuo, formando um grupo de críticos que apoiariam reciprocamente suas propostas. O funcionário do MRE descreve a posição como a de um intermediário, moderador em 2013. Essa figura, entretanto, procura encobrir a existência de uma agenda de reforma defendida pelo Brasil, por trás de um manto de moderação desinteressado. O que se percebe é que o Brasil inicia as negociações advogando ou apoiando propostas mais agressivas, o que se nota por suas ações simbólicas do mesmo período, e ao longo da crise abandona algumas dessas propostas, ganhando um aspecto de moderador intermediário.

Chegam a ser feitas consultas sobre o tema da extinção da CmIDH, proposto pelo Equador, nos moldes do Sistema Europeu de Direitos Humanos, que são posteriormente descartadas Vale lembrar que a extinção da CmIDH acarretaria duas consequências principais. Em primeiro lugar, os países que não reconhecem a jurisdição da CrIDH deixam de ter um órgão supervisor de direitos humanos. Essa seria a situação dos Estados Unidos, por exemplo, em relação a quem a CmIDH emite medidas cautelares e recomendações sobre violações de direitos humanos. Em segundo lugar, para os países que reconhecem a jurisdição da CrIDH, a extinção da CmIDH faria com que milhares de casos chegassem diretamente à CrIDH, sem a possibilidade de audiências prévias de esclarecimento ou solução amistosa, o que faria com que a CrIDH se tornasse inoperante pelo volume de trabalho acumulado, pois sua estrutura é

[75] ANÔNIMO. Funcionário da SDH. Entrevista. 2016, p. 75.

modesta, com a realização de poucas reuniões ao longo de um ano. Esse segundo ponto vai de encontro às críticas sobre a CmIDH que, de acordo com os países descontentes, deveria concentrar seus esforços em medidas de solução amistosa em vez de uma abordagem querelante nos casos.

No que diz respeito às medidas cautelares, a proposta brasileira seria de que a CmIDH estabelecesse critérios objetivos para sua concessão e que esta se desse somente em caráter individual, o que inviabilizaria a proteção coletiva de direitos, como no caso de Belo Monte ou outros litígios indígenas. O ponto do caráter individual das medidas cautelares é abandonado, numa compreensão de que isso impediria o avanço de uma agenda focada na proteção de direitos econômicos, sociais e culturais. Já a respeito do esclarecimento de critérios para a concessão de medidas protetivas, a Comissão realiza uma série de reuniões com os Estados, visando ouvir suas criticas e esclarecer esses pontos, bem como, demonstra uma maior preocupação na boa fundamentação de suas decisões a esse respeito, conforme afirma o funcionário do MRE,

> A decisão de suspensão de Belo Monte, ela foi tomada numa nota acho que de menos de três páginas, sem uma fundamentação extensa. Hoje, as decisões sobre cautelares elas são todas tomadas em resolução. Resoluções que analisam todos os fatos alegados e que apresentam extensa fundamentação[76].

Por fim, a partir das críticas a respeito da atuação geopolítica das relatorias especiais de liberdade de expressão e direitos dos indígenas, a posição oficial do governo brasileiro, apresentada pelo funcionário do MRE, defende um maior financiamento de todos os órgãos do SIDH, e ainda que as doações voluntárias de recursos sejam acolhidas sem destinação específica. O governo brasileiro, entretanto, manteve sua grande dívida com a OEA até 2016, questão que será abordada na próxima sessão.

Ao longo de todo o ano de 2012, o tema da reforma passa a ser discutido em diversas arenas. Documentos produzidos por vários grupos de ONGs apresentam parecer a respeito das propostas de reforma e clamam aos Estados que, visando um verdadeiro fortalecimento do SIDH[77], se comprometam com o melhor financiamento do sistema e cumprimento das medidas estabelecidas pela Corte e Comissão. A CmIDH

---

[76] ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista. 2016, p.59.
[77] Cf. AMATO, Victoria. 2012; CETRA, Raísa; KWEITEL, Juana. *Muchos Brasis.* Aportes DPLf, Washington, n.19, pp. 48-59, 2014. Disponível em: <http://www.dplf.org/sites/default/files/aportes_19_web_0.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017; DPLF et al., 2012.

cria uma página de "consulta aos atores" para acúmulo de comentários sobre os temas da reforma[78], e diversos acadêmicos publicam artigos sobre o tema e participam de debates na imprensa[79].

Concomitantemente, redes de ONGs ligadas ao ativismo de direitos humanos no sistema interamericano iniciam diálogos com diversas autoridades do governo brasileiro, visando participar da elaboração da política brasileira no que diz respeito ao sistema interamericano. Inserida nessa discussão, a ONG Conectas Direitos Humanos, com base na Lei de Acesso à Informação de 2011, solicita as correspondências entre o Ministério das Relações Exteriores e a Missão Permanente do Brasil junto à OEA, para uma "melhor compreensão da política externa brasileira" no que diz respeito ao processo de reforma do sistema[80].

No que tange à participação das ONGs nesse processo, um primeiro ponto de destaque é a definição que as próprias representantes da Conectas fazem sobre a própria organização no momento do início da crise. São destacados os aspectos de sua atuação política, especializada em política externa e no sistema ONUsiano, com um menor "acúmulo" em sistemas de litígio, como o SIDH.

> Nós não éramos atores muito atuantes no Sistema Interamericano, nós não temos um número de casos, ou melhor, se não fala assim, ah está acontecendo uma coisa na ONU é natural a gente se envolver, na OEA a gente tem poucos casos, muito poucos casos no Sistema Interamericano, e a gente não tinha sido tão, digamos políticos, não tínhamos ido a assembleias. Mas começaram a chegar... alguém liga, alguém nos manda um e-mail, alguém nos encontra numa reunião e cobranças do papel que o Brasil estava tendo no processo. Assim foi que, e como nós sim temos um papel forte de influir o Brasil em sua política exterior, o gancho foi esse, 'bom vocês que

---

[78] Consulta aos atores do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/fortalecimento/consulta.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[79] PATRIOTA, Guilherme A. *Dois Pesos, Duas Medidas*. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 de agosto de 2012, Sessão Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/59211-dois-pesosduas-medidas.shtml.>. Acesso em: 28 set. 2013; PIOVESAN, Flávia; VENTURA, Deisy; KWEITEL, Juana. *Sistema interamericano sob forte ataque*. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 de agosto de 2012, Sessão Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/59213-sistema-interamericano-sob-forteataque.shtml>. Acesso em: 28 set. 2013; SANTOS, Boaventura. *Oitava Carta às Esquerdas: As Últimas Trincheiras*. Carta Maior, 24 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Oitava-carta-as-esquerdas-As-ultimas-trincheiras/26907>. Acesso em: 26 fev. 2014; VENTURA, Deisy; REIS, Rossana R. *Direitos Humanos: Um Estorvo para as Esquerdas?*. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 7 de janeiro de 2013 Disponível em: <http://diplomatique.org.br/direitos-humanos-um-estorvo-para-as-esquerdas/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[80] *Com base na Lei de Acesso à Informação, Conectas pede acesso a telegramas do Itamaraty relacionaods à OEA*, Conectas, São Paulo, 18 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/com-base-na-lei-de-acesso-a-informacao-conectas-pede-acesso-a-telegramas-do-itamaraty-relacionados-a-oea>. Acesso em: 18 fev. 2017.

> vivem falando que fazem influência nas políticas do Brasil, como vocês estão deixando o Brasil fazer o que está fazendo no Sistema Interamericano?' [81].

Essa avaliação é importante, pois define suas dinâmicas com outras ONGs de direitos humanos no plano doméstico e internacional, bem como suas estratégias de atuação. São as interações no plano internacional que dão início à mobilização da ONG, refletindo também em sua ações no plano doméstico. É destacado o papel de um grupo de ONGs internacionais, não-institucionalizado, com *"*um alto grau de confiança entre si e que entraram a discutir as questões com bastante detalhe*"* [82].

Fazem parte desse grupo além da Conectas, CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales - Argentina), IDL (Instituto de Defensa Legal - Peru), DeJusticia (Colômbia) e DPLf (Due Process of Law Foundation - Estados Unidos). É a partir das discussões dentro desse grupo que surge o foco da ONG, refletindo em sua atuação no período pós-reforma.

De acordo com Cetra,

> a decisão de se juntar com esse grupo de ONGs internacionais era um pouco por isso, por que eram ONGs que olhavam pro Sistema da mesma forma que a gente. Muitas delas litigam muito [...] mas ainda assim olham pro Sistema também de uma outra forma [83].

Essa fala também revela outro ponto, de uma percepção de diversos olhares possíveis da sociedade civil sobre o SIDH, pautados em parte por uma categorização de ONGs "políticas" e "litigantes". Essa distinção se comprovada pertinente pode permitir uma expansão do modelo de Souza Santos de respostas heterogêneas para o panorama da sociedade civil. Poder-se-ia intuir que sua atuação e participação variam com o grau de transnacionalização das ONGs e, mais além, *pela forma com que se dá essa transnacionalização* - no caso do SIDH mais ou menos litigantes, ou com atuação principalmente litigante ou política. Dada a impossibilidade da coleta de dados de um maior número de ONGs, a hipótese resta não-confirmada, mantendo-se latente para verificações em trabalhos futuros.

---

[81] KWEITEL, Juana. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede da ONG Conectas, São Paulo, 23 de Junho de 2015. (17:11 min.) – A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação, p.99.
[82] KWEITEL, Juana. Entrevista. 2015, p.101.
[83] CETRA, Raísa. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede da ONG Conectas, São Paulo, 03 de Julho de 2015. (58:56 min.) – A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação, p.86.

A partir do alerta quanto à posição brasileira, segundo o relato de Kweitel, surge o pedido de acesso aos telegramas diplomáticos trocados entre Brasília e o corpo diplomático em Washington, por meio da recém-instituída Lei de Acesso à Informação.

> E aí veio um processo de tentar descobrir o que é que o Brasil estava fazendo no Sistema Interamericano, e aí que veio a questão de parecia ter uma certa discordância entre o que nossos parceiros em Washington diziam que estava acontecendo e o que o Brasil manifestava estar fazendo. E aí que veio a ideia de fazer o pedido de LAI, será que tem uma coisa... era uma forma de tentar ter alguma evidência de que o que os parceiros de Washington estavam falando estava acontecendo, por isso que a gente fez o pedido dos telegramas entre Brasil e Washington, Washington-Brasil, que foi o pedido que a gente fez no dia que a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor...[84]

Conforme descrição de Kweitel, e desenvolvimento no trabalho de Natália Araújo e Deisy Ventura[85], o evento do pedido de acesso à informação em si gera bastante controvérsia, com uma grande resistência do Itamaraty na divulgação dos telegramas, reiteradas negativas sob o argumento do sigilo, e a liberação de apenas dois documentos, chegando até a última instância de apelação prevista pela lei. Entretanto, como efeito colateral desse pedido, o MRE propõe a realização de reuniões para discutir o assunto com a ONG, possibilitando a criação de um espaço de diálogo com a sociedade civil. Fala-se menos em articulação nacional, e mais em aberturas de espaços de diálogo com o governo, num clima de urgência e de certo improviso. Como já dito, no caso da Conectas, a articulação se dá principalmente numa esfera transnacional. Há a percepção de diferentes interesses ou abordagens no campo doméstico entre as ONGs que então privilegiam o foco na abertura de foros sem uma articulação prévia,

> Rodrigo: Aqui, houve algum tipo de articulação de discurso, prévio a essas reuniões ou foi principalmente com essas ONGs "regionais"?
>
> Juana: Não, não tinha um foro, não tinha um foro, nem dava tempo. Porque assim, o processo foi bastante intenso, então saiam documentos que tinha de comentar, ia ter uma reunião tinha de se posicionar, e a gente não teve um espaço suficiente para coordenar. Mas a gente compartilhava toda a informação, não dava para chegar com uma posição única, mas dava para falar, "olha está acontecendo tal coisa" então a gente criou um grupo, um e-groups, entre as organizações brasileiras, e tudo que era produzido, tudo que nos chegava, a gente compartilhava [86].

---

[84] KWEITEL, Juana. Entrevista. 2015, p.100.

[85] Cf. *Conectas – Lei de Acesso à informação entra em vigor sob clima de desconfiança, expectativa e cobrança*. Conectas, São Paulo, 14 de Maio de 2012, Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/noticia/transparencia-lei-de-acesso-a-informacao-entra-em-vigor-no-brasil-sob-clima-desconfianca-expectativa-e-cobranca>. Acesso em: 18 fev. 2017; ARAÚJO, Natália; VENTURA, Deisy. *A lenta democratização do Itamaraty: o caso do Acesso à Informação sobre a reforma do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.* In MEYER, Emilio; OLIVEIRA, Marcelo (Orgs.). *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Belo Horizonte, Initia Via, 2014.

[86] KWEITEL, Juana. Entrevista. 2015, p.102.

A partir da abertura de canais de participação e diálogo com a sociedade civil, percebe-se um arrefecimento das críticas mais agressivas ao sistema, bem como um retorno paulatino à posição moderada nas declarações e propostas brasileiras. O questionamento do sistema de medidas cautelares permanece como bandeira brasileira, que é acolhida em certa medida por algumas ONGs, mas somam-se a isso propostas acerca da universalização do sistema e de um comprometimento dos Estados com o financiamento. Nesse sentido, as entrevistadas destacam certa ambiguidade do posicionamento brasileiro, cujos discursos não correspondem a mudanças práticas, isso é exemplificado pela situação de inadimplência brasileira no sistema, e sua reação (ou falta dela) à denúncia venezuelana[87] ao Pacto de San José em setembro de 2012[88].

Esse movimento em direção a uma postura moderada representa um crescimento da mobilização da sociedade civil, em âmbito doméstico e nacional, o que fortaleceria os grupos pró-direitos constituídos no governo, reequilibrando a dinâmica de poder, de acordo com o modelo de Cardenas.

Ao longo de 2012, os discursos radicais do governo arrefecem e, com uma posição brasileira mais moderada, nenhuma das propostas mais danosas ao SIDH constou nos documentos produzidos no primeiro semestre de 2013. A resolução AG/RES. 1 da 44ª Sessão Extraordinária da Assembleia-Geral da OEA, e as Declarações de Guayaquil[89] e Cochabamba[90], respectivamente da Primeira e Segunda Conferências dos Estados-parte da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, congratulam a CmIDH pelas medidas tomadas para fortalecimento do sistema, se comprometem com o pleno financiamento do sistema e com a plena adesão dos Estados-membros da OEA à Convenção. Nas discussões da Assembleia-Geral, o papel

---

[87] Em setembro de 2012, o governo venezuelano oficializou seu pedido de denúncia contra a Convenção Americana sobre críticas de que tanto a CmIDH quanto a CrIDH seria iinstrumentos do imperialismo. V. *Venezuela denuncia Convenção de Direitos Humanos da OEA*, Carta Capital, São Paulo, 11 de setembro de 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/venezuela-denuncia-convencao-de-direitos-humanos-da-oea>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[88] CETRA, Raísa; KWEITEL, Juana. 2014.

[89] ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Declaração de Guayaquil*. Primeira Conferência dos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Guayaquil, 11 de março de 2013. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2013/05/Conferencia-Estados-Partes-Guayaquil-doc.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[90] Idem. *Declaração de Cochabamba*. Segunda Conferência dos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Cochabamba, 14 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.cancilleria.gov.ar/userfiles/14-05-13_delcaracion_cochabamba.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

do Brasil é destacado como mediador que permitiu a elaboração de um documento que respeite a autonomia da CmIDH e previna a saída de países do SIDH.

A distinção entre atos simbólicos e ações práticas de Cardenas aparece aqui novamente, a partir das descrições dos dois funcionários do governo. Apesar dos atos "simbólicos" de acirramento das relações brasileiras com o Sistema, os contatos teriam sido mantidos durante todo período de crise, na narrativa da SDH como ato de rebeldia às determinações do governo, e na narrativa do MRE como sinal de normalidade, ou da manutenção das relações no nível prático/técnico.

Assim, para o funcionário da SDH,

> [...] ela [a presidenta Dilma Roussef] interrompeu o financiamento, também à nossa revelia, e nós tivemos um comando que, enfim, era pra congelar o relacionamento com o Sistema Interamericano. **E ali nós fomos rebeldes [**...] E eu disse 'não há direção política porque o que nós estamos fazendo é uma insurgência'. O comando é: 'parem de se relacionar com o sistema interamericano'. A gente seguia respondendo, seguia trabalhando nos casos, seguia trabalhando normalmente à revelia...[91]

Já para o funcionário do MRE,

> Eu diria isso, no nível simbólico a gente pode dizer que o Brasil mandou a mensagem diplomática mais dura possível com relação a seu descontentamento quanto aos métodos de trabalho da Comissão. Mas, isso não afetou o dia-a-dia dos trabalhos porque a gente continuou respondendo às petições, a gente continuou respondendo às demandas da Comissão, pedidos de informação. O diálogo no nível técnico não foi interrompido, mesmo em relação ao caso de Belo Monte, o Brasil, ele durante algum tempo não respondeu às demandas da Comissão, mas não demorou muito tempo, retomou[92].

Da mesma maneira, a divergência de culturas políticas em diálogo proposta por MacDowell Santos também é notável aqui, em primeiro lugar no estabelecimento de atos concomitantes de afastamento e diálogo, e principalmente pela própria leitura dos entrevistados sobre o significado dessas ações, representando ações que poriam em risco suas posições (no caso do funcionário da SDH) ou a manutenção da normalidade técnica (perspectiva do funcionário do MRE). Esse cenário reproduz uma inversão do cenário proposto por Cardenas de um comprometimento simbólico aos direitos humanos aliado a violações práticas ou localizadas. Os atos simbólicos representam um acirramento das relações, acompanhadas de ações práticas de comprometimento, ou não-violação. Entretanto, esse trabalho defende que esse cenário não representa uma

[91] ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista. 2016, p.74.
[92] ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista. 2016, p.58.

situação positiva ou de progresso, pois muitas das ações "simbólicas" tem um fundo material importante, como o congelamento de recursos financeiros, e influenciam, ou dão abertura para que outros países da região também tenham um acirramento de relações com o SIDH, elemento que será discutido posteriormente.

Por fim, nessa primeira etapa da crise do sistema, resta a discussão sobre as razões para o arrefecimento das críticas e moderação das propostas. Os entrevistados apresentam algumas leituras. Mais uma vez, vale o destaque de que o objetivo do trabalho não busca refutar essas leituras, ou pressupor que elas se anulem, mas apresentá-las em conjunto, e fornecer substratos que possam sustentá-las e explicá-las teoricamente.

O primeiro ponto destacado é o de uma abertura da CmIDH às críticas dos Estados, buscando sua própria sobrevivência e de algum modo influenciar ou ter certo controle sobre as discussões que ocorrem. Essa abertura já se dá com a revisão da medida cautelar de Belo Monte, dois meses após sua emissão, em que a Comissão retira a provisão de suspensão das obras. Ademais, o funcionário do MRE descreve a postura anterior da CmIDH como extremamente hermética, principalmente por parte da sua Presidência e Secretaria Executiva, postura que mudaria após o período de crise e com a renovação desses cargos,

> Eu acho que esse processo de escuta dos Estados, ele só foi possível quando houve uma modificação, tanto na Presidência da Comissão quanto na Secretaria Executiva, a gente tem a saída da Dinah Shelton da presidência da Comissão e a gente tem a entrada do Orozco, Jesus Orozco, que é um mexicano e daí de um outro mexicano que é o Emilio Icaza que entra na Secretaria Executiva[93].

Com o estabelecimento de reuniões entre a comissão e os Estados, a Comissão assume as rédeas do seu próprio processo de reflexão, no que Victoria Amato chama de exercício de catarse dos Estados ao custo de 130 mil dólares[94], mas que prevene a concretização das propostas mais ousadas de mudança:

> Quando existiu essa abertura, eu acho que a Comissão ela assume as rédeas do processo de reforma e ela faz a reforma por dentro, e quando ela faz a reforma por dentro ouvindo os Estados, essa é a minha percepção né não é uma percepção oficial, eu acho que ela roubou a agenda desses Estados que estavam querendo limitar a atuação da comissão[95].

---

[93] ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista, 2016, p.56.
[94] AMATO, Victoria. 2012.
[95] ANÔNIMO. Funcionário do MRE. Entrevista. 2016, p.57.

Segundo Paulo Vannuchi, a Comissão passa então a ter uma agenda mais propositiva, de cooperação com os Estados, e uma sensibilidade política que teria faltado na decisão de Belo Monte[96]. A respeito dessas mudanças no comportamento da CmIDH, essa questão será explorada nas próximas seções.

Ainda de acordo com a leitura do funcionário do MRE, outro limitador de mudanças mais agressivas seria a tradição de resoluções por consenso nas assembleias da OEA.O que não seria possível com as propostas agressivas devido a uma cisão entre os países apoiadores e os críticos do sistema. Nessa visão, mais uma vez o Brasil é posicionado como o moderador, país que trabalha as posições dos demais em busca de um consenso intermediário.

Segundo o funcionário do MRE,

> Existe um certo consenso sobre o consenso na OEA, ou seja, o consenso de que é preferível que todas as resoluções sejam adotadas por consenso. Então a assembleia-geral é um ambiente em que as dissidências elas são anuladas por meio da adoção de resoluções por consenso, o que faz com que essas resoluções não tenham um caráter muito ousado[97].

Essa perspectiva apresenta um caráter extremamente institucionalista, que propõe que o próprio desenho ou cultura institucional dos organismos internacionais determina o grau de mobilidade e alterações possíveis. Ainda que essa explicação tenha um peso importante, resta a crítica de que ela diminui a importância do conteúdo das críticas que gera a mudança e do número de insatisfeitos, como se o desenho institucional por si só impedisse grandes transformações a despeito do potencial de insatisfação agregado.

Partindo para o caso específico brasileiro, a primeira leitura apresentada trata de um desgaste político[98] que o governo sofre com a manutenção de medidas agressivas como a ausência de seu embaixador e o congelamento de recursos destinados à OEA. Nesse caso, as candidaturas de Roberto Caldas para a CrIDH, em 2013, e de Paulo Vannuchi, em 2015, seriam demonstrações de um processo de "normalização" de relações. O esforço diplomático e o investimento de capital político brasileiro na promoção dos dois candidatos seria o símbolo da normalização no trato com o Sistema.

---

[96] VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. 2013.
[97] ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista. 2016, p.56.
[98] SOTERO, Paulo. 2012.

No caso da eleição de Vannuchi vê-se demonstrações deste desgaste político[99] - dada como em certa em 2011, o candidato só conseguiu a última cadeira disponível em 2015, após desempate com o candidato colombiano em segundo turno.

No mesmo sentido, o funcionário da SDH destaca a importância de Roberto Caldas no processo de normalização dessas relações, atuando como uma força dissuasória da postura agressiva do governo,

> O Roberto Caldas, coitado, foi pego nesse fogo cruzado e ele nos auxiliou muito nesse processo de redução do nível de tensão do estado brasileiro. Muito. Porque ele tinha muito contato com pessoas muito próximas à Dilma. A gente forçava por dentro e ele forçava por fora. Pra acontecer essa redução, dizer que não é do interesse de ninguém, que mais vale ter um diálogo e ter gente nossa dentro do sistema, para poder ter sensibilidade para determinados assuntos[100].

Desse modo, o retorno às candidaturas é entendido como uma mudança de estratégia para lidar com as insatisfações do governo, de ruptura para inserção e tomada de espaços dentro da instituição. De mesmo modo, a influência de Roberto Caldas permite uma revisão dos custos de desgaste político da estratégia anterior, bem como atua como mais uma força dentro da aliança pró-sistema que desataria a mordaça sobre o tema, e permite a dissuasão das tensões.

Por fim, vale destacar a participação da sociedade civil na alteração das percepções de custos políticos a partir da mobilização de ferramentas de participação, e alianças com forças pró-SIDH. Num cenário de alta mobilização da sociedade civil em torno de um tema e do enfraquecimento relativo de uma coalizão pró-violação, o corpo político ganha pulsão em direção ao comprometimento com normas internacionais de direitos humanos, ou nesse caso, se ensaia um retorno à normalização e a convergência de atos simbólicos e ações materiais que concernem ao SIDH.

A 43ª Sessão Ordinária da Assembleia-Geral da OEA, de 4 a 6 de junho de 2013, marca o fim desse processo de "reflexão", em que proposta de resolução encabeçada pelo Equador que mantém o tema de reforma do SIDH em discussão é

---

[99] GALVIZ, María C.; SALAZAR, Katya. *43rd OAS General Assembly: sound judgment prevailed*. DPLf, Washington, 20 de junho de 2013. Disponível em: <http://dplfblog.com/2013/06/20/43rdoas-general-assembly-sound-judgment-prevailed/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

[100] ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista, 2016, p.76.

rejeitada, assim como a candidatura equatoriana a uma das vagas na CmIDH que tem como base de campanha a promoção de novas reformas[101].

[101] GALVIS, Maria C.; SALAZAR, Katya. 2013.

6. Pós-Reforma e Crise Financeira

> *Porque a OEA demitiu funcionários nesses últimos anos todos [...] e na demissão falava, nós estamos demitindo porque o Brasil está devendo dezenove milhões de dólares. Então um desgaste inexplicável.*
> *- Paulo Vannuchi, Comissionário da CmIDH*[102]

Findado o processo de reforma, muitos atores consideram que a crise do sistema interamericano estaria concluída, e que em seguida haveria uma paulatina normalização das relações entre os Estados. Entretanto, o que se vê é um período de "ressaca", e constituição de uma nova crise em diferentes termos.

Uma das conseqüências percebidas do período do pós-reforma é uma desmoralização da CmIDH, com uma perda gradual de países apoiadores do Sistema. Há um entendimento de que após o "consenso" da 43ª Assembleia Geral da OEA, os Estados críticos da Comissão continuam insatisfeitos e considerando a alternativa venezuelana de denúncia da Convenção, enquanto Estados apoiadores se afastam a uma distância segura. Como diz Paulo Vannuchi, "agora, não tem um país hoje que tenha uma relação de aplausos ao sistema"[103]. Há também uma compreensão de que a partir da crítica brasileira outros Estados sentem-se confortáveis para externar suas críticas e insatisfações. Com a inadimplência brasileira, outros Estados também não se sentem compelidos a realizar doações ou cumprir suas obrigações.

Dessa maneira, em maio de 2016, a CmIDH declara sua situação de crise financeira, e anuncia seus planos de demissão e suspensão de visitas dada sua insolvência[104]. O Brasil, enquanto maior devedor, ganha um grande peso nesse processo. De acordo com Paulo Vannuchi,

> OEA demitiu funcionários nesses últimos anos todos, gente de alta especialização que mudou do Brasil pra lá, da Colômbia pra lá, de El Salvador pra lá, com família, com filhos na escola, com contrato de aluguel, e na demissão falava, nós estamos demitindo porque o Brasil está devendo dezenove milhões de dólares[105].

Nesse sentido, grande parte das mudanças sugeridas pelos Estados, e pretendidas pela Comissão para reformar seu funcionamento também ficam suspensas devido à falta

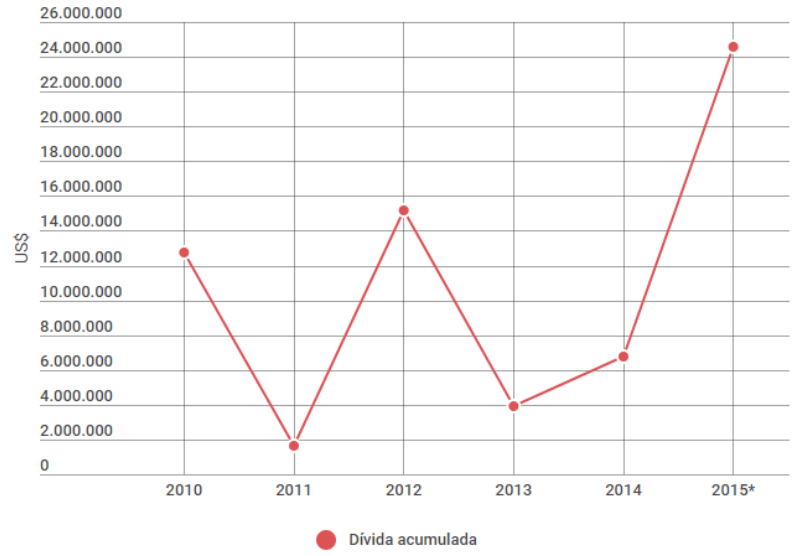
---

[102] VANNUCHI, Paulo. Entrevista, 2017, p.113.
[103] Ibid. p.114.
[104] *Grave crise financeira da CIDH leva à suspensão de audiências e perda iminente de quase metade do seu pessoal.* OEA, Washington, 23 de Maio de 2016. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2016/069.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[105] VANNUCHI, Paulo. Entrevista, 2017, p.113.

de recursos, como é o caso da estruturação de um Relatoria Especial para temas DESC (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), demanda advinda da crítica à CmIDH de um foco excessivo nos direitos civis e políticos, tomados como direitos liberais,

> Então faltava criar uma [relatoria] [...] pros DESC pra começar a introduzir o tema da comida, do trabalho, da educação, da saúde, da moradia, meio ambiente [...] Então nesse sentido, nesses três anos que eu fiquei lá, com mandato pra fazer isso, não tinha dinheiro[106].

Um dos principais pontos de demanda desenvolvidos no pós-reforma pela Conectas é a bandeira do pleno financiamento do SIDH, uma vez que há o entendimento de que boa parte das críticas sobre o mau funcionamento do Sistema advém da sua falta de recursos, ou da dependência de doações voluntárias de Estados não-membros do sistema. Ao fim do processo de reforma, um dos compromissos firmados pelos países foi o de paulatina substituição desses recursos externos por contribuições advindas de países do próprio sistema. Entretanto, isto não ocorre, como demonstra a figura seguinte:



Fonte: CIDH
* Os valores de 2015 abarcam transferências realizadas até o mês de setembro.

Figura 1 – Evolução da dívida acumulada pelos Estados-membros da OEA pelo não pagamento de cotas obrigatórias[107]

No balanço apresentado sobre as dívidas dos Estados no pagamento de suas cotas obrigatórias, percebe-se uma evolução da dívida a partir da resolução da reforma

---

[106] VANNUCHI, Entrevista. 2017, p.110.
[107] *Da reforma à bancarrota*. Conectas, São Paulo, 06 de Junho de 2016, Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/45688-da-reforma-a-bancarrota.>. Acesso em: 18 fev. 2017.

em 2013. Dos 24,5 milhões de dólares acumulados até setembro de 2015, 15 milhões de dólares correspondem a dívidas brasileiras.

Sobre a questão do financiamento, o funcionário do MRE reconhece os embaraços que a dívida brasileira pode causar, mas afirma que não se trata de um caso restrito à OEA e o SIDH. Pelo fato da organização não impor sanções de perda de voz ou voto por inadimplemento, sua quitação não seria tão prioritária diante de outras dívidas internacionais. A respeito desses pagamentos e contribuições voluntárias o funcionário descreve um cenário que inclui o Ministério do Planejamento como mais um ator relevante nas relações políticas com o SIDH.

> Quem passou a ser responsável pelo pagamento, pelo orçamento, essas dívidas com organizações internacionais, foi o Ministério do Planejamento. Isso foi retirado do Itamaraty, e obviamente o Ministério do Planejamento não tem a mesma visão política do Itamaraty, [...] contribuições voluntárias a organismos internacionais são possíveis desde que sejam propostas na Lei Orçamentária Anual e sejam aprovadas pelo Congresso Nacional, mas antes da proposta chegar ao Congresso isso passa pelo MPOG [Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão], passa por uma revisão no MPOG. Então até chegar ao Congresso, isso ser aprovado, pro orçamento seguinte. Isso também tem um peso, um ministério também que está em dificuldade orçamentária, ele colocar no seu orçamento [...] [108].

Nesse cenário a Comissão torna-se ainda mais refém dos países doadores, como descreve Vannuchi,

> [...] tem uma deputada presa na Argentina, desde um ano atrás, ela é uma deputada do PARLASUL, ela foi deputada, ela é indígena, está presa em Jujuy, de cooperativa etc., o dia que soltaram ela de manhã, à tarde prenderam de novo ou nem saiu da cadeia, [...] mas visivelmente entre os sete comissionados, toda vez que nós vamos discutir esse caso, pesa sobre a cabeça o seguinte, bom eu vou pelas convicções do direito então nós teríamos agora que fazer uma colocação muito dura e radical. [...] Agora se a gente toma uma atitude firme com a Argentina, primeiro ela não paga os quatrocentos mil dólares de contribuição voluntária e então nós cortamos dez advogados aqui, ou ela nas próximas discussões no conselho permanente da OEA vai se aliar com um grupo que acha que... Então é um trabalho dificílimo[109].

A fala de Vannuchi revela dois fenômenos. Em primeiro lugar, o da fragilidade financeira da CmIDH, que pondera sobre a possibilidade de perda de recursos ao ter de enfrentar um país doador. Em segundo lugar, o de sua fragilidade política. Há uma consciência do impacto da crise de legitimidade e sua desmoralização, e assim do tênue equilíbrio necessário para que a instituição não se veja por um lado destituída de recursos, nem, por outro, destituída de relevância.

---

[108] ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista, 2016, p.60-61.
[109] VANNUCHI, Paulo. Entrevista, 2017, p.111.

Ainda segundo Vannuchi,

> A Comissão toda sensível, e eu era o relator pra Argentina, em manter uma boa relação com o novo governo, porque se a Argentina, que é um parceiro histórico, muda de direção, se o México que é um parceiro histórico, e se somam com o bloco que é adversário, Venezuela né... Se desfaz o equilíbrio numérico, então o meu trabalho lá, que termina no final deste ano, é um trabalho que eu sinto o tempo todo de um dificílimo fio de navalha[110].

O sinal mais recente dessa situação é a decisão da Corte Suprema argentina de que as decisões da CrIDH não se sobrepõem às decisões da Corte Suprema[111], deixando questionamentos sobre o lastro vinculante convencional das decisões da corte, entendidas anteriormente como obrigatórias em casos contra o Estado argentino. E, potencialmente ameaça o próprio instituto da jurisprudência convencional, compreendido pelos acadêmicos como um grande avanço do ordenamento argentino na incorporação do direito interamericano[112].

Nesse sentido, a Comissão passa a trabalhar focada no que chama de "sensibilidade política", visando evitar novas crises, e superar suas dificuldades atuais. Para a Comissão, após 2013, não se retoma a normalidade, mas sim um novo tênue equilíbrio em que a Comissão se esforça para manter suas prerrogativas e recursos, num cenário de perda de aliados e crescente onda conservadora, como se vê com os conflitos entre a CmIDH e o governo argentino sobre a revogação da lei de meios de comunicação[113].Segundo Vannuchi,

> [...] eu não vejo como escapar de uma estratégia que seja gradualista, e o gradualismo é você dar passos preparando os passos, neste momento eu nem acredito em passos adiante, eu acho que a estratégia do momento é não-regressividade. Porque a regressão está vindo, e com a vitória do Trump, que é recentíssima aposse dele a sinalização é tão exuberante que não é só o efeito lá dentro, é toda uma América Latina que está condicionada a seguir os Estados Unidos[114].

Assim, é argumento desse trabalho que o discurso da normalização para a CmIDH não se aplica ao fim de 2013. Eis que suas fragilidades continuam expostas, mas atacadas por outros ângulos, não coloca em jogo sua legitimidade ou prerrogativas,

---

[110] VANNUCHI, Paulo. Entrevista, 2017, p.111.
[111] *La Corte debilita la protección interamericana para los derechos humanos.* Página 12, Buenos Aires, 14 de Fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/20195-la-corte-debilita-la-proteccion-interamericana-para-los-dere>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[112] ENGSTROM, Par. 2011.
[113] *CIDH convoca governo Macri para audiência sobre tentativa de anular lei de meios argentina.* Opera Mundi, São Paulo, 03 de Abril de 2016. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/43684/cidh+convoca+governo+macri+para+audiencia+sobre+tentativa+de+anular+lei+de+meios+argentina.shtml>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[114] VANNUCHI, Paulo. Entrevista, 2017, p.111.

e sim sua eficácia, sua capacidade de trabalho num ambiente de recursos escassos e política frágil.

Para o funcionário da SDH,

> É possível que para o Estado brasileiro esteja normal. Para quem não está normal é para a Comissão, que está acovardada, justamente pelo que passou, talvez com um estresse pós-traumático. Eu acho que isso daí representaria melhor. Pro Estado brasileiro está normal. Está normalizado, estamos com gente dentro do sistema. Estamos dialogando. Estamos respondendo caso. Tem embaixador. Está normal, pra eles está normal. A Comissão é que está com uma síndrome de estresse pós-traumático depois desse evento[115].

O "acovardamento" ou "bom comportamento" é o que levaria à impressão de normalidade, quando o que ocorre é um sinal de maior fragilidade do que quando a crise começa a ser discutida. Esse cenário de percepções distintas acerca do deslinde da crise e suas consequências seria um sinal do Estado bipolar descrito por MacDowell Santos, ou seja, a presença de culturas políticas díspares num mesmo aparato estatal, cada uma filtrando e analisando os eventos num prisma próprio.

Por parte da sociedade civil duas imagens são utilizadas para descrever o momento do pós-reforma. Primeiramente, a do "empate com gols"[116], no sentido de que havia um receio de que o processo de reforma poderia ter causado muito mais danos do que causou. Ao fim da reforma, as principais ameaças institucionais ao Sistema estão fora de jogo, e junto a isso também se desenvolve uma expertise a partir de todo o trabalho de ativismo transnacional, que passa a pautar uma agenda para o Sistema. É o que revela a entrevista com Cetra.

> Rodrigo: E antes disso, você sabe se vocês tinham algum outro foco, alguma agenda específica no sistema?
>
> Raísa: No Sistema não, começou bem aí.
>
> Rodrigo: Então foi esse momento que dá um foco, uma atenção pro Sistema, que talvez vocês não tinham antes.
>
> Raísa: Sim, e muito forte, pelo que a Camila [Asano] relata. Foram dois anos muito intensos, porque a Conectas surge e por muitos anos se diferenciou no Brasil pelo trabalho com ONU, então nosso trabalho sempre foi muito mais focado em ONU. Eu diria que faz uns quatro, cinco anos que a gente começou com calma a olhar pro Sistema, enquanto um sistema como a gente faz com ONU [117].

---

[115] ANÔNIMO, Funcionário da SDH, 2016, p.82.
[116] *Termina o processo de reforma do sistema interamericano.* Conectas, São Paulo, 26 de Março de 2013. Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/finaliza-o-processo-de-reforma-do-sistema-interamericano>. Acesso em: 18 fev. 2017.
[117] CETRA, Raísa, Entrevista, 2015, p.87.

Essa experiência gera o que Cetra chama de acúmulo sobre o sistema. Ainda que sem alterar o perfil de atuação da ONG, a Conectas passa a ter maior atuação dentro das discussões e foros do SIDH.

Concomitantemente, a segunda imagem apresentada é a da "ressaca", no sentido de um esgotamento da sociedade civil pós-tormenta. Após o intenso trabalho de contenção das ameaças, as organizações da sociedade civil teriam passado por um período de estafa, e insegurança na apresentação de certas demandas, também por uma antecipação da já discutida fragilidade política da CmIDH. Mais uma vez, dada a amostra de atores não-estatais restrita à Conectas, essas analogias requerem comparações com a experiência de outras organizações. De mesmo modo, na entrevista com o funcionário da SDH, há a descrição da mesma reticência por parte das ONGs na apresentação de demandas sensíveis, *"*talvez mesmo organizações da sociedade civil, que estão se acovardando já sabendo que se entrarem não vão levar. Então elas tem que escolher muito bem com o que entrar [no SIDH]*"*[118], a presença dessa narrativa de reticência na apresentação de demandas nas duas falas, indica um maior potencial de confirmação dessa hipótese.

Finalmente, uma última consideração sobre o período do pós-reforma no plano doméstico é a da consolidação de canais de influência da sociedade civil em matérias de política externa de direitos humanos. O tratamento desse caso no plano doméstico permite às ONGs porem à prova canais recém-criados, como a LAI, Lei de Acesso à Informação, enquanto ferramenta de ativismo. E institucionalizar outros, como o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa[119], um fórum de atores da sociedade civil e atores governamentais criado em 2006 com o objetivo de ampliar a transparência e o diálogo nas discussões sobre política externa em direitos humanos no país. Com a crise o grupo aumenta seu número de reuniões e, a partir de 2013, passa a se reunir periodicamente a fim de discutir a agenda em política externa em reuniões da ONU e OEA. Ambos os instrumentos ainda são alvos de críticas, mas demonstram um fortalecimento das articulações entre as ONGs especializadas de modo a demandar e ocupar espaços de participação e diálogo com os atores governamentais.

---

[118] ANÔNIMO, Funcionário da SDH, Entrevista, 2016, p.82.
[119] Cf.. Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. Disponível em: <http://dhpoliticaexterna.org.br/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

7. Conclusões

Após análise das diversas narrativas acerca das crises do sistema interamericano, pode-se concluir que esse processo de enfraquecimento e crises ainda existe e continua passando por negociações, nos planos doméstico e transnacional para sua resolução. Essas crises, ainda que distintas, estão relacionadas e se influenciam mutuamente. A aparente resolução da crise política não incorre na resolução da crise financeira, nem impede que esta retome os efeitos da primeira, como o enfraquecimento político e reticência na tomada de decisões controversas.

O Sistema conhecido por servir de destaque para casos emblemáticos, por permitir a veiculação de informações de proteção de direitos pelo continente e a reverberação de demandas importantes, parece não ter sido bem sucedido na promoção desses mesmos mecanismos para si mesmo. Ainda que a partir de 2011 o SIDH tenha sido mais discutido entre os Estados, na mídia e entre as redes transnacionais da sociedade, isso não parece repercutir em um maior grau cumprimento de suas decisões ou melhoras no seu financiamento. O fortalecimento prometido pelo Grupo de Trabalho jamais ganhou forma.

A situação de crise não se resolveu, e ainda que a CmIDH se esforce por transitar dentro de um equilíbrio político sensível, ela parece ainda se encontrar em uma posição extremamente frágil. Retornamos às questões suscitadas na introdução, como garantir a sobrevivência e a autonomia de um sistema que em última instância depende das entidades que ele mesmo fiscaliza? Como diz Paulo Vannuchi, os Estados deveriam abandonar uma perspectiva de "eu vou ajudar se você me ajudar", e compreender o sistema como uma proteção mínima que pode ser necessária mesmo àqueles que hoje estão nas mesas de decisão.

A suspeita dos Estados em relação ao sistemas de proteção gera uma fragilidade nessa proteção, sem apresentar alternativas em sua substituição. É simbólico que, Dilma Roussef, uma das forças catalisadoras da crise atual, tenha submetido seu próprio caso de violação de direitos ao SIDH[120]. A denúncia ou enfraquecimento dos sistemas internacionais de proteção não significa um ganho de autonomia ou soberania estatal.

---

[120] *PT cita "golpe" e recorre à Comissão da OEA contra impeachment de Dilma*, UOL, São Paulo, 10 de agosto de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/10/pt-recorre-a-oea-contra-impeachment-de-dilma.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Pelo contrário representa uma maior fragilidade de todos os indivíduos protegidos por esse sistema.

Com a emissão da medida cautelar MC 382/10, sobre Belo Monte, um conjunto de forças conservadoras contrárias ao SIDH se coaduna de modo a vocalizar suas críticas, suportados pela reação imediata da presidenta Dilma Roussef. Essa reação amordaça momentaneamente as forças pró-SIDH, que são pegas também de surpresa pelas ações da CmIDH e do governo. Esse cenário representa o desequilíbrio de forças que mobiliza as ações agressivas em relação ao sistema de direitos humanos.

Outro ponto relevante é a discussão das dinâmicas governamentais diferentes nos casos de direitos humanos "corriqueiros" e de alto perfil político. Como já dito, os fenômenos descritos nesse trabalho sustentam a analise de Sonia Cardenas, sobre as diversas forças tributárias do comportamento estatal, e da existência de demandas que podem despertar sensibilidades de grupos pró-violação. Vale destacar a identificação nas falas dos entrevistados de um cenário inverso, nos casos corriqueiros, percebe-se muitas vezes uma ausência de diretrizes políticas das lideranças e com isso uma maior autonomia dos corpos técnicos na decisão do trato dessas questões. Isso demonstra o papel desprivilegiado que os direitos humanos tem na agenda política, e indica que quando esses casos de "alto perfil" vem à tona, e as lideranças assumem a mesa de decisão, elas não dominam o trato ou tem a sensibilidade necessária para lidar com o caso numa perspectiva de direitos humanos.

Casos de alto perfil político, portanto, seriam aqueles que geram a sensibilização de um número maior de atores, levam à inserção de novos participantes na arena de tomada de decisões e elevam seu nível hierárquico. Estudos de outros casos de política externa em direitos humanos com essa mesma chave de análise podem revelar se essa classificação de casos de "alto perfil político" e casos "corriqueiros" tem pertinência, e se essa autonomia de atuação do nível técnico se confirma no segundo grupo.

De mesmo modo, essa discussão sobre as lógicas de decisão pode ser lida na perspectiva do dualismo político de MacDowell Santos. Assim, a presença de culturas políticas dissonantes seria mantida nos múltiplos níveis, mas com uma inserção de novos atores conservadores (pró-violação) na emergência de casos de alto perfil político.

Uma reflexão importante que a proposição de MacDowell Santos traz é a da dualidade de culturas jurídico-políticas. Esse ponto é levantado pelos entrevistados ao tratar da composição de alianças durante o caso ou da dificuldade no diálogo com determinados atores. De acordo com Vannuchi[121], o histórico do caso apresenta a gênese da formação de uma aliança anti-SIDH no caso Gomes Lund, que se mantém no caso Belo Monte e atua na crise do SIDH. Para outros entrevistados essas alianças se formariam a cada caso, alterando-se a partir da pauta em discussão, com a inserção de novos atores em casos específicos, essa segunda leitura parece ganhar peso com a inserção dos ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente nos processos de discussão do caso Belo Monte. Cabe discutir se mesmo na alteração de alianças um esquema de culturas dual se mantém. Ademais a formação dessas alianças anti-SIDH merece estudos posteriores que discutam seus cenários de formação e suas estratégias de ação.

MacDowell Santos propõe que diferentemente da heterogeneidade de Moçambique, o Brasil teria um comportamento bipolar, com duas culturas jurídico-políticas presentes. A análise do comportamento de novos atores, como Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, e de novos casos poderá esclarecer se o caso brasileiro apresentaria duas "posições de direitos humanos" em debate, ou uma multiplicidade interseccionada de culturas políticas. Vale o destaque de que nas duas hipóteses o diálogo entre essas forças afasta o caso brasileiro do cenário de ruptura descrito por Souza Santos no pluralismo jurídico moçambicano.

Um dos objetivos desse trabalho é apontar as diversas perspectivas segundo as quais se pode observar e entender a crise do sistema interamericano. Buscou-se justapor imagens de "ressaca", "fragilidade" e "normalidade", entendimentos dos resultados da crise como benéficos, promotores da transparência, geradores de expertise ou degradantes das capacidades de ação. Essas diferenças de análise sobre as crises se explica pelas diferentes culturas políticas dos atores e suas posições no panorama político do caso. Não se pretende enaltecer qualquer narrativa como mais próxima da verdade, cada uma dessas perspectivas se reconhece enquanto verdade e a partir disso fundamenta suas ações. O objetivo dessa justaposição está em revelar essas

[121] VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. 2011.

dissonâncias e descrever as lógicas de ação dos atores e buscar lastro teórico que as explique.

O caso da crise do Sistema Interamericano contempla inúmeras possibilidades. Esse estudo não esgota as reflexões sobre o caso, limitando-se a propor algumas soluções teóricas e metodológicas e propõe a comparação com os processos de tomada de decisão de outros casos brasileiros para verificar a pertinência das soluções propostas e dos cenários descritos.

Estudos sobre o mesmo caso em outros países também são relevantes, explorando as alianças entre os governos na negociação da reforma e as alianças transnacionais da sociedade civil, elemento apontando como fundamental segundo fontes da Conectas. Países tradicionalmente aliados do SIDH como Argentina, Colômbia e México podem ser de especial interesse, para avaliar os impactos da crise de legitimidade nas relações dos mesmos com o Sistema, e se a avaliação de Paulo Vannuchi de deterioração do prestígio do SIDH se confirma.

Outra possível decorrência desse trabalho é o estudo e comparação de outras organizações da sociedade civil, que atuam em diálogo nacionalmente e transnacionalmente, e que apresentam variadas estratégias de ação. A distinção entre ONGs litigantes e políticas feita por Raísa Cetra indica um caminho de estudo sobre o ativismo em direitos humanos na região. Como essas organizações pautam suas alianças, como definem suas estratégias para o Sistema e para seus governos locais, quais foram os impactos das duas crises no funcionamento dessas organizações.

Resta a crítica dos resultados do suposto “fortalecimento” do sistema que, ao que tudo indica, ao fim de cinco anos de jogos políticos e negociações produziu um mecanismo de proteção frágil e por vezes intimidado. Diante do atual cenário de sua fragilidade e do crescimento de uma onda conservadora por todo o continente americano, cabe então nos perguntamos sobre como podemos revitalizá-lo e talvez até mesmo efetivamente fortalecê-lo.

Esse trabalho buscou lançar luz sobre algumas questões da crise do Sistema Interamericano, e assim contribuir para seu entendimento. A posição do governo tem papel essencial no estopim e deslinde da crise e, assim, entender suas dinâmicas é fundamental para a compreensão do caso. O Brasil, desde o início da última década,

busca se estabelecer como liderança na região, desse modo também se pretende referência para o comportamento dos demais Estados. Essa liderança mostra seu impacto na crise, reverberando os atritos com o sistema nas ações dos demais Estados.

Essas ambições de liderança devem ser tomadas tendo em conta o peso de sua responsabilidade. Nesse sentido, as políticas externas em direitos humanos ganham contornos mais relevantes, e com isso uma maior participação social na formulação dessas políticas, para que então esse papel de liderança seja usado para o fortalecimento dos mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos.

8. Bibliografia

AMATO, Victoria. *Una mirada al proceso de reflexión sobre el funcionamiento de la CIDH*. Aportes DPLf, Washington, n.16, pp. 4-9, 2012. Disponível em: <http://www.dplf.org/sites/default/files/1332509827.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

ARAÚJO, Natália; VENTURA, Deisy. *A lenta democratização do Itamaraty: o caso do Acesso à Informação sobre a reforma do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.* In MEYER, Emilio; OLIVEIRA, Marcelo (Orgs.). *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Belo Horizonte, Initia Via, 2014.

BERNARDI, Bruno Boti. *Política externa e direitos humanos no México (2000-2010): avanços externos e fracassos domésticos*. Meridiano 47, Brasília, v. 11, n. 122, pp. 3 - 10, nov.-dez. 2010.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA*. Nota à imprensa n. 142, Brasília, 5 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2555-solicitacao-da-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-cidh-da-oea>. Acesso em: 03 mar. 2015.

CARDENAS, Sonia. *Norm collision: Explaining the effects of international human rights pressure on State behavior*. International Studies Review, Hoboken, Wiley, v. 6, n. 2, pp. 213-31, 2006.

_____. *Conflict and compliance – State responses to international human rights pressures.* Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2007.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. *Litígio estratégico e Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Belo Horizonte, Coleção Fórum Direitos Humanos, vol.4, Fórum, 2012.

CAVALLARO, James L. *Toward fair play: A decade of transformation and resistance in international human rights advocacy in Brazil*. Chicago Journal of International Law, Chicago, v. 3, nº 2, pp. 481-492, 2002.

CETRA, Raísa; KWEITEL, Juana. *Muchos Brasis.* Aportes DPLf, Washington, n.19, pp. 48-59, 2014. Disponível em: <http://www.dplf.org/sites/default/files/aportes_19_web_0.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução n.7615 emitida em 1985 pela CmIDH.* Washington, 1985. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/84.85sp/Brasil7615.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Caso 11.552 Julia Gomes Lund e outros v. República Federativa do Brasil*. Washington, 2009. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/demandas/11.552%20Guerrilha%20do%20Araguaia%20Brasil%2026mar09%20PORT.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2015.

_____. *Relatório n.125/10 emitido em 2010 pela CmIDH.* Washington, 2010. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2010port/BRAD250-04PO.doc>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *MC 382/10 – Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu, Pará, Brasil.* Washington, 2010. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/cautelares.asp> Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Medidas cautelares outorgadas pela CIDH no ano de 2011*. Washington, 2011, Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>. Acesso em: 03 mar. 2015.

CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Informe del grupo de trabajo especial de reflexión sobre el funcionamiento de la Comissión Interamericana de Derechos humanos para el fortalecimiento del Sistema Interamericano de Derechos Humanos para la consideración del Consejo Permanente.* Washington, 25 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2wa9ugA>. Acesso em: 18 fev. 2017.

CORTE INTERMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e Outros v Brasil – Sentença de 24 de novembro de 2010*. San José da Costa Rica, 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

DPLF et al. *Reflexiones para el fortalecimiento del Sistema Interamericano de Derechos Humanos.* Aportes DPLf, Washington, n.16, 2012.

ENGSTROM, Par. *A anistia e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.* In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Orgs.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada.* Brasília, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford, Oxford University, Latin American Centre, pp. 102-139, 2011.

_____. *Brazilian foreign policy and international human rights promotion: existing tensions and future prospects*. SSRN, 2014. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract_id=2467995>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FARER, Tom. *The rise of the Inter-American Human Rights Regime: No longer a unicorn, not yet an ox*. Human Rights Quarterly, Baltimore, John Hopkins University Press, v.19, nº3, pp. 510-546, 1997.

FELIPPE, Marcio S. *Lei da anistia e a decisão da Corte Interamericana: Balanço e perspectivas* in Direitos Humanos no Brasil 2012: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, pp. 205-210, 2012.

GALVIS, María C.; SALAZAR, Katya. *Derechos humanos y desarrollo económico: ¿cómo armonizarlos?*. Anuário de Derechos Humanos, Santiago, Universidad de Chile, n. 9, pp. 195-203, 2013.

_____; SALAZAR, Katya. *43rd OAS General Assembly: sound judgment prevailed*. DPLf, Washington, 20 de junho de 2013. Disponível em: <http://dplfblog.com/2013/06/20/43rdoas-general-assembly-sound-judgment-prevailed/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

GASPAROTO, Ana L.; GASPAROTO, Jayme W.; VIEIRA, Oscar V. *O Brasil e o sistema interamericano de proteção aos direitos humanos*. Revista Eletrônica de Direito Internacional, vol. 7, pp. 42-68, 2010. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/volume7/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

HAFNER-BURTON, Emilie; RON, James. *Seeing double: Human rights impact through qualitative and quantitative eyes?*. World Politics, Cambridge, Cambridge University Press, v. 61(2), pp. 360–401, 2009.

HERZ, Mônica. *The Organization of American States (OAS)*. Routledge, Global Institutions Col., 2011.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva - Um Guia para Pesquisa de Campo*. Petrópolis, Editora Vozes, 2013.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Nova Iorque, Cornell University Press, 1998.

MACE, Gordon. *Sixty years of protecting human rights in the Americas*. Quebec, Journal of International Law (Special Edition), pp. 1-5, 2011.

MAIEROVICH, Walter. *Decisão da OEA é vinculante*. Terra Magazine, São Paulo, 16 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/decisao-da-oea-e-vinculante>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 35, n.1, pp.11-41, 2013.

NEUMAYER, E. *Do international human rights treaties improve respect for human rights?*. Journal of Conflict Resolution, Thousand Oaks, SAGE Publications, v. 49, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem*. Bogotá, 1948. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Carta da Organização dos Estados Americanos*. Bogotá, 1948; Managuá, 1993. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos.* San José da Costa Rica, 1969. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. San José da Costa Rica, 2009. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Declaração de Guayaquil*. Primeira Conferência dos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Guayaquil, 11 de março de 2013. Disponível em: <http://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2013/05/Conferencia-Estados-Partes-Guayaquil-doc.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Declaração de Cochabamba*. Segunda Conferência dos Estados-Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Cochabamba, 14 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.cancilleria.gov.ar/userfiles/14-05-13_delcaracion_cochabamba.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. *Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.* Washington, 2013. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>. Acesso em: 18 fev. 2017.

PASINATO, Wania. *Dez anos de Lei Maria da Penha.* Revista Sur, São Paulo, v. 13 n. 24, pp.155-163, 2016.

PATRIOTA, Guilherme A. *Dois pesos, duas medidas*. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 de agosto de 2012, Sessão Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/59211-dois-pesosduas-medidas.shtml.>. Acesso em: 28 set. 2013.

PIOVESAN, Flávia; VENTURA, Deisy; KWEITEL, Juana. *Sistema interamericano sob forte ataque*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 de agosto de 2012, Sessão Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/59213-sistema-interamericano-sob-forteataque.shtml>. Acesso em: 28 set. 2013.

PONTES JR, Felicio. *Belo Monte: Uma década de violência contra a lei, o meio ambiente e o ser humano* in Direitos Humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, pp. 103-110, 2011.

REIS, Rossana Rocha. *Os direitos humanos e a política internacional*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 27, pp. 33-42, 2006.

_____. *A América Latina e os direitos humanos*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n.2, pp. 101-115, 2011.

_____. *O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: elementos para compreender a crise de Belo Monte*. Pensamiento Propio, Buenos Aires, n. 38, pp. 19-48, 2013.

RISSE, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn. *The power of human rights: international norms and domestic change*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

ROSSATO, Cássia Maria; CORREIA, Ludmila Cerqueira. *Caso Damião Ximenes Lopes: Mudanças e desafios após a primeira condenação do Brasil pela CrIDH.* Revista Sur, São Paulo, v. 8, n. 15, pp.93-113, 2011.

SANTOS, Boaventura S. *The heterogeneous state and legal pluralism in Mozambique.* Law & Society Review, Hoboken, Wiley, v. 40, n. 1, pp. 39-76, 2006.

_____. *Oitava carta às esquerdas: As últimas trincheiras*. Carta Maior, 24 de agosto de 2011. Disponível em: < http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Oitava-carta-as-esquerdas-As-ultimas-trincheiras/26907>. Acesso em: 26 fev. 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell. *Ativismo jurídico transnacional e o Estado: Reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.* Revista Sur, São Paulo, n.7, ano 4, pp. 27-57, 2007.

_____. *Dualismo jurídico e Estado bipolar: Desafios aos direitos humanos dos indígenas no Brasil* In: SANTOS, Boaventura S.; SANTOS, Cecília MacDowell (Orgs.). *Quem precisa dos direitos humanos?*. Coimbra, Almedina, 2016.

SIKKINK, Kathryn. *Human rights, principled issue-networks, and sovereignty in Latin America.* International Organization, Cambridge, Cambridge University Press, v. 47, n. º 3, pp. 411-441, 1993.

_____. *Latin american countries as norm protagonists of the idea of international human rights*. Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations, Boulder, Lynne Rienner Publishers, v. 20, n. 3, pp. 389-404, Jul-Set 2014.

SOTERO, Paulo. *El desafío brasileño: cómo gestionar las relaciones regionales asimétricas más allá de la OEA*. Revista CIDOB d'afers internacionals, Barcelona, n. 97-98, pp. 101-116, 2012.

VANNUCHI, Paulo; TIMPONI, Cristina. *El Sistema Interamericano de Derechos Humanos – Reformar para Fortalecer*. Foreign Affairs Latinoamérica, Cidade do México, v.13, n. 3, pp. 40-48, 2013.

VENTURA, Deisy. *A interpretação judicial da Lei de Anistia brasileira e o Direito Internacional*. Revista Anistia: Política e Justiça de Transição, Brasília, Ministério da Justiça, n. 4, p. 196-227, 2010. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2011revistaanistia04.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2015.

_____; CETRA, Raísa. *A funcionalidade do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: os casos de violência no campo levados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. Genebra, 2012, Disponível em: <http://bit.ly/2lKk4p7>. Acesso em: 18 Fev. 2017.

_____; CETRA, Raísa. *O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: De Maria da Penha à Belo Monte* In: FILHO, José Carlos M; TORELLY, Marcelo (Orgs.). *Justiça de Transição nas Américas: olhares interdisciplinares, fundamentos e padrões de efetivação*. Belo Horizonte, Fórum, 2013.

_____; REIS, Rossana R. *Direitos humanos: Um estorvo para as esquerdas?*. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 7 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/direitos-humanos-um-estorvo-para-as-esquerdas/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

VIEIRA, Oscar V.; ALMEIDA, Eloísa M. *Advocacia estratégica em direitos humanos: A experiência da Conectas*. Revista Sur, São Paulo, n. 15, 2013. Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/15/1000181-advocacia-estrategica-em-direitos-humanos-a-experiencia-da-conectas>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Entrevistas

ANÔNIMO, Funcionário do MRE. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. 2016. Arquivo de áudio .mp4 (54:44 min.)

ANÔNIMO, Funcionário da SDH. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. 2016. Arquivo de aúdio .mp4 (01h08min.)

CETRA, Raísa. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede da ONG Conectas, São Paulo, 03/07/2015. Arquivo de áudio: Voz009.m4a (58:56 min.)

KWEITEL, Juana. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede da ONG Conectas, São Paulo, 23/06/2015. Arquivo de áudio: Voz008.amr (17:11 min.)

VANNUCHI, Paulo. Entrevista. Entrevistador: Rodrigo de Souza Araujo. Concedida na sede do Instituto Lula, São Paulo, 16/02/2017. Arquivo de áudio .mp4 (01h04min.)

APÊNDICES – Transcrição de entrevistas

A – ANÔNIMO, Funcionário do MRE - Ago/2016

Rodrigo: Eu estou finalizando a minha dissertação sobre todo o movimento da crise da reforma do sistema interamericano, e isso no final das contas acaba chegando até os dias de hoje, ou pelo menos até 2015, eu quero cobrir que é o período do pós-reforma. Você me disse que você não chegou a trabalhar diretamente no período da reforma, que você entrou em 2013, foi isso?

Funcionário do MRE: Foi isso, eu entrei em 2013, quem acompanhou todo o processo de reflexão... engraçado né, que o nome do GT era processo de reflexão, quer ver [...] deixa eu achar aqui pra você, aqui, em 14 de julho de 2011 foi estabelecido um grupo de trabalho de reflexão sobre o funcionamento da comissão interamericana de direitos humanos para o fortalecimento do sistema do interamericano de direitos humanos, eu até revisei os documentos básicos sobre o processo e a impressão que eu tenho é de que embora se falasse sobre fortalecimento do sistema interamericano de direitos humanos, todo o processo de reflexão estava centrado na CmIDH e não na CrIDH. A corte ela não fez parte desse processo e muitos pronunciamentos dos estados, eu acho até que a abreviatura desse GT, do nome do GT, pra dar ênfase ao sistema interamericano de direitos humanos acabava escamoteando aí que o grande objeto de frustração e de protestos de muitos Estados estava centrado na forma como a CmIDH vinha trabalhando. Então em 14 de julho foi estabelecido esse GT né, no âmbito do conselho permanente da OEA. Que é conduzido pelos Estados-partes da OEA, e esse processo de reflexão sobre o funcionamento da Comissão, ele culminou com a realização da 44º Assembléia-geral Extraordinária da OEA em março de 2013, e essa assembléia ela demonstrou que não houve consenso pra viabilizar as recomendações que os Estados pretendiam fazer à Comissão. Na verdade, essa é a minha percepção do processo, sem ter participado dele como diplomata, de que a Comissão ela assumiu as rédeas do processo, quando ela decide reformar o seu regulamento e abrir para tanto um processo de consulta aos estados, e a comissão recebeu então 67 recomendações dos Estados durante esse processo, 53 delas foram dirigidas à CmIDH, 13 delas aos próprios Estados, e 1 ao secretário-geral da OEA. E quando a Comissão faz isso e publica o seu relatório e adota o seu relatório durante o seu período de sessão, que vai também de março, que culminou exatamente no dia 22 de março. Se você abrir o regulamente novo da Comissão, o mais recente, você vai ver que o período de sessão da comissão vai de 8 a 22 de março, e 22 de março é o dia da assembleia geral extraordinária, quando os Estados, principalmente os que faziam parte da ALBA, tinham uma pretensão de conseguir uma resolução ambiciosa, que previsse a possibilidade, por exemplo, de reforma da Convenção Americana, ou previsse uma forma futura de viablizar recomendações à Comissão. Isso estava tudo em aberto, em discussão né, tem basicamente três formas de você influir nos trabalhos da Comissão, do ponto de vista jurídico-legal, que é reformar o Estatuto da Comissão, esse Estatuto é votado pelos Estados em assembléia-geral, você emendar a Convenção Americana, e abrir uma reforma do regulamento da Comissão, mas quem vota o regulamento é a própria

comissão, então isso é algo que está fora do âmbito de atuação dos Estados, durante o processo não se falou em reforma do Estatuto da Comissão, mas chegou-se a cogitar, e era um interesse por exemplo da Nicaragua, que estava na presidência do Conselho permanente, chegou-se a cogitar a possibilidade de reforma da Convenção Americana.

Rodrigo: O Equador também falou sobre isso, né? O Equador também falava bastante sobre isso também...

MRE: Sim, sim, a gente pode dizer que os países da ALBA eles estavam muito alinhados, e queriam... Dificil falar, os países da ALBA, Venezuela, Equador, Nicarágua e Bolivia, eles tinham em vista o controle da Comissão e a limitação das prerrogativas da Comissão, isso é claro, por exemplo, você tinha do outro lado, um outro espectro de países, como Estados Unidos, Canadá, Costa Rica, Argentina, que reafirmavam a autonomia da Comissão, e no espectro intermediário, países que queriam alcançar um certo consenso entre esses dois grupos, você tinha aí Brasil, entre eles, mas também tinha México, Peru, El Salvador, Chile, Colombia, Dominica, esse grupo de países, eles tentavam criar uma ponte entre esses dois grupos. O fato de existir essa cisão já demonstrava que... Essa cisão ficou presente muito na Assembleia-geral extraordinária de 2013. Já demonstra que não era possível alcançar você uma reforma da Comissão via atuação dos Estados. Porque a OEA tradicionalmente atua por consenso. Então as resoluções ela podem ser levadas a voto, mas eu não sei, teria de fazer uma pesquisa história, eu não conheço, eu imagino que ou não tiveram resoluções na historia levadas a voto, ou foram muito poucas. Existe um certo consenso sobre o consenso na OEA, ou seja, o consenso de que é preferível que todas as resoluções sejam adotadas por consenso. Então a assembleia-geral é um ambiente em que as dissidências elas são anuladas por meio da adoção de resoluções por consenso, o que faz com que essas resoluções não tenham um caráter muito ousado. Então a forma de trabalhar dos Estados no âmbito da assembleia –geral da OEA, eu acho que garantiu que não houvesse nenhuma reforma radical da Comissão, o processo, a Comissão conseguiu assumir as rédeas desse processo de reforma, quando decidiu ouvir os Estados, e levar em consideração as criticas dos Estados e fazer modificações a partir dessas criticas. Eu acho que esse processo de escuta dos Estados, ele só foi possível quando houve uma modificação, tanto na presidência da Comissão quanto na secretaria executiva, a gente tem a saída da Dinah Shelton da presidência da Comissão e a gente tem a entrada do Orozco, Jesus Orozco, que é um mexicano e daí de um outro mexicano que é o Emilio Icaza que entra na secretaria-executiva.

Rodrigo: Vou fazer só uma pergunta nesse ponto específico, que é uma informação que eu não tenho isso tão claro, vejo isso mais em algumas declarações, mas havia então essa noção de que a Comissão era hermética aos Estados?

MRE: Sim, e essa percepção de falta de diálogo, e ela parece que ainda prevalece em certo grau, porque os países da ALBA, eles não tiveram a vitória que eles queriam, e eles permanecem muito críticos à Comissão, Venezuela depois veio até a denunciar a Convenção Americana. Mas o processo deixou em aberto, eu não lembro, eu até tentei

abrir o texto final da resolução da assembleia-geral, mas dá um erro no link aqui no site da OEA. Eu sei que o texto, ele deixava em aberto a possibilidade de se continuar a reflexão sobre o fortalecimento da Comissão. O que a sociedade civil viu como algo negativo, porque eles queriam a derrota completa do projeto da ALBA, mas foi uma solução de meio-termo que não permitiu uma reforma radical do sistema, manteve a autonomia da Comissão, incorporou algumas modificações feitas pelos Estados e permitiu que se continuasse a pensar no aperfeiçoamento dos trabalhos da Comissão. O que eu vejo, e interessante que durante esse processo, o Equador principalmente, ele liderou reuniões, o processo de reuniões dos Estados-partes, reuniões dos Estados-partes da Convenção Americana, essas conferências das partes do Pacto de San Jose, elas ocorreram já no decorrer do processo de fortalecimento antes da reunião... Os países da ALBA eles defendiam essas reformas profundas entre as quais estavam, por exemplo, mudança de sede da CmIDH, algo que continua a ser discutido, mas que não tem consenso portanto não deve nunca ser aprovado porque isso depende de consenso. Basicamente pra mudanças você precisaria mudar o estatuto da Comissão, há uma resistência muito grande dos países à reforma do Estatuto porque reabrir a discussão do estatuto para muitos países é reabrir a possibilidade de enfraquecimento da Comissão. Então países que defendem o fortalecimento da Comissão não querem reforma do estatuto, ainda hoje. Embora essa mudança de sede continua sendo discutida no âmbito dessas reuniões. A gente teve quatro conferências dessas, teve Guayaquil em março de 2013, Cochabamba em maio de 2013, Montevideo em janeiro de 2014 e Petit-ville em maio de 2014. Além da proposta de mudança de sede, as reuniões também trataram de temas como a universalização do SIDH que é claramente em prol do fortalecimento do sistema, então a universalização do sistema que implica na universalização dos instrumentos do SIDH, e universalização do reconhecimento da competência contenciosa da corte. O equilíbrio financeiro entre as relatorias da CmIDH também é um tema que permanece, acho que a comissão respondeu tardiamente também a esse pleito quando decidiu, anunciou em 2014 que ia criar uma relatoria especial para DESC, direitos econômicos, sociais e culturais, uma relatoria especial então com o mesmo nível da Relatoria especial para direitos de liberdade de expressão. Então a Comissão ela decidiu se abrir pro diálogo, porque antes também ela tinha uma postura que era a de que discutir a reforma da Comissão era enfraquecer a Comissão, então a Comissão tinha uma postura muito defensiva. Quando existiu essa abertura, eu acho que a Comissão ela assume as rédeas do processo de reforma e ela faz a reforma por dentro, e quando ela faz a reforma por dentro ouvindo os Estados, essa é a minha percepção né não é uma percepção oficial, eu acho que ela roubou a agenda desses Estados que estavam querendo limitar a atuação da comissão.

Rodrigo: A respeito da posição brasileira, João, você tinha falado que o Brasil se colocava então nesse grupo intermediário, mas uma impressão que ficou, principalmente, e é uma coisa que eu discuto na dissertação, é que houve uma mudança na posição brasileira, porque o processo teria começado a partir da medida cautelar sobre Belo Monte, o que levou a várias declarações bastante agressivas de ministros que não são do MRE, mas que fizeram várias declarações a respeito da Comissão, como

ingerente e que extrapolava as funções e há essa percepção por alguns atores de que houve então uma mudança ou um retorno a essa moderação. Eu não sei se cabe a você, porque você não estava nisso, mas você vê essa mudança ou não? Como que foi construída essa posição?

MRE: Eu acho que não houve uma mudança efetiva da postura do Brasil em relação à Comissão, porque existe, daí eu peço também pra você não me citar, porque existe um descolamento entre o discurso oficial que foi ditado a partir da Presidência da República e o tratamento do dia-a-dia da diplomacia ao sistema de petições e casos, que é um tratamento que busca desdramatizar essas interpelações da comissão com relação ao Estado, em casos específicos. Um exemplo disso né, em novembro de 2015, a gente tem que lembrar que o pleno da Corte elegeu como presidente o Roberto Caldas, um brasileiro, que foi eleito com o apoio do Brasil. Essas eleições dependem de troca de votos entre cargos internacionais, quando você lança um candidato brasileiro a um cargo desse, ainda que a título pessoal, pra gente eleger um brasileiro você tem que fazer compromissos políticos. E os compromissos políticos mais corriqueiros são esses, trocas de votos, você apóia o meu candidato à CrIDH e eu vou apoiar o sei lá, o seu pleito ao Conselho de Direitos Humanos. Então o Brasil empenhou o seu capital político para eleger o Roberto Caldas, empenhou o seu capital político também para eleger antes o Vannuchi a comissário.

Rodrigo: Mas, por exemplo, em 2011 ele retirou a candidatura ...

MRE: É, em 2011, a gente pode dizer que houve um estremecimento sim dessas relações, mas foi um estremecimento, foi um interregno muito curto né. A partir desse pequeno estremecimento, o Brasil, ele volta a sua... Houve um estremecimento no nível do discurso oficial e no nível da representação, porque a gente retirou o nosso representante junto à OEA, a gente ficou com um encarregado de negócios lá durante anos, que só retornou agora eu não lembro a data...

Rodrigo: Foi em 2015, foi na época da indicação do Patriota inclusive, do Guilherme Patriota...

MRE: Então em 2015 a gente volta com o nosso embaixador lá, então no nível oficial e simbólico. Eu diria isso, no nível simbólico a gente pode dizer que o Brasil mandou a mensagem diplomática mais dura possível com relação a seu descontentamento quanto aos métodos de trabalho da Comissão. Mas, isso não afetou o dia-a-dia dos trabalhos porque a gente continuou respondendo às petições, a gente continuou respondendo às demandas da Comissão, pedidos de informação. O diálogo no nível técnico não foi interrompido, mesmo em relação ao caso de Belo Monte, o Brasil, ele durante algum tempo não respondeu às demandas da Comissão, mas não demorou muito tempo, retomou, agora eu não lembro as datas, mas logo depois retomou o envio de informações à Comissão. E a própria Comissão voltou atrás na sua decisão né, em meados de 2011, em julho, ela decidiu mudar o escopo das cautelares e tira a parte da suspensão das obras. Justamente por entender que havia ali uma questão de mérito, que era a consulta prévia, que não cabia no âmbito das cautelares, e também a gente tem que

levar em consideração o seguinte, o processo de reforma, ele atendeu... eu acho que essa mensagem também diplomática dura, que não interrompeu o diálogo com a Comissão, diálogo diplomático e dos trabalhos do dia-a-dia, essa mensagem ela teve um efeito, e o processo de reforma também teve um efeito, em relação às preocupações do Brasil. O procedimento de concessão de cautelares foi alterado, no regulamento da Comissão, a Comissão ouviu o Brasil nesse ponto, acatou as ponderações do Brasil. A decisão de suspensão de Belo Monte, ela foi tomada numa nota acho que de menos de três páginas, sem uma fundamentação extensa. Hoje, as decisões sobre cautelares elas são todas tomadas em resolução. Resoluções que analisam todos os fatos alegados e que apresentam extensa fundamentação.

Rodrigo: Que é uma reclamação do Brasil, que não havia transparência não é isso?

MRE: Sim, não havia transparência, vinha uma nota da secretaria executiva e você pensava, os Estados pensavam, como que foi esse processo de decisão, como que a comissão decide em menos de três páginas suspender uma obra bilionária, e sem fundamentar de forma minimamente aceitável essa decisão. Em relação tanto a extensão quanto ao conteúdo, os fundamentos daquela decisão. Então a Comissão ela alterou sua forma de trabalhar com as cautelares, várias das preocupações do Brasil foram atendidas, eu até fiz um resuminho de algumas dessas preocupações. As contribuições do Brasil ao processo de reforma né, o Brasil ele bateu muito em algumas teclas: a necessária fundamentação de todas as decisões adotadas pela Comissão e comunicados aos Estados; o apoio a criação de capacidades para adoção de medidas de não repetição, por exemplo, não foi critico a isso, ele viu como positivas as medidas de não-repetição; a verificação de critérios objetivos para a concessão, renovação e suspensão de medidas cautelares, daí nesse ponto a gente foi atendido; o estímulo a procedimentos de solução amistosa, eu acho que isso é algo que ainda está pendente, assim muitos estados reclamam, que a Comissão ela se vê como facilitador da solução amistosa, mas um facilitador que depende da atuação das partes, ela é um facilitador mas que não atua de ofício, os Estados e as partes tem que chegar e propor a solução amistosa, para que ela atue como facilitador, e a maioria dos Estados hoje prefere que a Comissão nem como facilitadora atua, o que a Comissão faz é, de tempos em tempos, cobrar os Estados sobre o resultado das soluções amistosas, e caso não preste informações até determinada data estabelecida, a Comissão considera que o caso sai da carteira de solução amistosa e volta pro andamento regular, então os Estados vêem isso como uma postura muito incipiente de facilitador, tem muitos críticos hoje à Comissão em relação isso; a importância de estimular a promoção dos direitos humanos de maneira preventiva, em complementação ao foco na proteção desses direitos; e o equilíbrio que concerne às relatorias temáticas, o que a Comissão também atendeu criando uma nova relatoria especial. O Brasil se manifestou também sobre a necessidade de conferir maior transparência à definição das prioridades programáticas e orçamentárias da Comissão, e a Comissão tem buscado envolver mais os Estados na elaboração dos seus programas, o seu plano de trabalho né. A realização de despesas nos países, em relação à realização de despesas, eu acho que a Comissão tem buscado discriminar nos seus relatórios anuais

as fontes das doações de uma forma mais transparente e a mensuração dos resultados de sua atuação, a transparência em relação... a gente reconheceu também a necessidade dos Estados proverem maiores recursos à Comissão. A Comissão continua, estava na época do processo de reforma e ainda continua economicamente dependente das suas contribuições voluntárias, em cerca de 50% de seu orçamento. Muitas dessas contribuições provem de países que não são parte da OEA, muitos países europeus conferem contribuições voluntárias à Comissão. O Brasil tem defendido que a Comissão, o Brasil tem defendido que a Comissão seja idealmente financiada por recursos do fundo ordinário da OEA, mas a gente tem que reconhecer que hoje o Brasil é o maior devedor do fundo ordinário da OEA, a gente deve cerca de 20 milhões de dólares, o Brasil tem a maior dívida com o fundo ordinário da OEA.

Rodrigo: Isso é uma coisa que eu ia perguntar pra você. Porque eu acho que vi numa declaração do embaixador Breno Costa, quando ele estava ainda na OEA, falando sobre essa questão do financiamento que foi estressado na resolução e na posição brasileira. Só que hoje, por exemplo, a Conectas ela faz muita pressão para que o Brasil então tenha um volume de financiamento e de contribuição voluntária. Só que bom, estamos em crise e tudo mais, mas isso não acontece. A posição brasileira ainda é a favor do financiamento, ele pretende fazer alguma coisa assim?

MRE: A posição oficial do Brasil continua a mesma, a gente acha que a Comissão, idealmente ela deveria ser plenamente financiada pelo fundo ordinário da OEA. E enquanto isso não acontece, ou de forma paralela, a gente vê com bons olhos os aportes voluntários à Comissão, a gente não é contra, a gente só defendia e continua defendendo que esses aportes não sejam ear-marked, que não tenham destinação especifica. Porque existem muitas contribuições voluntárias mas para a Relatoria-especial de Liberdade de Expressão, então que sejam contribuições com destinação não-especifica, a gente vê com bons olhos. Mas enfim, a gente se encontra numa situação orçamentária que não permite que esse discurso, daí eu peço também pra você não me citar, em prática. Porque hoje o Brasil tem uma dívida bilionária, com várias organizações internacionais, está na casa dos bilhões de dólares e o Itamaraty ele não retém mais, durante o governo Dilma houve uma mudança né, quem passou a ser responsável pelo pagamento, pelo orçamento, essas dívidas com organizações internacionais, foi o Ministério do Planejamento isso foi retirado do Itamaraty, e obviamente o Ministério do Planejamento não tem a mesma visão política do Itamaraty, e então as dívidas com as organizações internacionais se acumularam né. Um governo que começa a entrar num período de exceção e certamente não vai ver dívidas com organizações internacionais como algo prioritário. E hoje, então a gente vê essa dívida bilionária, a nossa divida com a OEA ela é uma das inúmeras dívidas que a gente tem. Essa dívida, também peço pra você não me citar em todo esse ponto final, ela não implica em perda de voto na OEA, então também é uma dívida que politicamente não tem tanta relevância, do ponto de vista relativo né, porque tem outros organismos que a gente pode perder voto se a gente não pagar determinada cota. E enfim, o que eu sinto é que a Comissão ela está num ponto de diversificação, de busca de diversificação das suas fontes de financiamento, eu sei que

existem discussões internas no âmbito da secretaria executiva sobre esse assunto, o novo secretario executivo já anunciou que isso deve ser prioridade pra ele, a Comissão está numa crise aguda de financiamento, e eu acho que toda a conjuntura de crise econômica na Europa fez com que a Comissão perdesse algumas contribuições voluntárias, a Corte também perdeu contribuições, por exemplo da Noruega e Dinamarca. E tanto comissão quanto Corte viram essas contribuições voluntárias reduzidas, e ao mesmo tempo, o Brasil se encontra também numa crise orçamentária séria, com dívidas muito grandes com organismos internacionais, então isso dificulta que a gente faça contribuições voluntárias. Também tem uma questão que não é só de vontade política, que é burocrática, tem um parecer da AGU que é de 2013, Procuradoria Geral da União, que diz que contribuições voluntárias a organismos internacionais são possíveis desde que sejam propostas na Lei Orçamentária Anual e sejam aprovadas pelo Congresso Nacional, mas antes da proposta chegar ao Congresso isso passa pelo MPOG, passa por uma revisão no MPOG. Então até chegar ao Congresso, isso ser aprovado, pro orçamento seguinte né**.** Isso também tem um peso né, você, um ministério também que está em dificuldade orçamentária, ele colocar no seu orçamento né, porque antigamente contribuição voluntária ela independia, com base numa rubrica não-especifica, aquela rubrica gorda, se sobrar algum dinheiro você ia e pagava. Qualquer ministério podia fazer isso, então a AGU, ela acabou com essa liberalidade, ela falou assim, olha contribuição voluntária pode mas tem de passar pelo Congresso e tem de ter uma destinação orçamentária específica, ou seja, é tanto, é um valor x para a CmIDH, para a CrIDH.

Rodrigo: O que faz com que isso seja mais difícil, é um processo mais lento

MRE: Torna mais difícil politicamente, ou seja, você tem um custo maior político, porque você está, enfim dentro do seu orçamento você está colocando uma fatia de contribuição voluntária para um órgão especifico. Ou seja, você está perdendo dinheiro em relação a outras coisas, assim relativamente né. E você também cria um processo que é mais difícil porque antes, como eu falei, tem um crivo do Ministério do Planejamento antes de chegar efetivamente ao Congresso como proposta, então pode ser que o Ministério do Planejamento elimine uma proposta como essa e daí você tem o fator de dificuldade orçamentária geral e as dívidas da casa dos bilhões com os organismos internacionais. Então o Brasil se vê numa situação muito difícil hoje, eu acho que se o Brasil conseguisse pelo menos pagar a sua dívida com o fundo ordinário, aí já aliviaria muito a situação da Comissão e da Corte, porque daí poderia haver um arranjo interno entre a secretaria geral da OEA e as secretarias dos órgãos do sistema interamericano pra um aporte extraordinário interno, assim. 20 milhões de dólares é muito dinheiro.

Rodrigo: Uma pergunta, que eu quero aproveitar até o gancho, porque numa declaração, um artigo na verdade, do ex-Secretario de Direitos Humanos, o Paulo Vannuchi, ele falava que havia dentro do governo federal, uma divisão entre vários ministérios, vários corpos que acabavam se compondo entre forças anti-sistema e pró-sistema, isso é uma leitura dele, mas que falava que isso, esse equilíbrio de forças, essa

dinâmica era que levava a uma determinada posição, em determinados casos, por exemplo ele citava o caso da guerrilha do Araguaia, e depois, e falava sobre a crise e o processo de reforma também. Na sua visão, você percebe que existem essas várias forças, esses vários corpos compondo essa posição brasileira a respeito do sistema interamericano, ou a respeito da Comissão, ou não necessariamente?

MRE: O que eu posso dizer de forma geral, é que a sociedade civil que milita no sistema interamericano, várias organizações tem uma visão mesmo de que, por exemplo, a Advocacia Geral da União tem uma posição de defesa mais dura do Estado e que seria incompatível em tese com um sistema que visa promover e proteger direitos humanos, e uma posição um pouco mais flexível da Secretaria Especial de Direitos Humanos que busca, tem uma visão mais de promoção desses direitos e não de uma defesa dura do Estado. Tem essa percepção da sociedade civil, sei disso porque eu já ouvi muitas pessoas falando sobre isso, do CEJIL que é uma das principais organizações peticionárias contra o Estado brasileiro. E de fato, eu acho que dá pra dizer que existe uma diferença de posicionamento entre a Advocacia-Geral da União e a Secretaria de Direitos Humanos, o MRE, ele acaba atuando como uma força intermediária porque todas as manifestações pra Comissão e pra Corte passam por revisão aqui no MRE. Mas em casos de alto perfil político, como por exemplo, Herzog que atualmente está na Corte, a verdade é que a gente tem que, não estou falando de casos mais corriqueiros mas esses de alto perfil político, como o Araguaia, você tem que sentar à mesa com vários ministérios com visões diferentes, então isso inclui, Secretaria de Direitos Humanos, que agora faz parte do MJ, Ministério da Defesa, Advocacia-Geral da União, Casa Civil, e o Itamaraty é uma das vozes nessa mesa, e esses casos que são extremamente polêmicos, e que dizem respeito à lei de anistia, como o caso Herzog que vai ser julgado ainda, e o caso Guerrilha do Araguaia que já foi julgado, são casos complexos porque a gente tem uma jurisprudência da comissão e da Corte que é incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro hoje né. A Comissão e a Corte, elas tem uma jurisprudência consolidada no sentido de que em casos de graves violações de direitos humanos, tais como tortura, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais sumárias e arbitrárias, não se aplicam a anistia ou autoanistia, não se aplica prescrição, não se aplica irretroatividade da lei penal, não se aplica *ne bis in idem* ou *double jeopardy*, não se aplica coisa julgada e qualquer outro excludente de punibilidade. A gente já tem uma grande resistência no nosso judiciário, não estou te falando nem do Executivo, ao acatamento da decisão do caso Guerrilha do Araguaia, os nossos juízes eles aplicam o entendimento do STF na ADPF 153, decisão que foi tomada antes da Corte decidir o caso Guerrilha do Araguaia, como a compatibilidade da Anistia com o nosso ordenamento, as decisões da corte elas são vinculantes, pra todos os poderes, mas...

Rodrigo: Mas quem responde é o executivo, é o executivo federal que acaba tendo de responder

MRE: Sim, mas aí você esbarra internamente na autonomia dos poderes, é como se a estrutura do direito ela fosse autorreferencial sempre. A Corte como ela se vê no limite

de decidir sobre seus próprios poderes, ela cita o princípio da competência da competência, da *competance de la competance*, ou seja, o último intérprete das atribuições e da jurisdição da própria Corte é a Corte. Então a Corte é o último interprete sobre poderes, é o ultimo intérprete da sua jurisdição, do escopo da sua jurisdição, por causa do principio da *competance de la competance*. Eu acho que a gente pode aplicar um raciocínio semelhante no âmbito interno, o Supremo Tribunal Federal, quando ele analisa questões não de convencionalidade, mas de constitucionalidade, ele também se vê como o último intérprete da sua competência, e ele não vai autolimitar sua competência tendo em vista a competência de um tribunal internacional. Acaba que essa estrutura autorreferencial, tautológica, de validação da atuação dos órgãos jurisdicionais, impede que haja um diálogo efetivo entre as cortes, a corte constitucional e a corte internacional. Alguns outros países, como o México, já estão num outro estágio, a corte constitucional mexicana já formou sua jurisprudência que as decisões da corte interamericana são obrigatórias para o México, inclusive aquelas que não dizem respeito ao México, ou seja, o entendimento da Corte em casos que não dizem respeito ao México também devem ser aplicados pelos tribunais nacionais. A gente não chegou a esse mesmo nível de entendimento, mas o que eu quero dizer é que, é mais do que uma questão de conjuntos, de forças que são divergentes internamente. Quando a gente tem casos que dizem respeito a limites formais à atuação jurisdicional, você tem uma incompatibilidade hoje entre o entendimento da Corte em casos de graves violações de direitos humanos e o entendimento dos nossos tribunais nacionais, não só em relação à anistia, em relação a todos esses outros institutos que eu citei. Então isso foge do poder do Executivo, no âmbito do Executivo, quando a gente trata especificamente da Lei de Anistia, a gente tem que reconhecer que a situação do Brasil é muito semelhante à de El Salvador, que acabou de declarar a inconstitucionalidade da sua lei de anistia de 1993, deixando o Brasil isolado na América Latina com relação ao tema da anistia. Em El Salvador, o partido de esquerda, que é fruto de um ex-grupo de guerrilha que está no poder, ele é favorável à lei de anistia, assim como boa parte do, assim como o legislativo, a maioria do legislativo em El Salvador é favorável à lei de anistia e o executivo também é favorável à lei de anistia e a força modernizadora que levou à mudança dessa posição foi o judiciário lá. No Brasil isso pode acontecer, porque está em discussão a ADPF 320, que está pensa aos embargos de declaração da ADPF 153 no Supremo, com a pauta do impeachment é impossível que isso seja discutido num horizonte temporal curto, mas é possível que aconteça no Brasil o que aconteceu em El Salvador, que o nosso Supremo, na ADPF 320, venha a decidir sobre a anistia e sobre esses outros institutos, porque se você ler o parecer do PGR, do Janot da ADPF 320 que está online, você vai ver que ele cita a sentença do Araguaia, ele pede que a Corte se pronuncie sobre o cumprimento da sentença do Araguaia e que a Corte também se pronuncie sobre esses outros limites à persecução penal, em casos de graves violações de direitos humanos, porque hoje a alta cúpula do ministério público federal tem um posicionamento que está alinhado à jurisprudência da corte interamericana mas dá pra gente dizer que o ministério publico federal encampou inteiramente a posição da Corte Interamericana? Não dá, porque os procuradores da República tem atuação autônoma e muitos discordam desse entendimento da alta cúpula da Procuradoria-Geral da

República, então você tem divisões dentro do próprio Ministério Público Federal, no caso Herzog, por exemplo, a sentença de 2009 da Justiça Federal que decidiu arquivar um procedimento de investigação criminal, no âmbito do MPF, acatou um parecer de um procurador federal dizendo que deveria ser arquivado com base na lei de anistia, na coisa julgada de uma sentença de 1993 que reconhecia a aplicação da lei de anistia ao caso e também por aplicação da prescrição**.** Então você não tem também uniformidade dentro do MPF, não dá pra gente falar em uniformidade, agora você lembra que no executivo federal, a questão da anistia, ela tem ministérios que se pronunciam claramente em relação esse assunto, como o Ministério da Defesa, que fala que a anistia, é importante a preservação da anistia. E em 2014 a Dilma Roussef fez uma declaração polêmica no Twitter que foi entendida como uma defesa à Lei de Anistia, ela falou que a gente tinha de preservar os pactos políticos que permitiram a redemocratização. Então por isso que a gente que tem uma posição muito semelhante à de El Salvador, porque um partido de esquerda defende a lei de anistia, chegou ao poder e defende a lei de anistia

Rodrigo: É uma questão super delicada, eu acho que o Caso Araguaia é também um caso super rico por isso...

MRE: O que eu quero dizer com tudo isso, é que é muito mais complicado do que simplesmente um conjunto de forças, um que é pró Comissão e um que é pró... um outro que é contra. Eu acho que os casos do sistema interamericano, esses de alto perfil político eles envolvem questões que fogem da competência do executivo federal né...

Rodrigo: A minha análise particularmente, por enquanto, é um pouco isso, porque o Vannuchi fala que essas forças se estabelecem e se mantém pra qualquer caso e eu acho que isso é muito mais de... cada caso vai mobilizar forças e ministérios de maneiras diferentes, mas isso é um trabalho que segue...

MRE: Eu concordo com você, eu concordo plenamente. Eu já vi casos, não vou citar casos específicos também pra não apontar o dedo pra ninguém, há casos específicos em que, por exemplo, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, no passado, durante o processo de negociação de solução amistosa falou assim, “não, é melhor que esse caso vá pra corte”, e o Ministério das Relações Exteriores falou, “não, é melhor a gente alcançar uma solução amistosa”. Então a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que é vista como muito progressista e pró-SIDH, ela também adota às vezes em alguns casos específicos uma postura mais dura, isso depende muito de quem está à frente da Secretaria, quem está no nível técnico né conduzindo o caso, e no nível técnico quem tem mais influência sobre a condução daquele caso.

Rodrigo: E isso varia de caso pra caso...

MRE: Isso varia de caso pra caso, é.

Rodrigo: Eu só queria passar por mais dois pontos, mas a gente pode responder rápido, se você também falar, “não, eu estou cansado”, a gente pára tá bom. Eu só queria te

perguntar duas coisas, uma que eu acho que é uma coisa mais rápida, você tinha comentado essa questão do papel da Comissão ser mais preventivo ou trabalhar no depois, e em 2015 foi criada uma assessoria, em que a Idely Salvatti foi indicada para essa assessoria da Secretaria-Geral da OEA em que ela propunha exatamente isso, e algumas pessoas falam que esse movimento seria um enfraquecimento da Comissão. Você no seu papel da Diretoria de Direitos Humanos do MRE, você tem contato com essa assessoria? Você percebe algum papel, ou alguma função especifica que ela tenha desempenhado, ou não?

MRE: Assessoria internacional que teria sido criada aonde?

Rodrigo: Na OEA, deixa eu pegar o nome certinho aqui... Assessoria para a promoção de direitos e igualdade se eu não me engano, que é um cargo que foi criado em 2015 e a Idely Salvatti está ocupando.

MRE: Olha, esse processo foi conduzido apesar de ter sido uma brasileira que assumiu lá, ele não foi conduzido com o apoio do Brasil, o Brasil não influiu nesse processo, a reforma da Secretaria-geral da OEA foi algo de iniciativa do Almagro, do Uruguai. Quando ele assumiu, o Almagro ele decidiu fazer uma ampla reforma na Secretaria executiva da OEA, e fez questão de ter uma diretoria aí que tratasse também de direitos humanos. Na época isso levantou muitas suspeitas por parte da CmIDH e da sociedade civil com relação a suposta é...

Rodrigo: Divisão de orçamento...

MRE: Da Comissão né, ou então roubar a agenda da Comissão**.** Eu, o que eu acho que deu pra comprovar é que não houve enfraquecimento da Comissão, que essa diretoria ela toca os assuntos referentes à promoção de direitos humanos de forma paralela à CmIDH. Tudo indica que o Secretário-geral ele conseguiu manter um contato, um diálogo fluído com a CmIDH, e é isso assim. Eu não vejo como uma tentativa de enfraquecimento, mas houve sim essa percepção inicial de que seria uma tentativa de enfraquecimento. A verdade é que toda vez que há uma mudança no âmbito da Secretaria-geral ou da Secretaria Executiva instala-se um medo na Comissão de que se pretenda enfraquecer ou limitar sua autonomia. A CmIDH, ela ao longo do tempo foi alcançando cada vez maiores graus de autonomia. Antigamente, muito antigamente, os funcionários da secretaria executiva da Comissão, que está ligada à Secretaria-geral da OEA eles eram indicados pelo Secretário-Geral, atingiu-se um momento em que a Comissão, o secretário executivo é quem indicava, por um acordo interno, os funcionários da secretaria executiva. Hoje, a gente pode dizer que a secretaria executiva da CmIDH é totalmente autônoma em relação à secretaria-geral embora esteja vinculada à secretaria-geral da OEA. Então a secretaria executiva é tocada de forma autônoma, eles que fazem a seleção do próprio pessoal. Então não vejo, não vejo esse enfraquecimento.

Rodrigo: E um último ponto que eu queria colocar, nas primeiras entrevistas que eu fiz, acabaram sendo com membros de algumas ONGs, principalmente da Conectas, e uma

das entrevistadas ela citou muito que esse momento da reforma, levou a um fortalecimento dos canais de participação e ela citou principalmente, o Comitê Brasileiro de Política Externa em Direitos Humanos, que passou a ter várias reuniões com freqüência e um contato maior com o Itamaraty para discutir a política externa brasileira no tocante aos direitos humanos e eu queria saber qual a tua experiência a respeito disso, dessa participação da sociedade civil, especificamente do Comitê, se você tem essa experiência, se você tem essa percepção ou não...

MRE: Eu não tenho, eu teria que conversar com o chefe da divisão que está de férias agora, o Pedro Saldanha, Conselheiro Pedro Saldanha, talvez fosse interessante dar uma palavrinha com ele, especificamente sobre esse ponto**.** O que eu sei é que se tornou uma praxe, por exemplo, sempre ouvir as organizações da sociedade civil antes das sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU, então ouvir as demandas da sociedade civil. Durante o processo de reforma da Comissão também eu me recordo que o Conselheiro Carlos Eduardo da Cunha Oliveira, que é o ex-chefe da Divisão de Direitos humanos, também se reunia, fazia videoconferências com representantes de ONGs pra discutir, pra ouvir a percepção deles sobre o processo de fortalecimento da Comissão, as demandas da sociedade civil, que nem sempre são demandas uníssonas não é. Então eu acho que a gente já criou, não sei te falar especificamente do Comitê, mas eu acho que dá pra afirmar sim que a gente criou um hábito, uma prática de diálogo constante com a sociedade civil, pra ouvir a demanda deles sobre qualquer relevante de direitos humanos e, na medida do possível né, garantir que todas as percepções deles sejam levadas em conta na hora de tomar uma decisão de política externa.

B – ANÔNIMO, Funcionário da SDH – 04.10.2016

Rodrigo – Você trabalhou na secretaria de 2011 a 2014, foi isso?

Funcionário da SDH – Não, eu fiquei, na verdade, de 2010 até 2012, o resto do tempo eu ainda trabalhei muito com o sistema interamericano, mas já na perspectiva de casos específicos. Eu fiquei de 2010 a 2012 na SDH

Rodrigo – O meu caso, especificamente, trabalha com a questão da crise do sistema e a discussão da reforma dele. E eu trabalho com uma perspectiva em que vários atores dentro do governo vão oferecer seus inputs pra formar a posição brasileira. Então tentar entender o que levou à mudança dela, nesse sentido eu acho que seria interessante começar falando um pouco de como que, qual que era a posição da secretaria nesse contexto do inicio da crise.

SDH – Defina pra mim o que seria o inicio da crise

Rodrigo - O inicio da crise aconteceria a partir do momento em que a Comissão emite as medidas cautelares de Belo Monte, e aí muitos membros do governo dão pronunciamentos bastante agressivos a respeito da Comissão e aí como que a secretaria se posiciona nesse momento, e nos próximos passos: de retirada de embaixador e financiamento da Comissão.

SDH – Tá, perfeito, então deixa eu ver por onde a gente começa. Houve uma grave perda, houve um descolamento do Brasil do sistema interamericano no episódio de Belo

monte, muito em parte da postura brasileira, do estado brasileiro, aí não estou falando da SDH to falando de um modo geral, mas houve também um aspecto da decisão, como foi tomada pela Comissão, que retirou legitimidade dela perante o Estado. Ou seja, que tornou mais difícil para que nós, na SDH por exemplo, que somos apoiadores do sistema, vemos a importância, mantivemos diálogo com o sistema, mesmo à revelia de uma parte do estado brasileiro, mas que tornou difícil a perda de legitimidade. Belo Monte foi o seguinte, eles enviaram questionamento pra nós, e eu sei, e a Deisy, inclusive eu tive essa conversa com a Deisy, a Deisy acha que não teria problema fazerem isso. Só que o problema é que pro discurso da legitimidade pra dentro do Estado, como tem que convencer atores que são antipáticos ao sistema interamericano, e a Comissão sabe que isso há, que ela lida com sensibilidades políticas, enfraqueceu muito o nosso caso. A Comissão Interamericana nos perguntou, eu não me lembro exatamente quais foram os pontos, até posso tentar catar aqui. Mas eles enviaram um comunicado questionando sobre os pontos a, b e c pro estado brasileiro. E enviaram isso no inicio da semana do carnaval, que é um período que se sabe que no Brasil nada funciona, então a gente teve que parar tudo, foi uma dificuldade brutal pra conseguir informação, mas nós conseguimos responder no prazo, os pontos a, b e c. E uma semana depois, com aqueles pontos satisfeitos, a Comissão Interamericana decretou as medidas cautelares, pelos pontos d e e que nunca haviam questionados pro Estado. Então, ou seja era uma coisa que a CmIDH pareceu que já estava com a decisão tomada e fez um pró-forma que "bom, se esses pontos não dá pegamos pelos outros dois", que não haviam sido questionados. E bom, tem um outro aspecto que eu acho bem complicado também, e complicado porque é uma corda bamba entre direitos humanos e... direitos humanos legítimos e direitos humanos sendo usados como escudos para interesse geopolítico. Isso no tempo que eu tive na SDH ficou bem claro, como algumas relatorias específicas do sistema interamericano interessam pra intervenção de agenda geopolítica dos Estados Unidos especialmente na América Latina. Mas essa questão é dura porque o seguinte, não quer dizer que não hajam direitos sendo violados no caso concreto só que no momento que fica transparente a utilização desse argumento como escudo pra esses outros interesses perde muito da legitimidade interna frente a isso daí. E Belo Monte foi um caso clássico, porque se tu parar pra analisar havia quase que uma cruzada da relatoria dos povos indígenas, e cruzada é uma palavra infeliz..., mas havia, ou seja, uma campanha da relatoria de direitos dos povos indígenas barrando a construção de hidrelétricas em todo o continente, sob o argumento de violação dos direitos dos povos indígenas. E a energia hidrelétrica que, enfim desde que eu me conheço por gente, sempre foi tida como a energia mais limpa, porque ela gera um impacto ambiental num primeiro instante pra posteriormente parar de gerar poluentes, ela passou a ser demonizada na região quando os países da região passaram a manifestar interesse de acabar com a dependência do petróleo. Só que claro, isso é um processo que, por exemplo, no Brasil as empreiteiras não sabem como fazer uma construção sem violar direitos humanos. Embora eu tenha a convicção de que os direitos humanos indígenas em Belo Monte, o desrespeito que havia aos direitos indígenas era relativamente pequeno. Em Belo Monte mesmo, especificamente, nós tínhamos uma tribo de 30 ou 40 pessoas que estava sendo afetava por Belo monte. O grande impacto de direitos humanos em Belo Monte e que não entrava no relatório da Comissão, inicialmente, depois veio a entrar, era o impacto sobre a população ribeirinha, essa população realmente estava sendo absolutamente violada. Só que como a convenção da OIT não se aplicava a eles, nem se tocou nesse assunto. Pegou a Relatoria de povos indígenas que recebia um aporte muito grande dos Estados Unidos pra fazer essa disputa.

Rodrigo - Fez um *framing*...

SDH - Fez um *framing* nisso, que aí é o caso do Equador, é o caso do Brasil, acho que na Bolívia teve também, teve uns quatro ou cinco países que estavam construindo grandes hidrelétricas pra acabar com a dependência de petróleo. Que, em termos de escala, é aquilo, claro, haverá um impacto ambiental, mas esse impacto ambiental é muito menor do que eu estar queimando milhões de toneladas de óleo, como estavam fazendo em Manaus todo ano. Em termos de independência energética Belo Monte era visto nesse aspecto, e por isso eu acho que havia tanta tensão e tanto interesse, porque a gente tem outros casos de direitos que não recebiam esse holofote. Mas de qualquer maneira, repito, isso daí é um argumento que não se justifica porque eu tenho de levar em consideração os direitos daquelas 40 pessoas, daquela pequena tribo que estava sendo afetada por Belo Monte. O traçado todo de Belo Monte. E na verdade isso se enquadra em um espectro maior... e a gente já volta pra entrevista que eu sei que é a crise do sistema e não é especificamente isso. Mas que é o que?

O Ministério de Minas e Energia tinha um planejamento de construção de hidrelétricas, um calendário até, sei lá, 2030, 2040, de aproveitamento do potencial hidrelétrico brasileiro. E eu me lembro que eles tinham em primeiro lugar construir hidrelétricas onde não houvesse impacto na população indígena. Belo Monte é uma dessas. Que é o impacto... Bom, a gente tá falando de uma tribo de 40 pessoas. Inclusive, as tribos mais ativas no procedimento da Comissão Interamericana em Belo Monte eram tribos que estavam a mil quilômetros de distância do empreendimento. Porque elas reclamavam as benesses que as tribos próximas recebiam e aí mobilizavam o sistema para receber uma compensação financeira. As tribos menos afetadas eram as mais ativas e que mais reclamavam justamente porque não havia contrapartida para elas como havia para os ribeirinhos, como havia para essa tribo que seria obrigatoriamente deslocada. Então é um processo bem complicado. Bem complicado. Mas, enfim, isso daí feito, esse parêntese...

E aí o que eu quero te dizer, que é muito grave, é que isso é a primeira etapa. A etapa posterior de construção de hidrelétricas no Brasil tem um impacto imenso sobre a população indígena, porque aí sim vai afetar rios que vão deslocar tribos e isso está em um calendário de planejamento no Ministério de Minas e Energias que vai até 2040 que prevê a construção de hidrelétricas em áreas hoje habitadas. Aí sim é algo muito mais grave do que Belo Monte. Muito mais grave.

O que eu posso te dizer ainda sobre Belo Monte, antes da gente se aprofundar ali na minúcia da crise do sistema é o seguinte: havia uma percepção de que Girau e Santo Antônio foram dois desastres. As usinas de Girau e Santo Antônio na região tinham sido dois desastres absolutos em termos de direitos, e tudo. E em 2011 e 2012, eu posso dizer que havia uma convicção e um compromisso dentro do governo de que Belo Monte não seria isso. O problema é que entre a convicção e o compromisso em Brasília e a empreiteira operando na ponta há um universo de distância. Porque realmente havia muito interesse...Tanto que a Secretaria Geral, na época que o Gilberto Carvalho colocou uma Casa de Governo na região de Altamira, levando uma série de órgãos do governo federal para acompanhar, para dar satisfação às demandas. A gente tava preocupado em ter uma resposta que não realizasse violação de direitos. Só que infelizmente é tristíssimo admitir isso, que acabou se repetindo. Não foi como Girau e Santo Antônio, mas quase. Ou seja: há uma série de violações que, enfim, no fim a medida cautelar coube. Embora eu não sei em que medida o fato dela ter sido feita como foi não gerou todo um desestímulo para nós posteriormente. Não um desestímulo, gerou uma dificuldade no convencimento do governo federal.

Rodrigo - É, então, a questão de Belo Monte, até em Florianópolis, que é onde eu tava discutindo, eu falei "vale um artigo todo para isso". E eu acho que a gente pode passar então para a resposta e como que a resposta foi estruturada, mas também, como você tinha dito, tinham grupos que já eram refratários ao sistema e se tornaram mais refratários ainda e como é que se dava essa distribuição. Porque, por exemplo, o Edson Lobão, que era o Ministro de Minas e Energia foi um dos mais vocais na ingerência que aquelas medidas representavam e não necessariamente ele tinha um contato, um diálogo com o sistema. Como que esse mapa, esse cenário se desenhou, e como que a Secretaria auxiliou ou não esses órgãos nas suas declarações?

SDH – Bom. Todas as declarações que condenavam o sistema passaram longe da gente. A gente não foi participar, a gente não foi convidado a opinar, nada disso. A nossa posição, na verdade, era uma posição de redução de danos, dentro do horror que é o Estado brasileiro nesse tema. Então a gente tava, na verdade, era uma briga de Davi contra Golias. Talvez o Davi não levando. Nós éramos, ali, o pequeno que ficava tentando convencer outros órgãos e conseguia convencer alguns pontos. Inicialmente, quando essas medidas saíram, esse projeto de Belo Monte era, eu me atrevo a dizer, que talvez foi a menina dos olhos da Dilma. E a Dilma tem uma posição, na minha análise particular, que o grande problema é que a Dilma tem uma visão de desenvolvimento cepalina dos anos 50 e 60. Onde ela opõe direitos a desenvolvimento. E se direitos atrapalha desenvolvimento, atropela o índice de direitos. Eu não acho que ela faça isso de maneira consciente ou deliberada, mas é no momento em que se quer embargar Belo Monte com base nisso... E se tem toda essa perspectiva geopolítica ao redor que fica, para nós, muito transparente no decorrer do processo. Não só em Belo Monte. A gente vê uma série de organizações que trabalham com *advocacy*, que são organizações sérias, com militantes sérios, muitas vezes sendo instrumentalizadas para interesses geopolíticos. Eu tive uma reunião, por exemplo, e isso daí passa a deslegitimar muito o sistema e eu creio que a mesma coisa deve ter acontecido na Venezuela com o rompimento. Porque no momento que se tem a clareza da agenda geopolítica sendo escudada, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um anteparo para essa agenda geopolítica, para quem tá preocupado com isso, ela já perde legitimidade.

E isso daí aconteceu, por exemplo, a gente teve uma discussão com uma organização que fazia *advocacy* estratégico em direitos humanos e que nos falou que trabalhava com o Quilombo de Alcântara no Maranhão. E não era a pessoa que estava à frente dessa organização, que era uma pessoa maravilhosa, mas tinha uma assessora que estava junto, que é uma assessora que está na organização desde sempre, e nós dissemos: "Não, mas tem literalmente mais de 500 quilombos no Maranhão. Vamos trabalhar com mais quilombos". Porque para a SDH essa *advocacy* é interessante porque nos gera legitimidade para poder promover reformas internas no país, no Brasil. É interessante que isso haja. E a menina, insistentemente dizia, à revelia inclusive da própria representante da organização: "Não, não. No Maranhão nós só trabalhamos com Alcântara". Alcântara é a base aeroespacial brasileira. Então se obstaculizava o desenvolvimento do setor aeroespacial brasileiro com base em um quilombo de Alcântara, que tem que ser protegido, que as tem que ter os seus direitos respeitados, mas ficava transparente o interesse geopolítico em obstaculizar com aquele quilombo. Isso aí gera uma série de problemas para nós defendermos isso para outros atores que não estão preocupados com direitos humanos.

Rodrigo - Porque aí os argumentos de uso geopolítico se perdem...

SDH - Claro. Não, porque aí dizem: "Na verdade não tem problema. Na verdade o problema é que não querem que a gente faça isso." E aí a gente tem que argumentar com essa lógica.

Rodrigo - A partir de então, dessas declarações agressivas e das medidas que, de alguma maneira, atacavam ou apontavam uma postura mais ofensiva em relação ao sistema, quais sejam: retirada de embaixador, de financiamento, e o início das propostas de reforma. Qual foi a postura? Qual foi a estratégia que a Secretaria tomou dentro desse negócio que você disse da redução de danos? Como que a Secretaria atuou nesse sentido?

SDH – Nós recebemos a comunicação. Gerou a comunicação das medidas cautelares. E isso gerou um estresse, um estremecimento tremendo. Como eu disse, Belo Monte era a menina dos olhos da Dilma. A primeira reação da Dilma foi "não tem como a gente sair disso? Denunciar esse tratado e sair desse tratado?" Essa foi a primeira reação dela. E aí o Patriota disse: "Olha, Presidenta. Na verdade esse é o tratado constitutivo da Organização dos Estado Americanos. A gente teria que sair da OEA e não vale a pena sair da OEA". Então, não. E aí acabou e disse: "Como é que a gente faz?". Essa resposta dela nunca foi publicada, nunca saiu.

Aí, então, enfim, começamos a montar. O *modus operandi* que nós tínhamos na época era reunir. A AGU fazia uma defesa de mérito, uma defesa formal. Todo caso que passava do aspecto formal, a AGU tava formal. Ou seja, formal, processual mesmo procedimentalmente tem como ser aceito pela comissão? Tem. Então saía da AGU e quem organizava a defesa éramos nós, no SDH, e a Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty. E nós dois éramos responsáveis por organizar isso. Por organizar a defesa do Estado brasileiro em todos os casos do sistema interamericano e em todos os casos do sistema ONU.

No caso de Belo Monte, obviamente, passou a se envolver uma série de outros órgãos. Então vinha sempre, o Ministério de Minas e Energia, o Consórcio do empreendimento, que acho que era a Eletronorte. Vinha o Consórcio, vinha a Eletronorte, a Secretaria Geral participava sempre, a Casa Civil participou uma série de vezes também. A FUNAI participava quando as medidas afetavam quando entrava na questão indígena, a FUNAI sempre participava também. De cabeça, que eu me lembre, é isso. E isso daí, essas reuniões, elas eram atípicas, porque logo no início o comando do processo, que sempre esteve com o SDH, passou para o MRE. Mas passou para o MRE não na figura do Carlos Eduardo Cunha, que era o diretor da Divisão de Direitos Humanos, mas passava na figura da Gláucia, que era a ministra que virou embaixadora logo em seguida, que era responsável pela Divisão de Temas Sociais e Direitos Humanos. Ela cuidava do coletivo que seria isso daí. Então, e passa pra ela, o comando dela é meramente pro forma. Na verdade, acho que foi uma estratégia para nos tirar do comando do processo. Então o Itamaraty que ficou com a tarefa de organizar a resposta que era algo que a gente fazia, era algo que a gente que montava a resposta e o Itamaraty, depois, só fazia os ajustes pro forma e remetia. Em Belo Monte passa a ser diferente. O Itamaraty passa a escrever o primeiro rascunho da resposta e depois enviar. E com o acompanhamento muito próximo da Casa Civil, ali em cima dessa resposta. Quem prestava mais informações era a FUNAI, o Ministério de Minas e Energia, a Eletronorte e o Consórcio do empreendimento. Eles é que tinham as informações de ponta e depois a secretaria geral, que começou a trazer muitos dados também, porque

botou a casa de governo lá, atendia população ribeirinha, via medidas paliativas, se melhorou a proposta do consórcio... Mas, enfim, a gente está ainda em Belo Monte. Tu quer sair de Belo Monte. Eu preciso que me pergunte mais especificamente...

Rodrigo - Tá, enfim. Belo Monte gerou essas medidas e gerou as movimentações a respeito de reforma.

SDH - Isso. Eu, na verdade, não sei se Belo Monte gerou, as movimentações a respeito de reforma já vinham de antes. Já havia reuniões prévias sobre reforma. O que acontece é que a partir de Belo Monte, o Estado brasileiro fez a inflexão, que ele não entrava na agenda da reforma e, a partir daí, ele entrou na agenda da reforma do sistema interamericano. E aí eu te digo que muito disso que ele entrou, eu acho que não foi meramente... Aí que eu volto. Acho que não foi só a decisão de Belo Monte, que impactou muito dentro do núcleo duro do governo federal, mas o modo como se deu a decisão.

Rodrigo - Então eu vou passar para uma pergunta, que é uma coisa que eu ia perguntar depois, mas que já cabe aqui. Porque o Paulo Vannuchi, que é ex- Secretário, ele faz um artigo com a Cristina Timponi, falando que a crise da reforma, na verdade acontece anteriormente a Belo Monte. Ela acontece por conta do Araguaia, que você tem uma polarização entre grupos pró-sistema e antissistema e que Belo Monte agudiza isso.

SDH - Sim.

Rodrigo - Então você concorda com essa visão? E de que essas coalizões formadas no Araguaia se sustentaram e se mantiveram para Belo Monte?

SDH - Eu acho que não. Eu concordo, eu acho que não pelo seguinte. A resistência ao sistema interamericano vem de setores conservadores do Estado brasileiro que sempre manifestaram essa resistência. O Nelson Jobim, não é que ele era a favor e deixou de ser a favor por conta do Araguaia. O Araguaia agudiza isso e acho que dá início a esse movimento interno de querer uma reforma do sistema. Porém, o que acontece é que os setores que estavam no Araguaia e que não estavam com a SDH não são os mesmos que depois vão estar em Belo Monte. E são setores que não trabalham diretamente com o sistema interamericano. A exceção, de novo, o Itamaraty, é o mais complicado deles. Por que é o mais complicado deles? Na verdade, todo o Estado é assim, mas depende muito de quem está à frente. Aí tu tinha uma pessoa comprometida com direitos humanos, lá, na divisão, mas essa pessoa tinha uma assessora que era terrível, terrível, praticamente uma uma reacionariazona. Era tremendamente reacionária. E tu tinha uma embaixadora acima dele que era também, as duas eram daqui de SP, não sei se isso é coincidência, mas era a hoje embaixadora Gláucia Gauch. Ela era de dar vergonha. Era uma senhorazinha de família cafeeira de São Paulo, extremamente conservadora que... O Itamaraty tem toda uma, os diplomatas mais antigos, boa parte deles não tem a menor formação, nem condição. Eles entraram em uma época em que ninguém fazia concurso para o Itamaraty, que era uma coisa fácil e não requeria estudo. Então tanto no episódio do Araguaia, quanto cada vez mais em Belo Monte, mas Belo Monte foi um pouco mais discreto, o que acontece é que ela desautorizava o chefe da divisão, e empoderava essa menina que era extremamente conservadora que era a assessora dele. Que era uma outra diplomata, era Camila Junqueti.

Rodrigo - Bom, esse é um dos meus debates, como que a leitura do Paulo...

SDH - A leitura do Paulo, exatamente. Qual que é o problema? O Paulo enfrentou isso em primeira mão. A Tina era assessora, a Cristina Timponi era assessora internacional do Paulo Vannuchi, na época do Araguaia. Ela acompanha o processo de Belo Monte pela FUNAI. E é por isso que eu te digo que a postura institucional dos atores não é a mesma. Porque o MJ, com o Luiz Paulo Barreto, tava junto com a defesa, e aí que eu te digo que as pessoas são fundamentais, o Luiz Paulo Barreto tava junto com a defesa, mas o Paulo Abraão tava junto com a SDH. E os dois são MJ. E nesse mesmo processo é isso que acontece. A Tina, que tava junto, que tava na SDH na época do Araguaia, é ela o MJ em Belo Monte. Então ela tá lá numa postura dialógica e de respeito ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Então a postura do MJ migra de acordo com quem tá representando. E a mesma coisa o Itamaraty. A Camila tomou a frente a defesa do Araguaia em noventa por cento das reuniões. E era uma postura de não, porque a Corte Interamericana não pode, que o Estado brasileiro, o Estado brasileiro, o Estado brasileiro, era uma postura de enfrentamento ao sistema e deslegitimação do sistema. E é a mesma postura que ela vai ter sobre Belo Monte. E é por isso que eu digo que...

Quando eu tava na SDH, eu tive uma assessora da AGU que ela fez a tese de doutorado dela sobre como o Brasil fazia os relatórios. E a verdade é que, e isso é triste de dizer, a gente não tem uma postura institucional de Estado. Depende muito de quem está à frente, porque como há um vazio muito grande, institucional, de diretriz política nesse tipo de tema. Vai depender muito de quem tá à frente. Até porque o Estado permite que a gente tenha essas pequenas rebeliões lá dentro. Então é difícil conseguir apontar uma tese uniforme do Estado.

Rodrigo - E eu vou, então, atacar um outro ponto rápido. Eu tive uma entrevista de um funcionário do Itamaraty que me falou um pouco isso, me falou que você muda um pouco a composição desses membros que estão sentados à mesa quando você tem casos de alto perfil político, nas palavras dele.

SDH - É exatamente isso.

Rodrigo - Você tem esse vácuo, esse espaço de atuação, quando você tem casos que não tem esse alto perfil. E quando você tem alto perfil, outros jogadores entram.

SDH - Sim, a gente recebe uma orientação direta. Mas o que eu quero te dizer é mais do que isso. O que ele chama de "caso de alto perfil político", e isso daí talvez seja uma postura de Estado, quando entra um "caso de alto perfil político", entre aspas, o que acontece é "tirem a SDH do comando porque ela vai nos fuder".

Rodrigo - Aí você já não tem... Porque você já tem esse perfil de...

SDH - Porque eles já sabem que o nosso perfil vai ser a defesa de direitos. E, bom, interessa a defesa de direitos? E aí eu vou te contar algo que vai na linha da crise vindo do Araguaia. Pré-Belo Monte, isso. Belo Monte ainda não tinha estourado. Primeira reunião do governo Dilma sobre o caso da guerrilha do Araguaia, e isso aí eu tenho certeza que sem o conhecimento da Dilma. A Casa Civil chefiou todo o processo do Araguaia. O processo do Araguaia foi chefiado pela Casa Civil. Ela que coordenou a resposta. Não foi nem o Itamaraty nem a SDH. Foi deslocado para a Casa Civil e a gente tem uma reunião em janeiro de 2011 com o Ministério da Defesa, enfim, todos os envolvidos no caso do Araguaia... E a Casa Civil abre a reunião dizendo: "Senhores, é

do nosso interesse cumprir esta sentença?" Como assim é do nosso interesse cumprir essa sentença? Foi uma luta! Fomos condenados. Vamos ver como nós cumprimos.

Rodrigo - Não é uma questão de interesse.

SDH - Não é uma questão de "é do nosso interesse". Então o cara abriu isso daí assim. É um sujeito até aqui de São Paulo, o Pedro Dallari.

Rodrigo - Ah, sim. Que tava na Comissão? Na Comissão Nacional da Verdade. Não é ele?

SDH - Sim, mas não é o Pedro da USP. É o filho dele, é Paulo Dallari. É o filho do Pedro Dallari.

Rodrigo - Bom, chegando então na crise, vou partir então para as demandas que o Brasil fez, que eu acho que é algo mais material que dá pra gente atacar por aí. Na composição dessas demandas, que é um resumo da posição na reforma, a Secretaria teve uma posição, teve participação. Qual foi essa participação e essa negociação? Como se deu?

SDH - Cara, o processo foi muito complexo pelo seguinte. E aí eu vou concordar com a tua tese de que, e é justamente o que eu te apontei, eu discordo do Vannuchi porque ele já não tava mais lá quando aconteceu a reforma. Eu acho que pode ter havido um acirramento no Araguaia, mas os setores que estavam trabalhando, em tese que trabalhariam a reforma do Sistema Interamericano estavam todos do lado dele. Os setores que trabalham a reforma estavam todos do lado do Paulo Vannuchi. Que que acontece? A partir de Belo Monte, esses setores são alijados do processo de reforma e o Itamaraty toca ela sozinho. O Itamaraty nos enviava... Eles faziam tudo, absolutamente tudo. Nos enviavam tipo assim: "tem duas horas para responder porque a gente tá enviando o telegrama". Era uma postura deliberada de nos cortar do debate sobre a reforma do sistema interamericano. E a gente era quem recebia as demandas da Conectas, de todas as organizações que trabalham com o Sistema Interamericano era a gente que recebia as demandas, discutindo "tá, e aí? O que tá acontecendo? Vocês tem que ser transparentes?" E a gente tava tão no escuro quanto eles.

Houve um momento, inclusive, entre 2011 e 2012, que houve uma ordem expressa dessa Gláucia Gauch para que os telegramas não fossem repassados para nós. Então nós não recebíamos os telegramas sobre a reforma e quando recebíamos era uma coisa assim: acabou de acontecer ou tu tem uma hora pra responder. E a gente conseguia ficar sabendo de muita coisa porque, e isso aí chega a ser ridículo, dizer isso, mas a gente tinha muita relação com outros países do Mercosul, e às vezes eu recebia os telegramas sobre a reforma do Uruguai, da Argentina, e não recebia do Itamaraty. Eu tinha que acompanhar o processo da reforma e tentar influir de fora, e isso daí por uma postura que era da Gláucia Gauch que, inclusive ela própria, que era chefe, ficou num enfrentamento ferrenho com os dois subordinados dela, que era a Divisão de Temas Sociais e a Divisão de Direitos Humanos. Ela vetava a transmissão de telegramas, dizia que todos os telegramas tinham que ser autorizados por ela, antes de serem repassados para qualquer órgão de Estado, que era basicamente o nosso, com quem ela trabalhava; nós e o MDS. Então havia isso daí, uma tentativa de manter sobre sigilo e fazer a reforma à nossa revelia.

O que eu posso te dizer, e aí, agrava muito a crise, porque bom... Hoje todos nós já sabemos, naquela época era uma incógnita, que a Dilma não é uma pessoa muito afeita às Relações Internacionais. Fora do comércio, pra ela isso é meio que tudo bobagem. Enfim. Essa reação inicial que ela teve de querer romper com o sistema foi manifestada da seguinte maneira. E aí eu vou te falar, enfim... São pormenores, eu não sei como que tu pode utilizar isso, mas são símbolos que dá pra se usar. Bom, ela retirou a candidatura do Vannuchi, que tava certo, ela interrompeu o financiamento, também à nossa revelia, e nós tivemos um comando que, enfim, era pra congelar o relacionamento com o Sistema Interamericano. E ali nós fomos rebeldes. Eu me lembro que na reunião de balanço no final de 2011, a equipe toda veio me cobrar, dizendo "A gente sente falta de uma direção política pro que a gente tá fazendo". E eu disse "não há direção política porque o que nós estamos fazendo é uma insurgência". O comando é: "parem de se relacionar com o sistema interamericano". A gente seguia respondendo, seguia trabalhando nos casos, seguia trabalhando normalmente à revelia... E eu falei pra eles: "Eu tenho certeza que se chegar no Planalto o que nós estamos fazendo aqui, a gente tá todo mundo demitido. A prova disso foi que eu fui participar da, 92º ou 93º sessão da Corte Interamericana em Bogotá. E nós estávamos planejando. A gente fez uma série de planejamentos para reduzir o nível de tensão do sistema interamericano com o Estado brasileiro, ali personificado principalmente na Dilma. Nós tivemos uma série de iniciativas, muitas muito boas e que estão rendendo frutos até hoje. Primeiro nós procuramos separar a Comissão Interamericana da Corte. Separar formalmente...

Rodrigo - O entendimento...

SDH - Separar o entendimento. Para dizer uma coisa é a Corte Interamericana que é um corpo jurídico, outra coisa é a Comissão Interamericana que é um corpo mais político que atua como um promotor de justiça. Então são dois órgãos separados, dois órgãos distintos... Bom. Dilma, você realmente quer se vingar, enfim... Não usamos esse vocabulário, eu tô aqui para ilustrar. Mas, tipo, você quer "prejudicar" entre aspas a Comissão? Bom, vamos fortalecer a Corte, então, porque esse dois órgãos meio que disputam. Vamos fortalecer a Corte... Era um meio de tentar furar esse bloqueio, mas na cabeça dela era tudo a mesma coisa.

Então nós fomos. Eu fui participar da sessão, essa em Bogotá, que foi, acho que na metade de 2011, e ali nós tivemos duas iniciativas. Primeiro: eu tinha mudado todo o modo de trabalho do Estado brasileiro com o sistema interamericano que eu achava que era mais efetivo. Eu não sei em que pé que tá isso hoje, mas que era o que, ao invés de simplesmente responder e ficar naquele discurso de tribunal dizendo "não, eu sou inocente, sou inocente, sou inocente...". Durante o tempo que eu tive lá, a orientação era: "se o caso tá no sistema interamericano, alguma coisa houve". As pessoas não acessam o sistema interamericano para tentar fraudar o estado brasileiro. Então era uma postura muito mais dialógica de reconhecimento do erro e de construção de solução amistosa, principalmente com garantia de não repetição. A gente conseguia construir políticas que trouxessem garantias de não repetição. A gente tentava construir política pública que evitasse que aquilo voltasse a acontecer. Esse era o nosso principal foco, no período que eu tive na SDH. Então, por exemplo, a gente trabalhou o caso da UNES e o caso de Urso Branco. A gente constituiu uma comissão com todos os setores do Estado que pudessem estar minimamente envolvidos; E aí era Governo Federal, Governo Estadual, Poder Judiciário, Ministério Público, governo, era todo mundo. E dali a gente tentava tirar um conjunto de ações onde cada um tinha sua responsabilidade para resolver o problema. E foi assim que a gente conseguiu levantar as medidas provisórias

de Urso Branco, na época. O caso seguiu na Corte, mas depois de dez anos a gente levantou as medidas provisórias. Foi o caso mais longo de medida provisória que teve na Corte Interamericana até hoje. E nós conseguimos levantar com base nisso. A gente construiu uma comissão, onde o Estado se compromete, então, a trazer isso, isso e isso. O DEPEN se compromete a trazer tanto de dinheiro. A gente não conseguiu levantar o caso da UNES que era muito recente, mas a gente fez uma coisa parecida. A gente tinha um juiz no Espírito Santo, de infância e juventude, na unidade de internamento sócio-educativo... A gente, conversando com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, a gente triplicou o número de vagas e desafogou aquilo lá. Até porque esse juiz era um juiz que tava lá há 20 anos, extremamente conservador, e que queria encarcerar todo mundo. Quando a gente dividiu isso daí, acabou, na época, a superlotação da UNES, porque os casos passaram a ser julgados.

Então, era um pouco essa a política que a gente tinha. E isso nem sempre é interessante. E dá muito mais trabalho do que simplesmente resposta: "ah! manda ele vir aqui... Tu fez isso? então tá aqui a resposta." Mas, aí, continuando...

Nessa sessão, o que nós fizemos foi: a gente resolver fazer um pedido de opinião consultiva para a Corte Interamericana. E foi a primeira vez que a gente fez um pedido de opinião consultiva em bloco, os quatro países do MERCOSUL fizeram um pedido de opinião consultiva sobre os direitos de crianças migrantes. Porque era uma medida para mostrar que a Corte, que o Sistema Interamericano, não só como um órgão punitivo, mas como um órgão que consegue estabelecer diretrizes básicas. Ninguém é contra a criancinha que migra. Ou seja, era um pouco isso, vamos criar um fato positivo para o sistema interamericano. E aí a gente aproveitou isso. A gente funcionava, na época era muito bom. A gente funcionava muito bem com todos os países do MERCOSUL. O Paraguai variava bastante: teve o golpe do Lugo, mas Uruguai, Argentina e Brasil era voz uníssona, a gente não tinha uma discordância. Aliás, a única discordância era quão rápido avançar. Todo mundo tava olhando pro mesmo lugar. O que não está lá é que eu dei uma entrevista para um jornal falando sobre a importância do sistema interamericano, da Corte Interamericana, sobre tudo que a gente tinha feito. E eu fiquei sabendo tempos depois, quando eu fui embora, na época a Rosário era ministra, que quando eu dei essa entrevista a Dilma ligou para ela pedindo para ela me demitir, e a Rosário, na época, segurou, me sustentou, e eu fui saber disso só depois, era esse o nível de tensão que havia.

E outro exemplo que eu te dou, também emblemático disso, é que nós fomos discutir o planejamento de 2012, em janeiro de 2012 com a Dilma, para ver o que a gente ia fazer na área internacional de Direitos Humanos. Como eu já sabia que ela tava com essa birra com o sistema interamericano, eu nem incluí nada do sistema interamericano. Coloquei dois tratados que a gente queria assinar, mas eu acho sintomático que, quando a gente entrou na sala a primeira coisa que a Dilma falou pra gente foi: "Se vocês falarem em sistema interamericano essa reunião acaba agora". “A gente não vai falar em sistema interamericano...” Mas foi essa a receptividade que a gente teve...

Rodrigo - Ou seja, era a pauta bomba pra...

SDH - Era pauta bomba pra ela. Ela se recusava, ela não queria trabalhar com o sistema interamericano.

Rodrigo - Bom, aí eu já não sei exatamente se você vai conseguir responder isso, mas o que eu quero ver agora é se houve uma mudança, que é uma das discussões que existe. Então a gente tem esse cenário em 2011 que era um assunto...

SDH - Sim, tabu.

Rodrigo - Era um assunto tabu, era um assunto que a Secretaria não podia participar ou tinha sua participação muito limitada e isso vai até 2013, pelo menos e até hoje...

SDH - Não, em 2012 a gente consegue já reduzir o nível de tensão. Porque o que acontece é: teve dois pontos que a gente conseguiu usar como inflexão. A candidatura do Roberto Caldas para a Corte Interamericana. O Roberto Caldas, coitado, foi pego nesse fogo cruzado e ele nos auxiliou muito nesse processo de redução do nível de tensão do estado brasileiro. Muito. Porque ele tinha muito contato com pessoas muito próximas à Dilma. A gente forçava por dentro e ele forçava por fora. Pra acontecer essa redução, dizer que não é do interesse de ninguém, que mais vale ter um diálogo e ter gente nossa dentro do sistema, para poder ter sensibilidade para determinados assuntos. E aí então ele começa, a gente começa todo esse movimento que, na verdade, seria o correto. Se a gente tem essa preocupação com a captura da agenda de direitos humanos pra um tema geopolítico, então que a gente tenha alguém lá dentro que consiga...

Rodrigo - Ocupar o espaço...

SDH - Exatamente, vamos ocupar o espaço e evitar que isso aconteça. Trabalhando na garantia de direitos humanos e não nisso daí. Algo que a gente tinha na reforma e no fim, deixa eu te dizer: a reforma ficou muito menos pior do que se esperava. Porque, do jeito que tava sendo feito a sete chaves, que nos negavam o acesso e os membros da sociedade civil nos cobrando, a gente achava que ia ser uma hecatombe. No fim não foi tão ruim a reforma. A piora foi muito menos... Muito mais sutil do que se esperava. A principal crítica que a gente tem, que eu tenho até hoje do sistema interamericano, e a culpa disso não é do sistema interamericano, a culpa disso é dos países da região. Eu acho um absurdo que haja financiamento autônomo e que se consiga fazer aporte para relatoria específica. O único jeito de evitar que isso aconteça é se todos os países se comprometerem a pagar as contribuições do sistema interamericano. Isso daí a gente discutiu inclusive, eu me lembro ter conseguido participar de algumas conversas sobre isso dizendo, "bom, vamos aumentar o aporte significativamente. E aí a gente pode dizer, “sistema interamericano, pare de aceitar aportes da União Europeia, de países de fora da região”. Porque se não é óbvio, a gente fica refém do dinheiro.

Rodrigo - Isso inclusive faz parte da posição brasileira oficial...

SDH - Exatamente.

Rodrigo - De que temos de contribuir, recebemos bem as contribuições, mas não aquelas com destinações específicas.

SDH - É. Isso daí foi uma batalha, isso daí foi a pequena atuação que a gente conseguiu ter, dentro da reforma do sistema. Que a SDH pautou isso, dizendo: "Bom, impeçam a contribuição para relatoria específica porque os Estados Unidos, por exemplo, só...

Rodrigo - Só financia...

SDH - Liberdade de expressão pra atacar a Venezuela. A relatoria de liberdade de expressão tinha mais dinheiro, na época do que...

Rodrigo - E uma das coisas que se discutiu era, inclusive, agora me foge a palavra, mas a eliminação da Comissão, fazer um sistema sem Comissão para equiparar ao modelo...

SDH - Europeu.

Rodrigo - Ao modelo europeu. Isso chegou a ser discutido nas reuniões internas do governo?

SDH - Não.

Rodrigo - Porque, acho que o Equador que lançou isso. Tinha alguns países...

SDH - Sim. Foi o Brasil, eu acho que o Itamaraty, é difícil. A gente fala em Estado como se fosse uma coisa unitária, uma posição única, e na verdade não é tão simples. O Itamaraty meio que embarcou nessa e depois voltou atrás, se eu não me engano. Eles viram com bons olhos, chegaram a levantar isso daí e depois chegou a abandonar essa posição e o Equador ficou sozinho. Eu acho que isso daí até gerou algum estremecimento diplomático na época, porque o Equador lançou essa bola e aí meio que interessava, e aí deixaram o Equador sozinho. Eu lembro que nas reuniões chegaram... O Ruy Casaes inclusive, isso daí foi outro sinal do congelamento. Se retirou o embaixador e a gente ficou séculos sem embaixador.

Rodrigo - Foram 4 anos com o Breno...

SDH - 4 anos. Ficaram 4 anos sem ter embaixador lá e quando a gente foi ter o primeiro embaixador...

Rodrigo - Que era o Guilherme [Patriota]... Aí o Congresso...

SDH - Aí o Senado resolve se vingar da Dilma ali, uma idiotice.

Rodrigo - Sim. Bom... O que mais eu precisava falar contigo? Ah, sim! Claro. E a participação da sociedade civil. Como que se deu a interação da secretaria? Se a secretaria tentou fazer esse diálogo com a sociedade, até mesmo para ganhar mais espaço dentro da mesa de discussão de reforma e se você percebe algum tipo de... Como que você percebe a sociedade civil, se ela estava dividida ou se, pelo menos, tinha vozes dissonante ou veio alinhada... Como que o governo...

SDH - Então, as organizações vieram alinhadas, cobrando espaço na mesa. Nós não demos espaço porque nós não tínhamos espaço na mesa. Ele foi um processo feito com um mínimo de interlocução, que houve direto do Itamaraty de umas poucas organizações. Eu acho que a Conectas e a Justiça Global conseguiram reclamar com o Itamaraty. Mas não sei em que ponto que foram ouvidas. Mas não houve e isso daí eu estou dizendo porque talvez tenha havido uma reunião que eles foram e que eu consegui ir também. Porque as posições em relação à reforma do sistema foram tratadas *interna corporis* no Itamaraty. Elas ficaram lá dentro.

Rodrigo - Porque em 2013 eu cheguei a ver que teve reuniões em que até a Deisy mesmo participou, mas aí você já não estava...

SDH - É, eu já não tava mais. Sim, mas é por isso. Porque havia esse bloqueio total até que em 2013, eu acho que é quando a Gláucia sai do DHS e aí o processo... Acho que entra o Guislene, Alexandre Guislene, e aí o processo se abre mais...

Rodrigo - E nesse sentido, por exemplo, a LAI. Você estava na LAI, na época da LAI ainda?

SDH - Tava na época da LAI.

Rodrigo - Do pedido que a Conectas faz pra LAI... Vocês também... Isso foi uma questão entre o Itamaraty e a Conectas?

SDH - Itamaraty e Conectas. Não passou por nós. Não passou por nós.

Rodrigo - Entendi...

SDH - Isso daí não passa... Talvez tenha passado, de ser redirecionado, não sei dizer exatamente.

Rodrigo - Mas era exatamente a questão dos telegramas, que você falou que eram herméticos até mesmo para vocês.

SDH - E é isso. A gente acabava recebendo por outras vias. Tipo ah...não repassava o telegrama... O Cadu não me repassava o telegrama, mas pegava o telefone e me ligava e dizia "Ah, tem tal e al coisa e não posso te passar o telegrama".

Rodrigo - Sim, oficialmente. E uma...vou finalizar aqui daqui a pouco, enfim. Uma outra questão que eu queria...

SDH - E isso era um telegrama muitas vezes sem caráter reservado, inclusive.

Rodrigo - Sim. É, então. Acho que era um conjunto de noventa telegramas, se eu não me engano. E depois a Conectas conseguiu dois deles...

SDH - Era uma coisa absurda. Era uma coisa absurda porque era uma coisa que eu dizia isso daí pra eles: "Vocês estão perdendo a relevância". Pra começar porque os diplomatas não querem se especializar, porque diminui a possibilidade de promoção pra postos... São poucos os diplomatas que se especializam e todos os Ministérios tem assessoria internacional especializada. Em época de comunicação instantânea, vocês vão virar fazedores de coquetel.

Rodrigo - E, olha. É uma questão super delicada e, ao mesmo tempo, em Florianópolis, eu tive de ouvir do debatedor da minha mesa que o que a sociedade civil pedia e o que a Corte e Comissão pediam eram grandes absurdos. Imagina, abrir telegramas. Imagina. Nossa, era uma coisa de "reverter um pacto social de 30 anos". E eu tive de ouvir isso na mesa da minha palestra.

SDH - Os caras estão ficando obsoletos. Foi tanto que a gente furava os telegramas do Itamaraty de tudo que era jeito. Eles não detêm o monopólio da informação em uma época de informação instantânea. Era o tipo de coisa assim: Eu preciso falar com o Ministro de Direitos Humanos do Uruguai. Eu pegava o telefone e ligava pra ele. Eu não mandava um telegrama pro Itamaraty, que ia mandar um telegrama pra chancelaria Uruguaia, que ia mandar um telegrama pra Montevidéu, pra mandar pra ele... É uma

coisa que perdeu o sentido. Isso faz sentido em um mundo sem comunicação instantânea.

Rodrigo - E, por fim, eu só queria entrar então na tua visão desse pós-Reforma, que eu sei que você já sai da Secretaria, mas eu tenho algumas impressões: Primeiro, uma coisa que estava falando... Saiu menos pior do que podia ser. Que é o empate com gols que a Conectas fala. Mas ao mesmo tempo eles me falam de uma certa ressaca no sentido de que a Comissão teria ficado mais reticente em lançar medidas e até algumas associações da sociedade civil, em tratar determinados casos mais espinhosos e, também, a questão de que, uma das teses que eu trabalho é de que você sai de um questionamento da legitimidade, você sai de uma crise de legitimidade para uma crise de financiamento, que seria, então, outra estratégia para enfraquecer o sistema.

SDH - E que o Paulo, agora, conseguiu quebrar isso...

Rodrigo - Sim, é, porque agora está lá dentro, mas estamos lá, ainda tem lá no site da Comissão um banner falando da crise. O Brasil continua em dívida e a criação dessa assessoria mística da Ideli Salvatti que ninguém entende exatamente como que isso se deu; não sei se você tem alguém *insight* interno...

SDH - Eu não tenho nenhum *insight*. Eu acho que a Ideli, inclusive, tinha que ser defenestrada. Ela não tem a menor função em estar dentro da OEA. Ela não tem a menor capacidade de estar lá. Aquilo lá foi um cabide pra ela. Eu sou muito reticente em relação à Ideli Salvatti. Muito reticente.

Rodrigo - E gerou um grande susto, se isso desviaria financiamento, mas pela primeira entrevista que eu fiz com o Itamaraty, eles não sabiam exatamente o que essa Secretaria faz, não haveria um grande contato, sendo que eles têm um grande contato com a Comissão. E eu continuo com isso, assim... É um mandato que, aparentemente, eles não tiveram nem mesmo envolvimento na escolha do cargo, na indicação dela pro cargo.

SDH - Não duvido disso. Não duvido disso.

Rodrigo - Mas essa questão da crise de financiamento e de outras estratégias para enfraquecimento, você acha que se sustenta? Você acha que existe esse cenário de ressaca e de reticência? Ou a crise foi superada em 2013?

SDH - Não, eu acho que a crise não foi superada. E vai levar... Eu acho que a crise não teria sido superada no governo Dilma e, agora com o governo Temer, eu acho que vai continuar muito severo. Porque é óbvio. O governo Dilma, na verdade... E é uma coisa que é... Eu não consigo usar outro aditivo que não burro. Porque as contribuições internacionais para organismos, elas são ínfimas. Nós ficamos devendo, eu não sei se o Paulo conseguiu resolver quando ele tava no IPPDH, mas nós ficamos devendo, anos a fio, todas as contribuições para o IPPDH desde o início. E eram contribuições de 200 mil dólares ano. Isso não é nada para o Estado brasileiro. Nada. Isso é menos do que o orçamento da SDH, que era um orçamento enxuto, já. Ou seja, é ridículo. E a gente não pagava. Não pagava por uma postura burra de "Ah, não, não vamos fazer contribuição internacional". Ficamos devendo para uma série de organizações. Mas eu não acho que seja uma medida deliberada para enfraquecer o sistema interamericano. Eu acho que é uma miopia geopolítica da Dilma. Porque não era exclusiva do sistema interamericano. Era o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos, era a UNESCO, a gente está devendo pra todo mundo. Tanto que o Serra assume o MRE e ele, o primeiro discurso

dele é "ah, vamos pagar todas as contribuições atrasadas". Porque não é específico do sistema interamericano. Eu acho que o bloqueio continuaria porque a Dilma carrega isso com ela, de Belo Monte...

Rodrigo - Que vai ficar pra sempre.

SDH - Que vai ficar pra sempre. Mas eu não acho que o financiamento nesse caso tenha sido... A gente estava num contexto de crise e a Dilma simplesmente congelou as contribuições e o Planejamento não liberava nenhuma. Todos os órgãos-fins passavam, e eu não sei em que medida que era a Dilma ou o próprio Planejamento, aí eu também vou estar me aventurando a dizer, mas todos os órgãos passavam e diziam "ok". Itamaraty, ok; MJ, ok; SDH, ok; Manda pro Planejamento, trava no Planejamento e não sai nunca de lá. Não sai nunca de lá. Ficava tudo no Planejamento autorizado por todos os órgãos envolvidos, dizendo "isso é importante, paguem isso". E aí a gente não pagava nenhuma contribuição internacional. Não é tão direto. Agora, eu acho que sim, com certeza, eu acho que a Comissão vai ficar mais tímida, eu acho que o Brasil pesou muito na decisão da Comissão, a partir do caso de Belo Monte, mas não é o único. Acho que no momento em que a Venezuela se retira, a gente tem um cenário que... O Brasil legitima, de alguma maneira, a posição venezuelana. Indiretamente. O Brasil não vai lá e diz “isso aí, Venezuela". Pelo contrário, a posição do Estado brasileiro é dizer "volte". Mas quando o Brasil faz esse enfrentamento ao sistema interamericano, a Venezuela se sente legitimada a se retirar. Porque, claro, como eu disse, há essa agenda geopolítica interferindo. E, para piorar, a relatoria de Povos Indígenas, que estava fechando hidrelétricas e tudo, a relatora ainda era uma comissionada dos Estados Unidos. Então tu tinha uma estadunidense proibindo a construção de hidrelétricas na América Latina.

Rodrigo - Tem um peso simbólico muito grande.

SDH - Tem um peso simbólico muito grande. Muito grande.

Rodrigo - Uma coisa, claro, é você ir a Washington para falar da Operação Condor. Como que você vai a Washington para falar da Operação Condor? Cria um constrangimento... Mas que a Venezuela mostra que é uma saída possível, porque acho que antes dela só Trinidad e Tobago que tinha saído. E aí, surgiram todas as ameaças...

SDH - E a Comissão, claro, vai pisar no freio com toda a cautela, porque a gente está vivendo uma onda conservadora em toda a região. Uma onda conservador, na verdade mundial. E aí, enfim, isso aí é pra outro assunto. Mas, a gente está vivendo essa onda conservadora, onde todo mundo está a um passo de romper com o sistema porque... Para que sistema interamericano? Para que direitos humanos? Esses governos não vêem direitos humanos como prioridade. O único discurso de direitos humanos que serve para eles é quando é pra atacar um governo de esquerda. Aí vai na Venezuela dizer "direitos humanos, pra quê direitos humanos?". E isso daí eu acho que é muito negativo porque a função, a agenda de direitos humanos, na verdade, é contra-majoritária. Ela consiste em contrariar interesses. E é por isso que a Rosário nunca conseguiu ser para a Dilma o que o Paulo Vannuchi foi para o Lula. E ninguém conseguiu ser para a Dilma, porque o Ministro de Direitos Humanos num governo, o Secretário de Direitos Humanos no governo tem a função de ser um grilo falante. Ele é o cara que vai, vai tá lá dizendo "vocês tão fazendo merda, vocês tão fazendo merda". O Lula topava ouvir isso do Vanucchi. A Dilma não topa ouvir isso de ninguém. Tanto que a gente tem uma migração da agenda. A Rosário, quando entrou na SDH, com espírito militante, de direitos humanos, de enfrentar temas controversos. Eu me lembro que, no início, a gente

levava pra ela agendas cabeludas que não eram pauta da SDH. E ela abraçava todas. A gente pegava e dizia "Rosário, a gente precisa fazer alguma coisa sobre o Guarani-Kayowá lá no Mato Grosso". E ela embarcava. "Rosário, a gente precisa fazer alguma coisa sobre migrante". "Ah, isso daí é do MJ, mas eu trabalho com imigração há muito tempo, acho que a gente tem que fazer alguma coisa na agenda de imigrante. Vamos trabalhar com coisa de imigrante". Tanto que a SDH até hoje tem alguma coisa, ficou com alguma coisa de imigrante do período que eu passei lá. Aí quando dá uma crise, estoura uma crise quilombola, acho que no Maranhão mesmo. Aí a Rosário tava tão envolvida nas agendas de direitos humanos...

Rodrigo - Que ela já...

SDH - Não. Que os quilombolas não querem dialogar com a Luiza Barros. E eles só saem, só desocupam o INCRA se a Rosário for lá. E a Rosário vai lá. Isso daí era o início do governo. Depois, como ela não conseguia ser a pessoa que apontava pra dizer "estamos fazendo merda". Vai olhar a agenda da SDH no final do período da Rosário, até 2013... A Ideli entrou em 2013, né? Foi quando a Rosário se afastou para a eleição, em 2014... Foi por aí.

Rodrigo - Porque teve toda aquela troca do Pepe Vargas...

SDH - É, mas isso tudo é 2014, 2015, eu acho. A Rosário ficou até poder concorrer a deputada de novo. Ela saiu em 2014. E aí tu vai olhar a agenda dela no final e ela tá cuidando de infância, pessoa com deficiência e velhinho. Porque ninguém é contra criança, velhinho e deficiente. Não é agenda polêmica. As pautas bombas estão todas escondidas debaixo do holofote. Então houve esse enfraquecimento, da própria posição dela. Inclusive, não sei se ela parou de tentar dar murro em ponta de faca. Ou seja, isso daí, acho que é reflexo também da crise do sistema interamericano. Porque a gente não conseguia manter agendas públicas sobre o sistema interamericano porque a Dilma simplesmente achava que a gente não tinha que estar lá trabalhando com esses caras, porque esses caras estavam interessados em parar Belo Monte.

Rodrigo - É, gerou o caso do...

SDH - Exatamente. E aí a gente consegue romper esse bloqueio, muito devido ao Roberto Caldas. E aí vai o Roberto Caldas, depois vai o Paulo Vannuchi. Isso a gente consegue vender para dentro do governo... Aí eu já não tava mais lá, mas eu trabalhei muito pela indicação do Roberto, desde 2011.

Rodrigo - Não, e o Itamaraty agora fala da candidatura do Vannuchi, em 2015, como uma mostra de que voltamos à normalidade com o sistema. Então tem isso. Vira uma questão, e do Roberto Caldas para a Presidência...

SDH - É, o Roberto Caldas é o Presidente da Corte. Mas é isso, na verdade. O problema é que o Itamaraty nunca vai te dizer o que é de fato.

Rodrigo - Sim, eu percebi.

SDH - Eu tive contato com um embaixador, era um embaixador pavoroso, desses da velha guarda que não gosta de trabalhar. Eu tenho uma série de histórias dele. A única coisa que ele falou que eu guardei, porque ele nunca falou nada de muito relevante, foi

dizer, guardei pelo absurdo que é, mas que descreve bem a carreira, é um absurdo, mas descreve exatamente como eles são treinados e formados. Como eles são encaixotados dentro do Itamaraty. Ele disse: "Sabe aquele ditado, uma dama quando diz não, quer dizer talvez, quando diz talvez, quer dizer sim, e se diz sim, não é uma dama. Pois com o diplomata é a mesma coisa. O diplomata quando diz sim, quer dizer talvez, quando diz talvez, quer dizer não, e se diz não, não é um diplomata". Então é basicamente isso. Esse é o modus operandi como eles constroem a cabeça das pessoas dentro da instituição, que é militar. O Itamaraty pode usar terno e gravata ao invés de farda, mas ele é uma instituição militar. Eu tive assessores do Itamaraty que foram pra SDH que, no início, me pediam permissão para ir ao banheiro. É esse o nível de ingerência, de encaixotamento. Então é uma situação na qual eles vão dizer que está tudo normal. Porque pra eles sempre tudo está normal, eles não gostam de turbulências no tempo presente. Podem até reconhecer uma pretérita, mas no tempo presente eles vão dizer que está normal. E pra eles, de fato, deve estar, porque eles vão se resumindo a uma função cada vez mais burocrática, de preencher o relatório e enviar para o sistema. Como se resolveu, como ficou, ganhamos ou perdemos, isso não é com o Itamaraty. Todos eles estão lá com a carreira de Estado assegurada, sem preocupação com a agenda política. Então pra eles vai estar normal. E eu vou te dizer: é possível que para Estado brasileiro esteja normal. E vou me atrever a fazer esse comentário contigo, Rodrigo. É possível que para o Estado brasileiro esteja normal. Para quem não está normal é para a Comissão, que está acovardada, justamente pelo que passou, talvez com um estresse pós-traumático. Eu acho que isso daí representaria melhor. Pro Estado brasileiro está normal. Está normalizado, estamos com gente dentro do sistema. Estamos dialogando. Estamos respondendo caso. Tem embaixador. Está normal, pra eles stá normal. A Comissão é que está com uma síndrome de estresse pós-traumático depois desse evento. E, talvez mesmo organizações da sociedade civil, que estão se acovardando já sabendo que se entrarem não vão levar. Então elas tem que escolher muito bem com o que entrar.

Rodrigo - Eu tento contrapor exatamente essas imagens, a imagem do empate com gols, a imagem da ressaca e desse estresse. Porque é quase como se... Eu comentei isso na semana passada, que é quase como se fosse a metáfora dos cegos e do elefante. Que é cada um pegando numa parte, falando ao mesmo tempo, falando da mesma coisa, só que com leituras diferentes. Rashomon.

SDH - É exatamente isso. Pros Estados normalizou a relação com o sistema. E por que que normalizou a relação com o sistema? Porque o sistema parou de demandar agressivamente como estava fazendo.

Rodrigo - O sistema está comportado.

SDH - É. O sistema está comportado. A impressão que eu tenho. Não tô dentro, lá, pra te dizer como estaria hoje, mas eu mantive contato até 2015 com relativa frequência e, enfim, não parecia que as pessoas estavam com essa agenda... Parecia, realmente, pro Estado a situação está normalizada. Agora, o que me parece é que o sistema não está com a situação normalizada, tanto que tava com as finanças em frangalhos. E vai dizer que "ah, sempre atrasou..." Só que, agora, se todo mundo atrasa...

Rodrigo - Fica complicado.

SDH - Fica complicado. Eu acho que é mais ou menos por aí.

Rodrigo - E eu tenho uma leitura que eu... aquela coisa: uma pessoa fala e eu preciso confirmar com outras. De que, a partir da crítica do Brasil, a partir das movimentações políticas do Brasil, outros Estados se sentiram confortáveis para criticar.

SDH - Isso. Pra mim é o caso da Venezuela. Pra afrontar, pra desautorizar, pra não cumprir decisão.

Rodrigo - Pra não pagar.

SDH - Pra não pagar.

Rodrigo - Então, esse é o ponto. A gente coloca Belo Monte e o Brasil como o epicentro da crise por conta disso; Porque não é que não houvesse esses discursos anteriores, mas o Brasil catalisa tudo isso e é o grande motor.

SDH - Claro. Belo Monte tem esse papel, muito mais do que o Araguaia. Por isso que eu te falo que é mais do que o Araguaia, porque o Araguaia foi uma decisão contra-majoritária, mas era uma decisão contra-majoritária que não era contra o núcleo duro do Estado brasileiro. Tá, o Lula, talvez, dizem, eu não sei quanto de verdade tem nisso, que o Lula meio que queria apaziguar a situação com os militares e o STF, mas isso daí no julgamento da ADPF, não no caso da guerrilha do Araguaia. E o ponto é, o Lula ouve o Paulo Vannuchi. Então não é... ali se gera o estremecimento do sistema. Eu acho que, talvez ali, esse pessoal mais conservador comece a ganhar força, que vai explodir em Belo Monte. Um ano depois. Mas Belo Monte eles não precisavam nem fazer nada, porque a Dilma legitima eles sem que eles precisem fazer essa movimentação. A Dilma se indigna com o sistema interamericano, a partir da decisão de Belo Monte que, como eu disse, pecou por ser mal fundamentada. É uma decisão de uma página. Os caras mandaram uma página preenchida até aqui, decretando medida cautelar por dois pontos que não haviam sido objeto de pedido de informação, uma semana antes.

Rodrigo - Que é, pelo menos, uma mudança que alguns vêem como positiva, que agora há uma grande fundamentação.

SDH - Exatamente. Que é importante. Como é que você vai parar uma obra de bilhões de reais, fundamental pro desenvolvimento do Estado nacional, com isso daqui? Que aí como é que eu vou defender isso daqui perante os agentes do Estado que não concordam comigo? Vão me olhar e dizer, "tira isso daqui da minha frente".

Rodrigo - Que foi o início da nossa conversa sobre a crise de legitimidade causada pelo...

SDH - Exatamente. E isso daí eu acho que é positivo. Só que claro: pra que isso ocorresse de maneira correta, os países teriam que fazer um aporte maior, porque a comissão teria que ter mais assessores trabalhando nisso daí, fazendo a fundamentação das decisões, pegando precedente, puxando descrição mais minuciosa dos casos. É porque é isso. A decisão de Belo Monte que foi feita lá atrás, hoje já é diferente, mas ela carecia de legitimidade.

Rodrigo - Eu vi um artigo de uma menina que falou assim, é interessante pro Brasil passar a discutir direitos humanos no âmbito da UNASUL e não da Comissão, porque a UNASUL é uma organização de Estados. Você não tem...

SDH - Um corpo próprio.

Rodrigo - Você não tem um corpo próprio, você não tem uma permeabilidade tão grande pra sociedade civil. O Brasil é o bastião da multilateralidade, só que como é que você vai falar de multilateralidade pra uma Comissão de Direitos Humanos que coloca outros atores que o Brasil acha estranhos nos foros multilaterais?

SDH - Isso daí é um bom raciocínio. É um bom raciocínio. Inclusive tem uma proposta paraguaia que nunca embarcou e eu espero que não surja agora. O Paraguai queria criar um Tribunal de Direitos Humanos do MERCOSUL. Está há anos que só fala nisso e ninguém leva eles a sério. Por que, pra quê? A gente era contra isso E é por isso que eu te digo que a posição do Estado brasileiro não é uníssona. A gente era contra, junto com o Itamaraty, que participava das reuniões de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL, justamente porque nós entendíamos que isso seria o enfraquecimento do sistema interamericano. Começa a criar micros sistemas regionais, tu enfraquece o grande sistema interamericano, que serve de Washington pra baixo. E isso, para nós, não e interessante. Então acho que é por aí.

Rodrigo - Mas, obrigado. Eu vou parar aqui. Pronto.

C - Raísa Ortiz Cetra – Conectas Direitos Humanos realizada em 03/07/2015 na sede da ONG.

Rodrigo: Eu pensei em algumas coisas, na verdade a primeira que eu acho que seria importante esclarecer, eu ia até perguntar fora, mas eu acho que não tem problema perguntar dentro, é se você chegou a participar das reuniões com o MRE? Porque você entrou na Conectas depois disso, mas eu acho que a Deisy comentou comigo que você participou de alguma etapa junto com ela.

Raísa: Foi, foi essa etapa antes. Deixa eu tentar lembrar, foi o primeiro semestre de 2012, foi quando saiu o artigo de Maria da Penha [artigo "O Brasil e o SIDH: De Maria da Penha à Belo Monte" escrito em colaboração com Deisy Ventura]. Nesse momento eu estava com a Deisy né, então eu era observadora, eu não tinha participado, eu não estava dentro das negociações. Então a gente foi conversar com a Beatriz, Rebeca, nunca sei, com a Beca do CEJIL, e com o pessoal da Conectas. Nesse momento eu era totalmente observadora, depois eu fui fazer intercâmbio, quando eu voltei foi início de 2013, então foram aqueles quatro meses da reforma, e eu era voluntária aqui. Então o que eu fazia, eu acompanhei um pouco, mas eu, durante o processo de reforma, nunca participei de nenhuma reunião com o MRE, nunca. O que sim, a partir de junho de 2013, eu faço constantemente, são as reuniões com eles, a partir de então, para o restabelecimento das relações Brasil-Sistema. Tendo como marco o processo de reforma, que é o momento que a gente considera que o Brasil rompeu com o Sistema, ou pelo menos reduziu a sua presença, a importância, e aí a partir de junho de 2013 é quando eu começo a me envolver com os casos que a gente leva no Sistema, as audiências, presenciar como o Brasil reage, como o Brasil não reage. Dentro do Política Externa a gente tem videoconferências promovidas pelo Comitê de Política Externa onde a gente está sempre cobrando do Brasil a forma de ele, como ele pode ou não pode, ou vai reagir diante do que acontece no sistema interamericano, no sistema ONU

também, mas aí meu trabalho sempre foi restituir a relação. Eu não estava na Conectas no momento em que a relação foi, digamos assim, rompida. Então nesse momento, de fato eu não estava. O que eu fiz foi, depois disso, sistematizar com a Juana. Então eu fiz mais ou menos o que você está fazendo, com elas aqui dentro, porque daí a gente que escrever um artigo e aí eu fui conversando com a Camila [Asano] pra entender como foi, conversando com a Juana, fiz o artigo com a Juana, depois a gente foi construindo juntas, mas eu me envolvi muito com o anterior pra sintetizar, pra conseguir sintetizar.

Rodrigo: Que é aquele artigo Muchos Brasis?

Raísa: No DPLF, Muchos Brasis, que foi aí que eu tive contato com o que foi o Brasil durante esse momento. E que tem que retomar toda hora né, por exemplo, a sabe o que fiz? Com certeza eu fiz, foi o pedido de informação que a gente fez dos telegramas, a Juana chegou a te falar?

Rodrigo: Sim, que foi assim que a lei saiu, vocês fazem esse pedido.

Raísa: E aí, eu não estava aqui quando fizeram o pedido, mas como o pedido demorou muito tempo, ficou em tramitação muito tempo, eu peguei um resquício e peguei muitas das análises que a gente fez sobre esses pedidos, porque eu entrei na Conectas trabalhando Lei de Acesso [à Informação]. Então eu trabalhei muito em cima desse pedido, do que foi esse pedido também, foi isso, esse é o meu envolvimento.

Rodrigo: Já teve muito pano pra manga desde o início. Então você não chegou a ir às reuniões, mas você chegou a conversar com os membros das ONGs que participaram dessas reuniões.

Raísa: Eu sou quem leva, Camila é minha coordenadora, então quando eu falo eu, eu sou a assessora dela pra esse tema. Eu é que cuido relação com esse grupo de ONGs.

Rodrigo: O CELS...

Raísa: O CELS, o...

Rodrigo: Uma coisa que eu conversei com a Juana, na verdade eu acho que é só pra expandir um pouco isso, é que eu tinha uma noção de que teria havido algum tipo de articulação também com as ONGs brasileiras, pra o diálogo com o governo federal. E ela me disse que houve menos com a ONGs brasileiras...

Raísa: Mais com a internacionais...

Rodrigo: E muito mais com as internacionais. E entender um pouco isso, porque a Juana disse que vocês, a partir do pedido de LAI, conseguiram criar esse espaço de que as ONGs falassem. Criar um espaço de diálogo com o governo, mas ao mesmo tempo era tanta coisa que vocês não chegaram a se articular como focos de pressão. Era mais um brainstorm com o governo pra construir.

Raísa: Eu até te sugeri naquele primeiro e-mail que você falasse um pouquinho com o Alexandre [Sampaio] que era da Artigo 19. Nessa época eu trabalhava na Artigo 19 na verdade eu era estagiária lá. E ele é quem levava esse tema lá, e ele se envolveu, muito menos que a Conectas, mas se envolveu porque, assim é óbvio que a Juana tem muito mais lembrança disso do que eu, mas até onde eu vi, não sei se você chegou a ver documentos que a gente enviou juntos, Artigo 19, Justiça Global e Conectas para o processo de reforma, se você quiser depois eu te mando. Foram as duas ONGs com quem a gente se envolveu, Justiça Global e Artigo 19, mas acho que tem um pouco a característica da Conectas enquanto ONG, que é a forma como a gente olha pros sistemas. E o nosso olhar é muito Política Externa, digo o nosso programa, Então pra gente, olhar como o Brasil se relaciona com o Sistema era além do Sistema em si também, era um pouco como o Brasil constrói sua política externa baseada em direitos humanos, sendo o Sistema um lugar muito importante pra isso. Então acho que tem a ver com diferentes olhares, tanto que por exemplo, o CEJIL, que não é brasileiro mas tinha uma outra visão, mas porque... ONGs que litigam no sistema tem uma visão diferente, porque a Conectas não é uma ONG que litiga. Isso é uma característica importante de porque a Conectas se envolveu do jeito que se envolveu no processo de reforma, nós não litigamos muito nos sistemas, a gente tem alguns casos de muitos anos atrás. E eu diria que a gente se envolve com o Sistema, assim bastante mesmo, nos últimos anos. E isso muda a forma como você olha pro Sistema. Nosso olhar é um olhar crítico também. Não é um olhar de defender o Sistema sem olhar quais são os erros do próprio Sistema. Isso se choca com algumas ONGs que litigam no Sistema há muito tempo, que litigam, a gente, principalmente a Comissão né. A comissão tem uma dupla função, ela não é só sistema de casos, ela é política também. Então como a Conectas tem uma atuação não só jurídica, mas também política muda a forma como você se relaciona com esses sistemas, e a forma como a gente olhava o Brasil nesse processo também. Agora a decisão de se juntar com esse grupo de ONGs internacionais era um pouco por isso, por que eram ONGs que olhavam pro Sistema da mesma forma que a gente. Muitas delas litigam muito, o CELS, o IDL do Peru, se não me falha a memória, mas o CELS eu tenho certeza que é uma ONG que litiga, o tempo inteiro tem casos, o tempo inteiro. Mas ainda assim olham pro Sistema também de uma outra forma. Então tinha um pouco a ver com uma identidade da relação com o Sistema, que é um pouco diferente da Justiça Global, a Artigo 19 muito nova naquele momento né, a Artigo 19 Brasil, e o CEJIL é uma ONG que litiga, então tinha acho que essas diferenças, mas a gente se juntou. Eu vou te mandar esse documento, um documento de contribuições, que eu mexi nele nessa época do artigo.

Rodrigo: Mas então, a partir disso dava pra perceber, digamos, diferenças de estratégia ou de objetivos?

Raísa: Acho que de estratégias, objetivos todo mundo tinha o mesmo que era manter o Sistema forte e fortalecê-lo de fato.

Rodrigo: Autonomia e independência.

Raísa: É. A questão eu acho que eram as estratégias. As estratégias e os focos, porque quem litiga muito tinha o foco no sistema de casos. A gente estava, por exemplo, mas isso vai refletir na nossa relação atual, a Conectas quer muito puxar a coisa do financiamento, porque pra gente é importante, tem ONGs não, também não tão muito assim preocupadas, tão preocupadas, falam disso, mas não transformariam isso na sua bandeira, porque são ONGs que por litigar tem um olhar pro sistema de casos né, bem forte. Que é uma coisa que a gente, a gente não tem expertise na verdade, assim muito forte e estabelecida pra falar do sistema de casos.

Rodrigo: É, a Juana chegou a comentar que vocês não teriam tanto acúmulo.

Raísa: Não temos acúmulo.

Rodrigo: E uma das coisas que eu percebi no artigo que vocês escreveram e nos documentos, é que vocês deram muito foco na questão da universalidade também. E a Juana comentou comigo que quando vocês se reuniam pra fazer as posições conjuntas com o CELS, com o IDL, esse grupo de ONGs, cada um ficou em um foco, vocês ficaram em universalidade, outras ficaram em outros, então isso seria uma explicação, o perfil da Conectas num campo mais político explicaria porque ela se focou na construção de uma agenda de universalidade, enquanto outras se focaram por exemplo nas medidas cautelares?

Raísa: Exatamente, por exemplo, medida cautelar era um tema do IDL, DeJusticia até hoje se foca no sistema de casos, então, quão atrasado está. Você vai ver nesse artigo é bem interessante, esse livro que vai sair, ele está nos finalmentes assim, já está diagramado, deve sair nos próximos momentos aí. O IDL se foca em medidas cautelares, o DeJusticia já vai se focar no sistema de casos e mostrar o quanto atrasado está. Não importa quanta gente se contrate, o sistema de casos está muito atrasado. Na verdade, você precisa, eles chamam o elefante na sala, que é todo mundo sabe que é um problemão e ninguém quer encarar, mas de uma maneira bem crítica, é muito bom o artigo deles. O CELS já vai se focar um pouco mais na questão regional né, o CELS foca muito na relação da América do Sul, na relação do que são os DESC, qual é o papel dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais dentro do sistema interamericano, o que significa redução de desigualdade. Isso tudo foi fruto de como a gente se dividiu durante o processo de reforma. A Conectas nesse livro optou em ir pro financiamento.

Rodrigo: E aí é isso que eu ia perguntar agora, a decisão e esse foco grande no financiamento surge a partir desse processo de construção. E antes disso, você sabe se vocês tinham algum outro foco, alguma agenda específica no sistema?

Raísa: No Sistema não, começou bem aí.

Rodrigo: Então foi esse momento que dá um foco, uma atenção pro Sistema, que talvez vocês não tinham antes.

Raísa: Sim, e muito forte, pelo que a Camila relata. Foram dois anos muito intensos, porque a Conectas surge e por muitos anos se diferenciou no Brasil pelo trabalho com

ONU, então nosso trabalho sempre foi muito mais focado em ONU. Eu diria que faz uns quatro, cinco anos que a gente começou com calma a olhar pro Sistema, enquanto um sistema como a gente faz com ONU. E é bem, bem, bem interessante, a escolha do financiamento né. Porque tem a ver com... é entender no financiamento a materialidade da importância que você dá pro sistema né.

Rodrigo: E, por exemplo, o foco de você para o Sistema ONU é diferente disso?

Raísa: É, a gente não trabalha com financiamento. O nosso foco com ONU é muito mais, as posições que o Brasil leva, porque ali fica mais claro, então você vai ter votações, se a gente trabalhasse com OEA talvez fosse um trabalho mais similar. Que é, vai ter a votação das resoluções XYZ, como o Brasil vai votar? Tá tendo discussão da resolução sobre famílias, que é o que estava tendo essa semana por exemplo. Como o Brasil está se posicionando nessas negociações? Está pedindo que é pra ter claro que existem diversas formas de família ou está quietinho e não está incidindo no processo? Se ele está quietinho nós vamos cair em cima dele, então é bem assim, seguir o que o Brasil faz em alguns temas que a gente trabalha e em outros que a gente não trabalha, mas que era muito importante que o Brasil se engajasse.

Rodrigo: E uma outra pergunta que eu queria fazer é em relação também a esse processo de formação ou formulação da política externa. E aí tanto no campo, tanto no espectro maior quanto especificamente nessa questão da reforma do sistema, o Paulo Vannuchi ele escreveu um artigo falando que você tem vários grupos dentro do governo federal se articulando, e em alguns momentos pra o caso do sistema interamericano, em conflito, pra formulação da política brasileira em relação ao Sistema. Vocês, nesse processo de influência, de pressão sobre o governo, vocês percebem isso? Que existem vários grupos, e vocês se articulam com esses vários grupos? E aí tanto no espectro grande quanto no caso especifico do Sistema, há uma percepção de que não era somente o Itamaraty quem tomava as decisões e vocês tentaram se articular com outros grupos?

Raísa: O caso do sistema interamericano é bem diferente, porque, por exemplo, no sistema ONU o Itamaraty é bem central nas tomadas de decisão, a Secretaria de Direitos Humanos, é uma secretaria que não se envolve totalmente nos debates da ONU, já nos debates do sistema [interamericano] ela é uma secretaria central, o que não significava que ela seja forte politicamente, mas ela está sempre envolvida. E no caso da reforma eu acho que a Presidência esteve presente também, mas com relação ao sistema tem um... com relação aos sistemas, eu estenderia essa minha... mas aí sou eu, não é nem tanto a Conectas, o jeito que eu olho pra como o Brasil se posiciona nos sistemas internacionais, me chama a atenção a postura defensiva, que é uma postura muito menos de olhar pra esses espaços, como espaços onde você vai ouvir a crítica e digerí-la internamente, e dar uma movimentação interna para a solução daquele problema e muito mais uma postura defensiva por muito tempo. O que é bem diferente de posturas como da Argentina ou do Uruguai. A postura numa audiência na Comissão Interamericana, a postura ao receber um relatório de um relator da ONU é uma postura

bem dura, é uma postura que entende que ali a gente tem que defender a imagem do Brasil. Quando talvez não fosse esse simplesmente o objetivo de um sistema.

Rodrigo: Não é tão permeável então?

Raísa: Eu vejo o Brasil bem duro na forma como ele, tanto que uma das coisas que a gente vem conversando aqui é que talvez um dos nossos trabalhos devesse ser entender... E ele é, sempre foi, todo nosso trabalho com transparência, os pedidos da LAI, pedir reunião, é desfazer essa forma de lidar com o problema né? Por exemplo teve uma audiência que a gente organizou sobre os protestos que o Brasil foi e a postura, era uma postura completamente defensiva, não tem nenhum momento uma abertura pra, então vamos debater um problema real e como nós vamos solucionar, sabe é uma postura bem, ou na ONU um exemplo mais concreto, teve um relatório sobre detenções arbitrárias no Brasil, a postura do Brasil foi falar durante cinco minutos contra o relatório. É uma postura de política externa que ainda vê nos sistemas um lugar pra defender a imagem do Brasil e não um lugar que pode te auxiliar, de alguma forma, a resolver violações de direitos humanos internas. É uma política externa bem defensiva nos sistemas, eu diria isso né. Com certeza a Camila com dez anos de Conectas tem muito mais experiência pra dizer né, mas nesses dois anos que eu estou aqui me choca a tamanha dureza na hora de estar presente nesses dois sistemas.

Rodrigo: E nesse sentido, e aí eu não se você teve contato pra conseguir dizer isso, você consegue identificar que esse perfil ou uma influência maior de algum desses corpos do governo?

Raísa: Eu acho que é do Itamaraty.

Rodrigo: A Secretaria [de Direitos Humanos] tem uma postura diferente, o perfil dela seria diferente?

Raísa: Eles ainda olham pros sistemas, então até outro dia a gente estava até conversando sobre pedir ou não pedir uma audiência sobre um tema X, e aí "Ah, mas esse tema é um pouco mais construtivo, a gente não quer tanto denunciar". Uma audiência temática na Comissão Interamericana teria um caráter construtivo, a questão é que os países enxergam, e o Brasil enxerga muito, como um lugar de confronto. Quando não necessariamente era pra ser um lugar de confronto. Então a Secretaria ela não tem, ela é mais fraca politicamente, eu vejo que talvez eles se comportassem de uma outra forma. Mas ainda assim, dentro da Secretaria, é a Secretaria que prepara a defesa do Brasil. Então, eles têm esse padrão, "Vou preparar a defesa". Agora em relação à política externa, eu acho que é bem um resquício da forma como o Itamaraty funciona, e da forma como o Itamaraty é criado para defender a imagem do Brasil no exterior. Ele ser a porta de entrada pra esses sistemas é natural porque eles são os diplomatas, mas ao mesmo tempo, a gente fala que é bem entender seu papel num sistema desse como... o papel da política externa tendo impacto interno também, não só nos sistemas porque tem um impacto, se você se relaciona bem com o sistema, você vai estar fortalecendo ele, tendo impacto regional, tem impacto em standards internacionais, mas pensando um

pouco no Brasil, o fato do MRE se posicionar dessa forma lá gera um impacto no cumprimento dessas decisões aqui. Eu tenho ficado muito inquieta com relação a isso né, quando você... O MRE, ele entender o seu papel nesse processo de recebimento de recomendações, de recebimento de... pro momento dois que é o interno né. A postura lá fora eles olham muito como sendo a postura lá fora da imagem do Brasil, talvez pensando menos no que isso significa pra cá. O efeito bumerangue fica um pouco travado aí, se a pessoa que faz o bumerangue voltar, um dos atores que faz o bumerangue voltar, olha pros sistemas de maneira tão defensiva né.

Rodrigo: É refratário ao bumerangue...

Raísa: É, não sei, mas são inquietações bem minhas assim. A gente conversa aqui um pouco, mas que a gente não começou a atuar com tudo enquanto Conectas. Eu acho que a gente precisa amadurecer ainda, como fazer isso, sabe. Porque não é só uma lei de implementação de decisões, não é isso. É um ranço de como se comportar nos sistemas internacionais.

Rodrigo: Que aí tem muito a ver com imagem, política externa.

Raísa: E com a transição que não foi feita dentro do Itamaraty, né. A relação que o Itamaraty tem com a sociedade é chave pra isso. Eles se sentem muito à parte de tudo.

Rodrigo: Nesse sentido, e agora eu queria entrar num campo de mudanças ou potenciais mudanças que aconteceram no governo. Primeira coisa que eu queria entrar, a gente pode começar por essa parte de criação de canais, porque a Juana chegou a me falar, e acho que dá pra explorar um pouco mais isso com você, da criação de um canal de discussão, de um espaço de diálogo sobre a reforma. Então o Itamaraty chama várias ONGs pra teoricamente discutir sua política e tentar construir sua política a partir das inquietações dessas ONGs. Você acha que a partir desse momento, essa cultura de construção de canais, ela se fortalece, ela permanece e ela funciona de fato, ou continua e não tem eficiência, ou foi um momento específico que agora já arrefeceu, não tem tantos canais quanto tinha à época?

Raísa: Eu acho que sem dúvida foi, eu acho que foi transformador, nesse sentido, porque tanto a LAI, a gente tendo uma série de problemas com a LAI até hoje, com a LAI e o MRE. Tanto o pedido que começou com as reuniões quanto a existência de um canal de diálogo permanente foi algo que ficou né. Por que? Quando eu entrei a gente começou, por meio do comitê de política externa, a pedir reuniões com o Brasil semestrais, na verdade elas ocorrem três vezes por ano, seis vezes por ano. Junto com o comitê de política externa, que é reuniões para que o Brasil fale de suas posições na sessão do Conselho de Direitos Humanos e na Comissão [Interamericana] de Direitos Humanos, então em março tem uma, em abril tem outra que é de follow-up, depois em junho tem uma, depois em julho tem outra, aí em setembro, outubro outra, pra gente, pra que eles contem quais são as prioridades, quais são os posicionamentos, e a gente os nossos. Então, eu acho que de alguma forma, a permeabilidade do Itamaraty para a sociedade civil foi forçada naquele momento da reforma e que, lógico que não começa

daí porque a Conectas trabalha com isso já há dez anos, mas a partir daí teve uma série de coisas que ficaram estabelecidas. Tipo essas reuniões periódicas, coisa que não existia antes. Comitê existe há mais tempo, mas essas periódicas com o MRE não eram coisas que existiam. Outras coisas que, mas aí tem mais a ver com o nosso trabalho com política externa menos com o sistema interamericano. O uso do sistema legislativo né, e como ele pode controlar a política externa, que o Comitê está muito envolvido, audiência públicas nas Comissões de Direitos Humanos e Relações Exteriores tanto do Senado quanto da Câmara. Eu acho que a coisa do Itamaraty mais aberto à sociedade está mais forte nos últimos anos sem dúvida, não é, tá longe de ser o ideal, mas começou.

Rodrigo: E essas reuniões periódicas elas acontecem com várias ONGs ou é um caso dessas reuniões Conectas e...

Raísa: Não, não, ela é aberta, o Comitê de Política Externa e Direitos Humanos tem, se você entrar no site, tem várias ONGs, tanto a Conectas nem é Secretaria-Executiva do Comitê esse ano, é o IDDH de Florianó... Joinville eles são. E ela é aberta, ela só não é aberta para o público em geral porque são, ela é aberta pra ONGs ou acadêmicos que estão trabalhando de alguma forma com o tema daquele momento, pra não ficar, pra ser uma reunião um pouco direcionada pro momento, tanto da sessão da Comissão Interamericana quanto do Conselho. Então a gente faz uma faz divulgação pra, a gente e o Comitê e as organizações que integram o Comitê divulgam, então nem são só as ONGs que fazem parte o Comitê, então teve algumas vezes que o tema era Tratado de Empresas de Direitos Humanos, e vieram organizações que trabalham o tema de empresas e que não estão no Comitê, por exemplo. Ela é aberta e a gente faz sistema de videoconferências justamente pra não ter de ser em Brasília. Então quando as pessoas se inscrevem, quando era o sistema do Ministério público, a gente pede pro Ministério Público abrir a sua sala pra. Ai é, aí tem um dado super legal, porque quando a gente começou com isso era bem Comitê que fazia isso. O Comitê chamava a reunião e convidava o MRE e a Secretaria de Direitos Humanos, e hoje em dia, o MRE faz questão de fazer essas reuniões pelo sistema do próprio MRE. O que é ruim por um lado, porque reduz a quantidade de lugares no Brasil que pode, mas por outro é muito legal que eles, e eles nos escrevem perguntando, “ah e agora quando a gente pode marcar a reunião de follow-up da sessão?”. Então começou a criar um mecanismo permanente mesmo, e que eles se entendem agora um pouco mais responsáveis. A gente brinca que o nosso sonho é o dia que eles vão convocar a reunião e organizar a reunião e a gente não vai ter nada mais a ver com a parte organizacional. Porque muitos países fazem esse tipo de coisa. Chamam reuniões abertas pra dizer como vai fazer em tal e tal momento.

Rodrigo: E essa parte das videoconferências... no artigo que vocês escreveram, o Muchos Brasis de novo, vocês chegam a dizer isso, que não havia financiamento para a participação das ONGs e os encontros eram exclusivamente em Brasília e depois, na última se não me engano, nas últimas, aí sim começa a haver um sistema de videoconferência.

Raísa: Uhum, eu nem lembrava que a gente colocou isso. Mas tem uma parte, então a gente colocou.

Rodrigo: E isso restringiria, então a parte das videoconferências dá um espaço maior pra ONGs que por exemplo não teriam recursos pra fazer essas participações. Você percebe então que há uma maior participação a partir da abertura pras videoconferências?

Raísa: Sim, sim. Sim, porque, ir pra Brasília é muito caro né. E essas datas, elas não fechadas com muito tempo de antecedência. Porque depende da agenda deles, então fazer lá significa comprar passagem pra ir pra Brasília duas semanas antes, o que é muito caro. E então foi muito legal, deu uma abertura. Teve uma aqui que o pessoal do Geledés que litiga muito no sistema interamericano veio, ficou aqui no Ministério Público. Aumenta muito. Tanto que, uma das coisas que a gente tem ponderado é que, por ser no sistema de videoconferência do MRE, limita só a três cidades. E isso é ruim, mas a gente já teve participação de gente de Belém, então aumenta bastante a possibilidade por videoconferência.

Rodrigo: E essa mudança, ela se deu, não sei se você tem essa informação de por que que essa mudança aconteceu, se foi por uma crítica das ONGs, se foi uma iniciativa do próprio governo?

Raísa: Da videoconferência?

Rodrigo: Isso. De sair dessa concentração de Brasília e passar pra mais cidades.

Raísa: A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão faz parte do Comitê de Política Externa e foram eles que ofereceram o sistema de videoconferência, se não me engano. Porque era um jeito de aumentar a participação. Porque sendo periódicas assim, é mais possível, mais difícil ir pra lá ainda, concorda. Se fosse uma reunião anual, as ONGs poderiam se preparar e guardar dinheiro e ir. Mas sendo reuniões que ocorrem uma, duas vezes a cada três meses é muito difícil você conseguir estar em Brasília todas essas vezes. Eu não sei, eu não me lembro exatamente como foi essa decisão. Eu já estava aqui, porque inclusive eu fui na primeira, mas eu não me lembro exatamente a decisão da videoconferência. Ela tem a ver com uma maior participação, porque o eixo Rio-São Paulo é um eixo privilegiado, a gente queria que outras organizações conseguissem participar. Tem um desafio nosso, da nossa parte, que é conseguir, de fato, mobilizar as pessoas pra estar nessas videoconferências. Mas foi instituída, e está indo bem.

Rodrigo: E, ainda no campo das mudanças que aconteceram a partir do momento do processo de discussões da reforma. Você percebe, há uma mudança também em como o governo se comporta em relação ao Sistema Interamericano a partir das discussões, dessa crítica? Porque, se eu não me engano a Victoria Amato, ela fala que o processo de reforma e todo aquele grupo de reflexão, foi um processo de catarse em que os países falavam suas críticas e descobriam um pouco ou compreendiam melhor o sistema.

Então uma dúvida que eu tenho é isso, se vocês percebem que o Brasil mudou, a partir dessa reflexão que aconteceu se o Brasil muda seu comportamento em relação à Comissão e à Corte, ou que não, que continua igual?

Raísa: Com relação ao cumprimento de decisões, por exemplo, é difícil. Eu acho que aí quem segue de perto o caso Araguaia vai poder te dizer se teve ou não teve um aumento do cumprimento nesse período, mas com relação ao envolvimento político é aquilo que eu te disse. Eu não... A forma como o Brasil se relaciona com o Sistema e com as denúncias não teve uma grande alteração. Assim tipo positiva? A gente tem uma cautelar de Pedrinhas no Sistema, e foi pra Corte. Isso quer dizer, não teve um grande engajamento, a outra coisa pra gente muito simbólica é, ficou claro uma série de mudanças na hora que a Comissão revê seu regulamento, tem uma série daquelas mudanças que precisa de uma maior capacidade financeira. A Comissão, ela é muito pequena. E, na verdade, o que a gente percebe... Assim eu não sei se Juana chegou a te falar, mas desse grupo de ONGs que a gente trabalha, tem um momento crucial que é o de agora, que é como lidar com o processo de, com o pós-reforma. Porque a gente se engajou tanto na reforma e agora a gente, mesmo depois de alguns anos, ainda está perdido. E como fazer os países.... Porque teve uma mudança, e eu não sei, essa mudança não foi positiva, no engajamento dos países com relação aos sistemas. O Brasil indicou o Vannuchi? Indicou, mas as últimas eleições tanto da Corte quanto da Comissão mostram quão difícil está, quão ainda está difícil a relação entre os países-membros e o Sistema. Quer dizer, foi indicado, não teve nenhuma abertura pra sociedade civil durante o processo de eleição desses membros. A OEA totalmente, na primeira assembleia agora, primeira assembleia do Almagro, que é o secretário-executivo, ele não colocou os sistemas, os sistemas pela primeira vez, nem a Comissão nem a Corte, apresentaram seu informe-anual na assembleiageral. Então, aí vão e criam uma secretaria que trabalha com direitos que vai dividir o orçamento já pequeno da Corte e da Comissão. Então, você percebe que o processo de reforma, assim para além do Brasil, ele é um processo que deixou marcas muito fortes. Os comissionados muito, muito reticentes, com muito medo de falar, não falar coisas, eles ainda estão... É como se a coisa ainda estivesse... Como se a ressaca ainda respingasse sabe?

Rodrigo: E nesse sentido, eu tenho duas perguntas, me ocorreram. A primeira é se, você percebe então que o Brasil, os outros países são mais críticos, porque uma das análises, não tenho certeza, eu acho que foi no artigo de vocês, se não em algum outro artigo que está naquele Aportes da DPLF, que fala que a partir da crítica brasileira que se dá com Belo Monte...

Raísa: A Argentina vai junto.

Rodrigo: Os outros países se sentem, outros países que não tem tanta voz, ou que não falavam tanto, se tornam mais críticos. Sentem que há um espaço para colocar suas críticas, suas críticas ganham mais peso. O Brasil faz uma crítica, mas esse movimento do Brasil de criticar leva outros países a entrar junto do bonde, e todos, eles têm essa

liberdade de fazer as críticas. Então, é possível ver que, então que esse movimento de crítica, essa posição crítica dos países continua. Os países estão mais críticos?

Raísa: Ah sim, a forma como... Pra mim algo bem simbólico, é essa criação dessa secretaria agora dentro da OEA, porque não sei se você lembra, mas no processo de reforma uma das grandes críticas dos países era o menor papel da promoção, que eles dividem né, proteção e promoção, da Comissão interamericana, sendo promoção o viés mais político da Comissão, de assistência técnica, de assessoramento, sendo que a Comissão daria agora muito mais atenção ao sistema de proteção, que é o sistema de casos, do que ao sistema de promoção quando num momento anterior, das ditaduras, teria dado mais atenção a um sistema de promoção. Então essa era uma das críticas. No processo de reforma ficou claro que o sistema de casos incomoda, incomoda muito. E agora, a criação dentro de uma secretaria, mostra que eles ainda estão incomodados. Que um pouco assim, "Do jeito que você brinca eu não gosto", "eu queria um outro tipo de brincadeira", que é uma brincadeira mais de assessoria técnica, de mais de cooperação de, que é um pouquinho, se você parar pra pensar o papel da UNASUL, do MERCOSUL, que são instâncias que trabalham de outra forma com as questões de direitos humanos, né. É mais fluído, no sentido de os Estados brincam sozinhos, e cooperam e tal. No Sistema Interamericano eu acho que ainda fica a sensação, pós-reforma, de "não era essa a forma que a gente queria que vocês atuassem", o Equador diz até hoje que não era, o Equador fala um pouco sozinho, mas ao mesmo tempo, você vai vendo os resquícios, né. A Comissão está tentando se reorganizar loucamente desde então, pra ser mais eficiente no sistema de casos, pra tentar dar mais ênfase em políticas públicas. Não sei se você já leu aquele artigo do Vitor Abramovich da SUR 13? Ele foi comissionado e ele fala um pouco da questão de políticas públicas. Então tem um artigo meu e do Jeff sobre sistemas intergovernamentais e direitos humanos que faz um pouco o link. Está numa coletânea do Cívicos, depois me lembra eu te mando. Então tem um, ficou uma sensação consolidada de não estamos satisfeitos, e acho que nenhum outro, como não teve nenhum outro movimento por parte dos Estados para amparar a Comissão e a Corte de uma outra forma, eu diria que, eu não vejo grandes mudanças positivas, pós-reforma. Nem do Brasil, ah tá o Brasil indicou o Vannuchi? Sim, mas...

Rodrigo: Indicou a Ideli pra Secretaria também, então é uma troca...

Raísa: Exatamente.

Rodrigo: O empate com gols lá que vocês citam.

Raísa: Exatamente, como uma pessoa que acredita no Sistema. Como uma das poucas pessoas que acreditam no Sistema, eu me preocupo muito porque.... Quando eu entrei na Conectas eu era partidária do sistema de casos, e ficava sempre muito na defensiva quando o Brasil vinha criticar o sistema de casos, porque o sistema de casos é o que tem impacto na vida concreta das pessoas, então vai pagar reparação, a dona Iracema construiu sua casinha lá no fundo por causa do dinheiro que veio da indenização. Mas depois eu fui entendendo que também tem uma importância bem grande a parte política e a gente na Conectas usa muito, então "Ah traz o relator X pra um seminário Y pra ele

falar um pouco, né, construtivamente o que dá pra melhorar aqui" Os comissionados começaram muito a tentar retomar a parte de promoção. Então o Cavallaro veio aqui um tempo atrás, falou um pouco sobre como a Comissão pode se envolver na construção de um sistema prisional diferente. Um pouco mais positiva, uma relação mais positiva com os Estados, menos de apontar o dedo e mais política. Só que aí vem uma Comissão, que está acostumada a lidar com os sistemas de casos, e a própria Comissão, o corpo técnico da Comissão não está acostumado ao político, né, assim. Tirando a secretaria executiva óbvio. Mas você vê nos comissionados, a tentativa de se engajar, de uma maneira mais positiva, porque foi isso que ficou do processo. Um recado bem claro de que "do jeito que vocês estão fazendo a gente não gosta", então tentar mudar a forma de abordagem deles. O que assim, eu sei que não dá pra falar isso o tempo inteiro, porque também tem o jeito que a Comissão escolhe gastar seus recursos, isso é outra história. Mas que não são muito, não é muito recurso, é quase o budget de muita organização por aí, e eles tem pouquíssimos funcionários. Então, também ao mesmo tempo, como é que você vai reestruturar a atuação de uma Comissão quando os Comissionados não ficam lá permanentemente, quando você tem um corpo tem um corpo bem inconstante, porque eles são contratados por becas. Os advogados, isso foi uma coisa, os advogados sênior da Comissão pós-processo de reforma, tão desgastados que estavam saíram. Teve uma debandada geral dos advogados sênior, que eram advogados que tinham experiência. Então você tem uma Comissão muito nova, um corpo técnico muito novo, comissionados muito cansados, e uma sensação de mãos atadas, com relação a essa coisa financeira. Eu diria que não teve impacto, impactos positivos. A gente tá vivendo assim, como diz uma colega do CELS, "Ai, toda hora que a gente acha que dá pra descansar vem outra, assim por cima" E essa daí, da Secretaria foi uma delas.

Rodrigo: E você chegou a falar da Comissão ainda de ressaca ou mais reticente em tomar determinadas atitudes. Eu queria que você talvez expandisse um pouco isso. Por exemplo, eu vi que, você acha que a expedição de medidas cautelares, que foi uma grande crítica que o Brasil fez, ela, agora eles pensam duas vezes ou eles estão mais reticentes dentro dessa missão, o processo das relatorias que foi outra crítica que eles sofreram muito forte, eles são mais cuidadosos na elaboração desses relatórios?

Raísa: Tem uma, por isso que eu digo, nosso grupo de ONGs, é um grupo, esse grupinho aí, que a gente chama de "grupito", é um grupo que está sempre pensando criticamente. Então, as medidas cautelares elas são, de fato, um problema em termos de transparência. Eram, de fato, um problema. Tenta achar alguma coisa de medida cautelar antes do processo de reforma no site da Comissão. Elas eram bem pouco transparentes, as informações eram bem internas, é, você não tinha, de fato, uma transparência nos critérios. Então, por isso que eu digo, a gente também tinha críticas. Essa era uma das críticas que as ONGs faziam. Então, dito isso que tinha essa crítica nossa. Tem uma.... Eles nunca vão dizer claramente, que eles pensam duas vezes antes de dar uma cautelar, mas eles pensam. E principalmente cautelares relacionadas, cautelares e casos relacionados a projetos de desenvolvimento dos países e, por exemplo, a Conectas trabalha o tema de empresas, é bem difícil emplacar esse tema,

assim. Seria muito legal, talvez conversar com o Eduardo Baker da, que foi da Global, que trabalhou o caso Belo Monte. Eu te passo esses contatos. Tanto Alexandre quanto Eduardo. O Eduardo ele vai te falar como foi difícil lidar com as reações pelo caso Belo Monte. E como eles pensam agora duas, três vezes qual é o caso que você vai levar com relação a coisas desse tipo. Tanto as ONGs quanto a Comissão né, causou um desgaste muito grande. Agora, o que é muito interessante é a criação da relatoria DESC nesse momento. Mas uma relatoria com caráter especial que não vai ser formada por um comissionado. Com relação às relatorias, uma das críticas que se faz é o financiamento destinado, então tipo, a relatoria de liberdade de expressão teria muito mais financiamento porque o Estados Unidos direciona. A nossa resposta é, "então doe você, mais pras outras" ou dê o dinheiro pra Comissão e a Comissão escolhe como ela vai distribuir pras relatorias. Tipo a relatoria de crianças tem muito mais dinheiro porque a Noruega e a Suécia gostam de dar dinheiro pra relatoria de crianças.

Rodrigo: Vocês, me corrija se eu estiver errado, vocês estão muito engajados no caso de Pedrinhas.

Raísa: Sim

Rodrigo: E aí, ainda nessa questão de medidas cautelares, você sentiu alguma dificuldade pra emissão dessa medida?

Raísa: Então tem uma coisa bem curiosa das medidas, de trabalhar com sistema prisional, nos sistemas em geral, não só no sistema interamericano. Esse é um problema que o Brasil, em geral, reconhece. Então não é tanto um momento... A própria Comissão talvez se sinta mais confortável, tanto que você vai ver, tem Urso Branco, tem Paraná, tem Pedrinhas, monte de cautelares com relação ao Brasil tem a ver com sistema prisional. Então não. Com relação a Pedrinhas, sem grandes dificuldades. Tanto que já mandou até pra Corte né. E não, esse caso não. Mas eu, tem muito mais a ver... e era um pouco isso que a gente falava "não, vamos criticar o sistema de medidas cautelares, mas o que você está criticando na verdade foi o tema da medida".

Rodrigo: Nem tanto o sistema em si.

Raísa: É.

Rodrigo: E uma última questão, em relação a esse processo de constituição da secretaria "ao lado" do Sistema Interamericano, enquanto você falava eu cheguei a pensar que talvez, eles estão levando as críticas que eles já tinham em relação ao Sistema, pra, meio como você disse, meio que um enfraquecimento, um impacto negativo em relação ao Sistema nessa secretaria. E aí, uma coisa que me ocorreu é, então se aconteceria porque não há um foco grande, não há um grupo de reflexão em que há uma pressão tão grande das ONGs, como houve no caso da reforma. Então não sei se eu vou conseguir formular a pergunta direito, mas você então que os países, as críticas dos países permanecem, mas eles não ...

Raísa: Não externalizam...

Rodrigo: Não seguiram na reforma, pela pressão das ONGs, ou então, porque é que a reforma, se as críticas continuam, como aparentemente continuam, porque que é que a reforma não foi mais profunda do que como aconteceu?

Raísa: Uma das coisas que eu acho, e assim, só esclarecendo, essa secretaria também pode ter sido formulada... tá uma névoa muito grande, ninguém sabe o que vai ser essa secretaria. Ela pode ter sido formulada do dia pra noite, numa tentativa de agradar o Brasil, o Brasil estava um pouco bravo com a OEA, não sei. Como pode ter sido planejada estrategicamente, não dá pra saber. Mas que com certeza, ela vai ocupar um espaço, e se você olha uma entrevista da Ideli da semana passada, ela fala exatamente isso, "a gente precisa de um engajamento mais positivo da OEA com os Estados", ela fala, então ela ouviu isso de algum lugar. Então ela pode ter sido uma secretaria criada mesmo com esse objetivo de "deixar um recado claro". Outra coisa que a gente não pode perder de vista é essa coisa, o fato da assembleia, da primeira assembleia do Almagro ele não ter dado espaço pra Comissão e pra Corte, você percebe como eles estão enfraquecidos com relação aos Estados né. Se... Como era a pergunta? Desculpa.

Rodrigo: Tudo bem.... Se as críticas continuam, se a visão negativa continua, se a reforma não foi, por que que a reforma não foi tão profunda? Se pela mídia que ela ganhou...

Raísa: Por que que a reforma não foi mais fundo? Uma das coisas que é o que a gente diz, você deve ter visto nos aportes do DPLF, era o quanto a reforma, ela era, acho que se o objetivo da reforma era enfraquecer o sistema, talvez ela tenha sido bem-sucedida. Se o objetivo, porque reformar pra fortalecer, não era muito o objetivo. Então você tem que também, o que os Estados queriam pra reformar, nesse processo de reforma de fato, e o nosso palpite você deve ter visto em todos os artigos do pessoal no negócio do DPLF era, não era de fato fortalecimento, tanto que todo mundo bota o fortalecimento entre aspas. Então se o objetivo era enfraquecer, politicamente enfraqueceu. Menos talvez no impacto dos casos, no impacto das audiências, elas continuam acontecendo, mas muito mais na força política delas duas. A presença na OEA, na forma como os países se referem a eles, como recebem eles. Eles estiveram aqui no começo do ano, Corte e Comissão, no seminário lá pros militares, o Felipe González pediu a vinda, porque ele é relator para Brasil, pediu há muito tempo a vinda, e o Brasil não respondia, sabe. Tem umas coisas que é, o peso político que os países deram, dão pra elas talvez, de fato, tenha enfraquecido, e talvez nesse sentido a reforma tenha sido bem-sucedida. Do ponto de vista da Comissão, a Comissão está tentando implementar vários dos resultados do processo de reforma, né. Então, está mudando seu processo de cautelar, está tentando se reestruturar internamente, se reorganizar internamente, mas a grande verdade, e essa é uma coisa que eu não tinha tanto em mente, é que quando a gente de Sistema Interamericano, a gente está falando também dos Estados, então quando você fala "Sistema" você não está só da Corte e Comissão. Você está falando dos Estados e os órgãos do sistema. E se os Estados não queriam, de fato, que a reforma fosse profunda, e que a reforma refletisse numa melhoria da qualidade da Comissão, não importa o quanto a Comissão e a Corte se organizem e se repensem se os Estados

também não estão abertos pra isso. E isso é uma coisa que a gente sempre tem que pensar, quando elas falam "Ah, mas então, pra que serve?", eu falo, "Lembrem que os Estados fazem parte, eles não são somente o alvo", a coisa só funciona com eles, né. Então pra mim, ela não foi profunda, não porque Corte e Comissão não queriam, mas porque esse não era o verdadeiro objetivo. Até porque se fosse, elas de fato precisavam, pra se reorganizar, de mais dinheiro. Eu sei que eu fico voltando nesse ponto. E ninguém deu mais dinheiro, como é que elas vão contratar mais advogados, os comissionados vão ficar permanentemente em Washington, você vai aumentar um trabalho de política pública, como você vai fazer tudo isso, se não teve nenhuma outra? O que os países fizeram depois do processo de reforma? Nada. Só Corte e Comissão trabalharam.

Rodrigo: Mas quando eu digo profunda, na verdade, até mesmo num sentido negativo. De maior enfraquecimento, você tinha propostas bastante ameaçadoras pra estrutura da Comissão que no final das contas não foram levadas a cabo. Então esse é um ponto também, se subsistem tantas críticas ainda nesse sentido, algo impediu que essas críticas se efetivassem no momento da reforma.

Raísa: Aí não é querendo puxar a sardinha pro nosso lado, mas acho que o papel da sociedade civil é muito importante nesse momento. E o papel histórico da Comissão né. Ainda que a Argentina tenha levantado a voz, o que é pra Kirchner levantar a voz pro Sistema que ajudou no combate à ditadura na Argentina? A importância histórica da Comissão, e da Corte, na região também dá força pra ela. Você vai levantar a voz até certo ponto. O problema também, é que a gente tem que ficar atento, é que essa memória está passando, né. Mas ela ainda está aí. E, é um Sistema que a sociedade civil usa muito. Tem um impacto na vida das pessoas. Está cada vez mais demorado? Está cada vez mais demorado, isso é um ponto muito negativo, porque até a sociedade civil vai desistindo. "Ah vamos levar um caso? Ah não sei, vai demorar dez anos, pra quê que a gente vai levar um caso?" Então o Eduardo é uma pessoa que pode te dizer um pouco, quais foram as mudanças de estratégias da sociedade civil com relação ao Sistema. Porque eu me lembro de uma conversa com ele, em que ele diz, "ah a gente começou a pensar um pouco mais antes de pedir cautelar...". Então, mas, ainda que a sociedade tenha, também, mudado a sua forma de se relacionar com o Sistema, e por exemplo, os pedidos, pedir muito mais audiência do que pedir caso. Que é uma forma de se envolver a Comissão sem ter que ficar na burocracia dos casos. Ainda que a sociedade civil tenha mudado a forma de se relacionar com o Sistema, a sociedade civil ainda defende muito o Sistema. Por que é aquela coisa, sem eles não tem ninguém pra resolver, porque a ONU é a ONU né, o sistema regional tem muito mais impacto, muito mais relação direta. Então eu acho que teve muito o levante da sociedade civil pra proteger o sistema. E o Brasil é um caso claro disso né, o Brasil estava atacando quando a sociedade civil brasileira disse "Opa, vem aqui me explicar o que é que você está querendo" e aí teve uma mudança de posição. Eu acho que talvez ela não tenha ido mais a fundo porque a gente reagiu, mas é aí que está uma preocupação, minha, desse

momento pós-reforma. Essa ressaca generalizada, parece que a Comissão e Corte ficaram descobertas de novo. Sabe? Não sei, mas é uma sensação minha.

Rodrigo: Mas eu perguntei, também, exatamente porque eu pensei isso, que na reforma criou-se uma arena em que a sociedade entra pra defender. No pós-reforma os Estados continuam com críticas e, hipoteticamente, com movimentos de enfraquecimento, só que sem a constituição dessa arena não há um ponto focal de discussão. E aí as críticas subsistem e acontecem por outros espaços, mas sem tantos holofotes.

Raísa: E a participação da sociedade civil nos momentos de discussão é sempre um ponto de crítica. Então a gente pediu várias vezes, que houvesse um canal de diálogo com os candidatos Corte e Comissão, e eles não deram. Então, também, parece que houve um fechamento, também deles, da OEA com relação à sociedade civil. Tem esse processo de revisão estratégica da OEA também, que começou faz um ano e pouco. Que é um processo que está bem nebuloso, e como a sociedade civil vai se envolver nele, sabe. Pois é, eu tenho essa sensação. Que a gente está um pouquinho distante, menos do que deveria, eu ainda acho que tem um risco grande.

D - Juana Kweitel – Conectas Direitos Humanos realizada em 23/06/2015 na sede da ONG

Rodrigo: O principal tema que eu quero abordar é inicialmente a articulação das diversas ONGs e quais eram as estratégias e as perspectivas da Conectas nesse período de crise de 2011 a 2013. Nesse sentido, lendo o artigo [Muchos Brasis – ADPF] e outros documentos da Conectas eu entendo que vocês se articularam em o que eu identifiquei como pelo menos três estratégias ou dimensões: a Coalisão Internacional para os Direitos Humanos na América, a coalisão de ONGs no Brasil para o contato com o governo brasileiro e a LAI (Lei de Acesso à Informação) e o que eu queria entender é como se deu, como que você enxerga a articulação dessas três dimensões, se eles se conversam, se foi uma estratégia conjunta com objetivos e estratégias comuns ou se você, vocês, a Conectas, pensavam isso a cada caso, a cada dimensão, na Coalisão você pensava um determinado tipo de discurso e estratégia e objetivos e em contato com o governo brasileiro algo diferente?

Juana: Eu não sei se entendi super bem, mas assim o que eu lembro, e eu não, realmente não tenho as coisas super presentes, aconteceu muita coisa. Nós não éramos atores muito atuantes no Sistema Interamericano, nós não temos um número de casos, ou melhor se não fala assim ah está acontecendo uma coisa na ONU é natural a gente se envolver, na OEA a gente tem poucos casos, muito poucos casos no Sistema Interamericano, e a gente não tinha sido tão, digamos políticos, não tínhamos ido a Assembleias. Mas começaram a chegar... alguém liga, alguém nos manda um e-mail, alguém nos encontra numa reunião e cobranças do papel que o Brasil estava tendo no processo. Assim foi que, e como nós sim temos um papel forte de influir o Brasil em sua política exterior, o gancho foi esse, “bom vocês que vivem falando que fazem

influência nas políticas do Brasil, como vocês estão deixando o Brasil fazer o que está fazendo no Sistema Interamericano?" E aí veio um processo de tentar descobrir o que é que o Brasil estava fazendo no Sistema Interamericano, e aí que veio a questão de parecia ter uma certa discordância entre o que nossos parceiros em Washington diziam que estava acontecendo e o que o Brasil manifestava estar fazendo. E aí que veio a ideia de fazer o pedido de LAI, será que tem uma coisa... era uma forma de tentar ter alguma evidência de que o que os parceiros de Washington estavam falando estava acontecendo, por isso que a gente fez o pedido dos telegramas entre Brasil e Washington, Washington-Brasil, que foi o pedido que a gente fez no dia que a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, a gente fez vários pedidos, esse foi um deles. Mas era isso, assim que começou. Imagina uma outra organização parceira com quem você trabalha em outra coisa falando, "vocês tão vendo [...] o que está acontecendo, que o Brasil está fazendo tal e tal coisa", a gente fala "bom me manda, me manda um discurso, me manda fala, me manda uma foto", "não é de corredor, seus embaixadores falam que não em reunião mas..." Então a gente não tinha provas, então por isso veio o pedido dos telegramas, e o que aconteceu foi que o MRE negou os telegramas, e essa foi uma briga que a gente chegou até a última instância, até a comissão mista, mas acabou que nos receberiam para um encontro, então aí a gente foi numa reunião e falou "o que a gente quer é uma reunião com as organizações brasileiras que litigam no sistema, não é com a gente, vocês tem que abrir um processo nacional de consulta, se criar um espaço de diálogo em cada um dos momentos importantes do processo". E aí, teve, eu não diria que foi um processo super organizado, mas teve vários encontros. Não era só a Conectas que era convidada, as organizações que litigam no sistema, algumas decidiram ir, outras não. Algumas acharam que dava para mudar alguma posição e outras não. Então esta é a história real.

Rodrigo: Entendi, em relação a isso, no artigo que você escreveu com a Raísa (Cetra), Muchos Brasis, você chega a destacar esse aspecto da ambiguidade [da posição brasileira], mas também, em determinado momento você fala que não houve financiamento à participação das ONGs, então fosse quem tinha recursos. Nesse sentido me ocorreu perguntar isso, se foi difícil, se a Conectas teve problemas para ir à Brasília em todos os encontros que aconteceram, ou se você percebeu que outras organizações deixaram de ir também por essa questão de financiamento?

Juana: Ah, muito possivelmente deixaram de ir por financiamento, mas acho que essa pergunta você tem de fazer às outras organizações. Ver um pouco quem são, eu levantaria no mesmo período, quem tinha o maior número de casos e perguntaria então "por que você não foi? Não foi por dinheiro, não foi porque achou que o governo não estava realmente abrindo um canal de diálogo limpo, ou não foi porque tinha outras coisas pra fazer?" Acho que essa era uma pergunta pra fazer aos outros. Quando, a questão, esse processo aconteceu, eu não lembro as datas exatas, mas a gente também se articulou com um grupo de organizações que não é a Coalisão, são outras organizações que fazem um trabalho no sistema interamericano, que é CELS, IDL, DeJusticia, DPLF, não lembro os outros. CELS da Argentina, DeJusticia da Colômbia, IDL do Peru e

DPLF que fica nos Estados Unidos, Washington, e a Conectas, eu não lembro de ter alguém mais. É, e a gente compartilhava muita informação entre essas organizações, fizemos os documentos de posicionamento no processo como um todo em Washington a gente fazia juntos. Acho que tudo isso está online, com eles que a gente compartilha muita informação, tipo "Peru está falando que o Brasil está tal coisa, cobrem lá". Então foi com esse grupo de organizações, que não tem um nome, uma aliança. Acho que tem um paper nesse número da SUR [n.20] também que fala sobre isso, você pode ler, que conta um pouco como foi. São organizações que tem um alto grau de confiança entre si e que entraram a discutir as questões com bastante detalhe.

Rodrigo: E você disse que vocês não tinham muita experiência em relação ao SIDH ...e nesse sentido... mas tinham contato essas outras organizações que tinham uma atuação, talvez um expertise maior, nesse sentido, na hora de definir o discurso da Conectas e as estratégias e principalmente a estratégia em relação à posição brasileira, que é onde vocês tem uma força maior, qual foi a influência que essas ONGs tiveram, por exemplo, você destaca muito a questão da universalidade no artigo, da autonomia e da independência, esses elementos ainda que constantes dos outros, mas eles foram construídos em conjunto ou foi mais uma transmissão...

Juana: Autonomia...quais? [escrevendo]

Rodrigo: Autonomia, independência, que era o que se tenha medo que perdesse, e universalidade do sistema

Juana: A gente trabalhava com esse grupo muito, as construções coletivas eram construídas com esse grupo, então era um discurso conjunto sobre as questões que estavam sendo discutidas com eles que a gente adequava a cada um dos Estados, eram organizações que estavam somando, eram com eles que a gente construía posicionamentos, e aí tem organizações que tem anos de litígio, o CELS, o IDL, inclusive internamente nesse grupo cada uma de nós era responsável por um tema, então a gente trabalhava universalidade, por exemplo, que é um tema que faz mais sentido para a Conectas, que esse era o... por exemplo, medidas cautelares, acho que quem trabalhava mais de perto era DeJusticia, cada uma dessas organizações ficou com um dos temas, era com eles que a gente construía um posicionamento.

Rodrigo: Inclusive foi o tema que você discute em relação à ambiguidade do Brasil, o tema da universalidade, agora em relação às ONGs que participaram desses encontros com o MRE...

Juana: Aqui?

Rodrigo: Aqui, houve algum tipo de articulação de discurso, prévio a essas reuniões ou foi principalmente com essas ONGs "regionais"?

Juana: Não, não tinha um foro, não tinha um foro, nem dava tempo. Porque assim, o processo foi bastante intenso, então saiam documentos que tinha de comentar, ia ter uma reunião tinha de se posicionar, e a gente não teve um espaço suficiente para

coordenar. Mas a gente compartilhava toda a informação, não dava para chegar com uma posição única, mas dava para falar, "olha está acontecendo tal coisa" então a gente criou um grupo, um e-groups, entre as organizações brasileiras, e tudo que era produzido, tudo que nos chegava a gente compartilhava. Mas, eu acho que tinham organizações que talvez tinham posições inclusive diferentes da Conectas, a gente quis, foi criar um espaço onde o governo tivesse de ouvir todas as posições, não dava tempo de construir uma posição única, mas também não queríamos que eles ficassem num diálogo com a Conectas só. Que o processo da Lei de Acesso permitiu, então a gente poderia ter, quando o MRE chamou para uma reunião, falado "Tudo bem, a gente se torna o 'vocero' da sociedade civil, para falar o que a sociedade civil acha do processo de fortalecimento do sistema interamericano" a gente não fez isso, a gente falou "Olha, tem um monte de gente aqui que entende mais que a gente, tem que criar um espaço para esse diálogo" e eu tenho a lembrança que, não sei se em todas, mas o CEIJL participou nas reuniões do Brasil, Artigo 19 participou, a Sociedade Paraense, a Plataforma...

Rodrigo: Justiça Global?

Juana: Justiça Global eu não sei se participou...

Rodrigo: Eu cheguei a ver num grupo de e-mails que a Deisy [Ventura] também estava dentro, de uma reunião que aconteceu em 2013, mas enfim, depois eu vou entrar em contato para saber, qual foi a participação, se houve ou não...

Juana: É tem que ver... Assim, eram reuniões muito longas, tipo 5 horas, eu lembro de ter Artigo 19, CEJIL, Sociedade Paraense, a Plataforma, eu tenho dúvidas se a Justiça Global decidiu participar ou não, tem que ver com eles diretamente. Sei que foram convidados, mas não se participaram, não tenho essa lembrança, deveria lembrar. Quem seria? Tem que ver com eles...

Rodrigo: Sim, eu tenho entrado em contato... E uma outra questão que eu queria levantar, na verdade é, há uma discussão, inclusive o atual comissário, o Paulo Vannuchi, ele escreveu sobre essa crise falando que havia uma divisão dentro do próprio governo, você fala muito do contato que a Conectas tem com o MRE, e das reuniões que aconteceram com o MRE, mas também, pelo menos dentro desse corpo de e-mail sobre as reuniões, eu vi membros da Secretaria [de Direitos Humanos da Presidência], e eu queria saber algum tipo de contato com outras partes do governo, ou se era perceptível essa divisão ou o envolvimento de outros membros além do Itamaraty?

Juana: Que eu lembro era prioritariamente MRE, o Cadu, começou com uma pessoa acima do Cadu, Cadu, na OEA, em Washington, você pode falar com o Breno, que era o representante do Brasil ante a OEA naquele momento, não vem na minha memória algum ator da Secretaria.

Rodrigo: E, uma última pergunta, bom vocês disseram que vocês não tinham muita experiência em relação ao Sistema, e há uma percepção também...

Juana: É um pouco estranho falar assim "Não tinha muita experiência" era assim, a gente não tinha um caudal de casos ...

Rodrigo: Tão grande quanto...

Juana: Um acúmulo, como tinha CEJIL, Justiça Global, como tem a Sociedade Paraense...

Rodrigo: Troco por acúmulo.

Juana: É.

Rodrigo: Vocês não tinham tanto acúmulo em relação ao Sistema...

Juana: Em justiça de casos, é.

Rodrigo: Mas, e ao mesmo tempo há uma percepção em relação a vários Estados, e o Brasil incluído, de que eles também não tinham grande conhecimento do funcionamento da Comissão, de que algumas das críticas eram provenientes mais de desconhecimento do que uma crítica direta a como já funcionava, nesse sentido, eu queria saber se vocês percebem uma mudança do Brasil em relação ao Sistema depois dessa crise, ou seja, depois que se resolveu se percebe uma mudança e um maior conhecimento ou se essa discussão levou a uma mudança de posição? E também da própria Conectas, o que é que isso resultou de... de acúmulo?

Juana: É... não, mas assim, eu não compartilho da visão de que era por falta de conhecimento, eu sentia que o Brasil estava com um mandato que eram produto da raiva pós-Belo Monte [medida cautelar emitida pela CmIDH paralisando as obras da usina]. Eu sentia que era isso, e aí foi navegando nas águas nesse espírito, não sei, eu não acho que foi por conhecimento, o Brasil tem muitos casos.

Rodrigo: Mas você percebe que houve uma mudança ou um maior diálogo agora?

Juana: Ah, mas você perguntou, "Ah o Brasil fazia críticas originadas no desconhecimento" eu não compartilho. Eu não senti que foi por isso. Se depois houve um maior diálogo? Outra vez eu acho que você tem de perguntar para organizações que tem...

Rodrigo: Especializadas...

Juana: Não é "especializadas", quem leva, assim, que em cada período de sessões tem quinze sessões e quinze audiências, dez audiências, quem tem muito caso, para ver se... Eu não vejo mudança, que assim o que é que teve, teve um longo período, a gente viu um sinal de reengajamento do Brasil com o SIDH no fato de ter nomeado um comissionado. Que para um país que estava se afastando foi bastante simbólico. Depois teve o episódio agora da nomeação do embaixador, finalmente foi nomeado um

embaixador ante à OEA, ficou muitos anos sem embaixador, o que foi grave. E a nossa pauta agora é o Brasil fazer uma doação significativa para a Comissão Interamericana. Que para a dimensão que o Brasil tem é esperável, se tem realmente um compromisso com o Sistema, esse seria, para nós, um sinal de que há uma mudança de atitude. Eu acho que na defesa dos casos não tem nenhuma diferença, fala com as organizações que tem mais casos, mas eu não vejo nenhuma diferença. Para nós assim, o nosso check era esse: ter embaixador, e fazer uma doação. Como nós fazemos uma atuação nessas esferas, o próximo desafio é o Brasil fazer uma doação significativa para a Comissão, e isso seria uma mudança, um sinal de uma mudança de atitude. Mas nos casos eu acho que o Brasil continua tendo posições, você tem de falar com quem leva, mas problemáticas. Não é uma defesa baseada no diálogo. Mas tem de ver isso com quem leva os casos.

E - Paulo Vannuchi – Entrevista realizada na sede do Instituto Lula/ São Paulo em 16/02/2017

Rodrigo: Como eu tinha dito, a primeira pergunta que eu queria fazer pro senhor diz respeito ao artigo que o senhor fez sobre o fortalecimento do sistema, em 2013 com a Cristina Timponi, em que o senhor avalia a composição dentro do governo de forças anti-SIDH e pró-SIDH a partir do caso Araguaia. Então eu queria entender um pouquinho melhor, como que o senhor entende essa composição de alianças e, se possível quais seriam os corpos que compõem essas alianças, e se essas alianças não mudariam a cada um dos casos, então o caso Belo monte, e o processo de fortalecimento do Sistema ou a crise do Sistema em 2011?

Paulo Vannuchi: Bom, eu, sobre o episódio dentro do governo, a explosão maior ela se deu com o PNDH-3, porque o PNDH3 era o terceiro passo de uma caminhada que no período FHC tinha avançado muito na linha de pessoas ligadas aos Direitos Humanos, consistentes, José Gregório, Paulo César Pinheiro são dois dos nomes mais importantes que aproveitando de seus laços pessoais com FHC souberam fazer um trabalho de sensibilizar a presidência pra passos importantes que foram a adesão a tratados, sobretudo a criação do primeiro PNDH e depois do segundo. E claro, a vitória do Lula ela coloca pra esses segmentos de direitos humanos, uma expectativa totalmente positiva, otimista de que "não se com o FHC, que fez uma aliança à direita, houve passos importantes, constitutivos, do governo Lula se espera muito mais". E de fato o governo Lula, ele começa com uma profunda marca de direitos humanos, só que armadilhada pela concepção histórica de direitos humanos de que os direitos humanos bons, pra valer são os direitos civis e políticos, combate à fome se você pesquisar na história dos direitos humanos, você passa trinta, quarenta anos, e nenhum autor fala de fome, não direitos humanos é o conjunto de temas dos direitos de expressão, liberdade religiosa, sistemas de votação e, quando muito, as questões de tortura, segmentos historicamente discriminados. Então o Lula faz um governo com uma marca brutalmente voltada pra direitos humanos, mas sem discurso de direitos humanos, o discurso positivo foi criar status ministerial com o Nilmário Miranda, que era uma figura com muito acúmulo, lá na vida parlamenta, ele que é o criador da primeira

comissão de direitos humanos da câmara. E o governo ele avança nesse sentido, e ele encontra dificuldades de resolução sobretudo no tema Direitos à memória e verdade por inúmeras razões, como agora eu sou o relator pra Bolívia e fiz todos os esforços pessoais, contato com o presidente da república, com o vice, com o procurador-geral da república que nessa altura já considerar amigos sobre a necessidade de criar uma Comissão Nacional da Verdade na Bolívia, sobretudo levando em conta que foi lá que morreu o Che, cinquenta anos atrás, dia oito de outubro vai completar, e até hoje não há nenhuma informação do Estado boliviano, dizendo "Olha o Gari Prado prendeu em tal lugar, levou, ele foi morto, executado em tal hora e etc". Então assim pra mim eu achei que essa proposta era uma coisa muito fácil e não era, porque nas preocupações de governabilidade vai ter gente do lado do presidente que vai dizer, "mas por que criar essa agenda que vai criar um atrito com pessoas das forças armadas, com segmentos que não estão hostis ao projeto Evo Morales, PachaMama, direitos indígenas, o que seja?". Agora faz uma semana, um mês eu sou surpreendido com a notícia positiva de que foi aprovado, então eu devo fazer uma visita à Bolívia nas próximas semanas ou meses, pra inclusive ver qual é essa idéia, etc tal. Então aqui no governo Lula teve isso, e quando o Lula me convidou, em dezembro de 2005, pra assumir, eu tinha enormes dificuldades familiares, pessoais, salariais pra assumir, ele me desmontou com o argumento, bom eu trabalhava com o Lula há muitos anos já,e o argumento de que olha eu não consegui fazer reunião com as famílias dos desaparecidos e mortos, duas vezes foi desmarcado, eu confio muito na sua capacidade, você vai cuidar disso, assim então é como se ele me pautasse na linha de dizer você veio pra fazer isso, e de fato,tempos depois, quando eu já tinha um plano de trabalho, fui levar à mesa dele, como presidente, ele aprovou e pautou na seguinte linha: busca dos corpos, reparação que já estava em curso, abrir todos os arquivos de tudo, e punição ... é com o judiciário, o que é uma obviedade. Isso é uma grande confusão, "não mas a Comissão da verdade que está se propondo não terá poder de julgar", como nenhuma outra nunca teve, aí entra essa coisa, uma pressão muito legítima do movimento, das famílias, deu aqueles desencontros todos, na elaboração muito meticulosa do que seria o plano nacional aprovado pelo presidente Lula como decreto. Porque a conferência que nós fizemos foi um diferencial em relação aos outros dois, porque a nossa conferência somou catorze mil pessoas, participação direta e indireta, todas as etapas, e a dos outros dois planos, foram feitos ao final de consultas sensivelmente menores, quatro seminários, cinco, ao todo seiscentas pessoas. E conferência não é seminário, conferência tem voto, eu perdi votação, com o crachá de ministro. E quando finalmente ele saiu, de fato, nas forças armadas, uma reação das forças armadas, que era em certa medida previsível, porque as forças armadas elas enfrentam hoje, e enfrentavam naquele momento, um quadro em que do ponto de vista da constitucionalidade ela passou por avanços notáveis. O Brasil viveu crises importantes políticas desde 88, impeachment do Collor, impeachment da Dilma agora e você vê que não tem nenhum movimento de alguma significância das forças armadas se proporem a intervir pra mudar os rumos. E fenômenos Bolsonaro eles também refletem, por outro lado, quase que um sentido de fraqueza, porque tem um disparo eleitoral da atual onda conservadora, fóbica, intolerante, mas ele é quase um histriônico, ele é uma figura, não é como em outros países em que o chefe da direita tem um

discurso articulado etc tal, ele é muito bufo. Então nesse sentido eu nunca deixei de elogiar os avanços das forças armadas brasileiras no sentido da constitucionalidade, então em cada discurso eu dosava pra dizer que lamentava a resistência, que não era uma resistência sensata, eu cheguei um dia, no lançamento do nosso livro "Direito à memória e à verdade", no meu discurso eu falei entre os beneficiários dessas medidas agora, eu coloco as forças armadas porque ela tira das suas costas a pecha, o estigma, de serem responsáveis por violações de direitos humanos que foram cometidas por uma dúzia, duas dúzias, algumas dúzias de torturadores e mandantes e aquele militar que serve na fronteira em condições precárias, com salários achatados, com equipamento superado, assim. E mais tarde, o desfecho geral da Comissão Nacional da Verdade mostrou que nesse quesito a posição foi de não cooperar, assim todo um jogo, um salamaleque. E a busca no Araguaia, desde que o Jobim assume, nós fizemos juntos, discutimos juntos, o texto do programa de direitos humanos, com divergências e tensões, mas num esforço. "Não, mas Jobim os outros Planos Nacionais eles eram do Ministério da Justiça, agora já tem um ministério de direitos humanos que podia fazer, mas eu quis que fosse de todo o governo". Então foi uma negociação de meses, o Planejamento nós fizemos uma reunião um dia de nove horas, e terminou às dez da noite com o Planejamento falando "Olha pela primeira vez eu entendo o que que é direitos humanos" criança, programa de proteção, planejamento é dinheiro, como é que vocês gastam esse dinheiro, dinheiro é assim, e ai começamos a apresentar, e pá, olha legal. E eu queria muito que o Jobim assinasse né, e caminhamos pra isso, ele propôs três, quarto alterações, que eu falei pra ele, "olha Jobim, as quatro me criam problemas, mas pra mim é tão importante a Defesa assinar que eu vou assumir o desgaste, vou discutir". Mas aí quando nós fizemos o evento, que foi espetacular porque a Dilma apareceu pela primeira vez sem a peruca que ela usou, e deu o premio pra Ines Ettiene Romeu que é um dos símbolos da pessoa torturada, brutalmente, etc tal. Aí se indispôs e fez a crise, o encontro com Lula no aeroporto, na base aérea, que até hoje ninguém sabe o que é que eles conversaram, se era demissão, se não era, eu também levei a pancadaria toda. Então nesse sentido que é eu disse que o que existe no governo Lula naquele momento, e ele arbitrou, mas existe em qualquer governo e lá na comissão lá hoje eu falo isso. Porque a comissão ela tem composições variáveis, mas o staff permanente dela é muito de gente de ONG, e pouquíssima gente de governos, nós somos dois comissionados atualmente, e ás vezes aparece fala de colega, que são amigos meus queridos , mas eles não percebem que na fala deles eles soltam frases do tipo, eu tenho horror à política, isso não pode ser assim. Porque a Política, ela tem uma conceituação lá de Aristóteles, de Agostinho, Tomás de Aquino, Hannah Arendt, não pode um membro da Comissão falar "eu tenho horror da Política", que isso? Que discurso é esse? É um discurso muito dos direitos humanos Bill of Rights, que se constitui como uma revolta do indivíduo, articulado pela nobreza rural da Inglaterra, contra o Estado todo poderoso, ótimo. Só que de lá pra cá esse Estado se ampliou, esse estado tem o conceito gramsciano de Estado ampliado, em que ele não é mais o comitê executivo da burguesia, como diz Marx no Manifesto, o Estado ele é também uma arena em que as diferentes classes ocupam pra conviver e disputar. E direitos humanos, viram agenda de Estado também, e que na teoria clássica isso é quase um paradoxo, como o estado é o

violador de direitos humanos por definção. O que o Fernandinho Beira-Mar pratica de violência não é violação de direitos humanos, um problema conceitual, de ataque à vida etc. tal, mas direitos humanos será uma construção histórica de agentes do estado, responsabilidade do estado por ação ou por omissão, não conseguiu impedir, não tomou as devidas providências pra que não acontecesse a Samarco, então o Estado é sempre o responsável mesmo quando tem privados assim, mas você não vai chamar o Fernandinho Beira Mar, de ele de um violador de direitos humanos então nesse sentido, particularmente, esse período Lula, o período que eu estou na Comissão, e do chamado processo de fortalecimento, e isso já mudou, então você vai terminar um texto. Porque eu lembro de um amigo, que é o Edson Luis, que fez um doutorado sobre o direito a memória e a verdade no Brasil e na África do Sul, fez com o Renato Janine, eu culpo sempre o Renato, olha você tinha que ter mostrado, e esse menino que eu carreguei ele no colo quando eu estava preso, ele era filho do Casal Teles, da Amelinha e do César, então é uma pessoa muito querida, mas ele termina o doutorado no período que eu estou assumindo em Brasília, em que ele fala, então no Brasil o processo foi assim assim assado… Eu chamei ele, eu falei "Edson, no Brasil o processo não terminou, Edson" , então ele deu por encerrado um negocio que não estava encerrado, não está encerrado hoje. Ele esta sobrestado por esse clima agora, impeachment, golpe, uma religitimação mínima que deve acontecer só em 2018. De qualquer maneira tem uma Comissão da Verdade que trabalhou por dois anos e meio, apresentou um roteiro, tem decisões da Corte Interamericana que estão paradas ilegalmente, violando o Estatuto, o regimento do Supremo, na mão do Luiz Fux, quando o Brasil tem que se manifestar formalmente, pra fazer o que a Argentina fez essa semana, que é um horror, a Suprema Corte da Argentina declarou, pela primeira vez, que as decisões da Corte Interamericana não são vinculatórias pro Estado argentino . E o Zafaroni que hoje é da Corte [Interamericana], e foi o ministro da Suprema Corte da Argentina que criou toda a teoria do terror de Estado, meteu os caras na cadeia, eu acabo de receber uma mensagem, um post dele, "Suprema Corte Argentina declara a sua independência em relação ao Estado", o que ele está dizendo, são compromissos do Estado, a Suprema Corte na sua composição macriana atual não pode declarar aquilo que documentos argentinos de Estado registraram à luz dos últimos vinte anos. Então o que aconteceu comigo e com o Jobim naquela época foi a mesma coisa. Veio a decisão do caso Gomes Lund, e já tinha acontecido em Abril o episodio da ADPF, e no episodio da ADPF tem dois votos derrotados, o do Lewandowski é uma aula de direitos humanos, que ele fala, há três teses básicas em torno aí da defesa do Estado, governo, AGU e tal, então ele derruba uma por uma, primeiro que a tortura foi crime político, não foi crime político por causa disso disso disso, o que que é um crime político,e o que não é, o que que é tortura e o que não é, segundo ele fala, crime conexo, o que que é conexão no direito e o que não é, e terceiro, tratados internacionais, o Brasil é signatário e ratificou tratados internacionais que vinculam etc. tal, ele e o Ayres Brito. A OAB interpôs um pedido de embargos de declaração e até hoje não julgou, em dezembro daquele ano a Corte divulga a sua decisão sobre a Guerrilha do Araguaia, a imprensa falou comigo, eu falei, e o Estadão botou na primeira página "Decisão da Corte não se discute, se cumpre". O Jobim aparece no dia seguinte, na mesma primeira página dizendo "As decisões são

irrelevantes". Essa posição ela está presente nesse supremo aí agora, e o Luis Barroso que a vida inteira disse, que o que a Corte e a Comissão decidem fazem parte do ordenamento brasileiro, provavelmente hoje ele não vai dizer, por causa da loucura toda de Mensalão, Lava-jato tudo que está acontecendo nesse país. Agora o Alexandre vai pro Supremo. Então nesse contexto, você vai precisar de ter cuidados com algumas frases sibilinas no final, pra deixar claro o que faltou no Edson Luis, que o jogo não está jogado, no momento o acumulado é esse, agora a dinâmica vai ser assim. O Fábio Comparato acaba de me escrever, perguntando o que e que ele pode fazer, ele já pediu duas vezes um processo contra o Luiz Fux no Conselho Nacional de Justiça, o mesmo conselho que está entregando nesse semana um prêmio de direitos humanos para o juízes não sei o que, de porque que o Luiz Fux está sentado em cima, há dois anos, de um pedido dele pra dizer que olha, a decisão da Corte tem que ser examinada, ou pra eles dizerem como a Argentina fez agora ou pra dizer o contrário, não a decisão é vinculante, nós não podemos etc. Então assim, passando dessa experiência minha pra discussão sua sobre o que foi o processo de fortalecimento, eu digo que o que acontece no Brasil, com Lula, naquele melhor momento do Lula, etc. tal também é assim, um grande interesse em fazer de direitos humanos uma agenda boa, positiva, crescer, até pelo meu vínculo pessoal com o Lula, com todos os contingenciamentos eu consegui nos meus cinco anos lá, de subir o nosso orçamento de cem milhões pra trezentos milhões, nenhum outro teve esse crescimento, a minha equipe começou com cem pessoas por aí, terminou com trezentos e tanto. Com a Petrobras eu pegava outros trezentos milhões por ano, só pro disque-100, que é um sistema de atendimento, mas ai é fundo nacional né, com isenção fiscal da empresa. Ao mesmo tempo, em que especialmente no Brasil, o patamar de domínio que seja, gente como você, que faz o curso que você faz, que pesquisa, é uma minoria, nas escolas jurídicas, nas escolas de relações internacionais, claro, não eu vou trabalhar na organização mundial do comércio, eu vou trabalhar em não sei o que de internet, e direitos humanos estão se constituindo agora poucos mestrados, e um ou dois doutorados, enquanto tem países que já podem começar a pensar numa graduação universitária de direitos humanos do primeiro ao quarto ano e tal. Então esse é um contexto que no Brasil coloca um cenário nitidamente abaixo do México, da Colômbia, do Peru, do Chile, da Argentina, da Costa Rica que não são países de cenário de direitos humanos melhores ou piores do que no Brasil. O México hoje deve ser o mais problemático de todos, são cem mil desaparecidos nos últimos dez anos, polícia, paramilitares, forças armadas e crime organizado, Chaco Guzman, etc. tal, os meninos Ayotzinapa, quarenta e três normalistas. Você vai no México, visita a Suprema Corte, a Comissão é recebida por todos, que sentam na mesa pra dizer que a reforma constitucional do México incorporou, e daí começa, ta lá nos primeiros artigos o "Sistema Interamericano de Direitos Humanos…". Então coloca um outro problema, que é o do cinismo, são muito cínicos, mas assim o Estado mexicano, colombiano, chileno, argentino tem formulações claras, nítidas , "as decisões se cumprem", então se faz um processo de cumprimento do que foi decidido, e aí é uma encrenca, demora dez anos, demora cinco, a gente recebe reclamações o tempo todo, de "incumplimiento", não cumprimento. E as soluções amistosas que é um instrumento que a gente estimula muito, você deve conhecer né,

aqui no Brasil, Lei Maria da Penha, combate ao trabalho escravo, a própria reforma manicomial Damião Ximenes. E vários outros, são buscas de solução amistosa. E eu sou um apostador muito grande desse recurso porque vem da minha qualidade, de uma pessoa que foi de ONG, fundou ONG, fundei ONGs mais de uma, foi de movimento social de direitos humanos, fui vítima de violações de direitos humanos, fui da luta dos direitos humanos, mas fui governo. Então você tem uma medida que é muito positiva pra estruturação dos organismos, não vê o Estado como inimigo, porque se o Estado é inimigo, o Estado tem uma ferramenta facílima ao alcance da sua mão que é essa que aconteceu esse ano, ou seja, acabou o dinheiro. E não deu outra, nós fizemos um informe, "hacia el cierre de Guantánamo", e os americanos adiaram mais não sei quantos meses, mandando um recado que, me desculpe com todo o respeito, a pessoa que vem dos direitos humanos, exclusivamente da universidade, eu gosto da universidade, estive nela por muito anos, mas você sabe que a universidade pode ser aquele local em que a verdade prevalece em toda a sua pureza. E no mundo real a verdade está sempre meio misturada com a lama, com a mentira. Eu brincava com o Comparato, dava aula na escola de governo dele, eu falei pra ele, a sua escola não é de governo, a sua escola é da ética pura, porque você apresenta os temas aqui de um jeito que nunca aparece no governo na vida real. Ele aparece assim, ta aqui a posição boa, certinha, e ta aqui a erradona, a corrupta. Ah que maravilha se a vida fosse assim, você tem que decidir entre duas em que cada uma tem aspectos, aqui por um lado... Isso é uma escola de governo você ter uma concepção, a coisa mais fácil é você ser uma governo que não tem identidade, que não tem rumo, não tem estratégia, porque você não tem concepção. Agora a concepção ela é um sistema de arranjos, de acordos etc tal que consegue ou não consegue... E nos últimos anos, porque sobre o processo de fortalecimento você deve saber até mais coisas do que eu, mas sobre os últimos anos, eu acho que nós demos uma contornada nessa crise financeira mais grave, mas é uma contornada que pode ter vida curta, ela pode ter vida curta porque as questões estruturais não estão solucionadas, ou seja, o orçamento de uma comissão, de uma corte interamericana, teria que ser assegurado pelos Estados da OEA por que que os Estados não asseguram? Porque os Estados não tem interesse em empoderar um órgão que vai criar problemas pra eles o tempo todo, e qualquer sistema de comissão e corte vai criar problemas pros Estados,até porque os Estados são os grandes violadores. Então eu penso assim, talvez mais um lá dos sete atuais, se é assim, cuidemos obrigatoriamente de ter agendas de cooperação com os Estados, porque o nosso trabalho está tão fatalmente condenado a ser de oposição, que é indispensável você ir no México, você ir.. Não vou falar Donald Trump porque aí é demais, mas você ir lá e falar com o cara, nós queremos fazer um programa de cooperação com o judiciário, com o ministério da Educação, sobre soluções amistosas, sobre não sei o que... então as pessoas vão falar "ah bom então isso aí não é o caso", o caso é o caso Guerrilha do Araguaia, o caso Samarco, o caso Dilma Roussef, o caso Ayotzinapa do México né, porque o caso não tem jeito, porque há um conflito político interno em cada país intermediado, impulsionado, e às vezes decidido pela mídia, que é um poder privado, com interesses políticos, partidários, no caso do Brasil assim absolutamente declarados. A Suprema Corte acaba de decidir que uma coisa é o Lula ser nomeado ministro e outra coisa é o

Moreira Franco, quando essa corte podia decidir o oposto, falar “não, há analogias entre os dois casos então houve uma decisão e tal”. Então nesse contexto o governo ele pode chegar num caso qualquer e falar assim, “não, tem razão” , mas a imprensa que é oposição vai pegar aquele caso e vai fazer uma acusação, em que há força política, e o governo “ah então nós não podemos...” então o Brasil mesmo durante o governo Lula foi participar de eventos no caso Gomes Lund, em que eu não fui e falei pra Cristina Timponi, falei “Cristina você vai, mas eu quero que você tenha um silêncio eloquente, não abra a boca”, aí a defesa falou, não sei quem falou, o José Gregório foi lá convidado pelo Jobim falou, na linha de que o Brasil tinha feito tudo que dava pra fazer no caso Gomes Lund, o que não é verdade né. Então assim, são contextos políticos, que nesse momento a Comissão conseguiu um reequilíbrio que ela tem dinheiro pra atravessar esse ano, acaba de assumir a Secretaria-Executiva um brasileiro que é o Paulo Abrãao, que é um sujeito da Comissão de Anistia e foi a minha maior vitória nesses três anos que eu estou lá, porque de fato ele com poucos meses tá dando uma dinâmica interna de diálogo com o Estado, de aceleração dos casos etc. que é muito necessária, e conseguiu o dinheiro básico, especialmente pra minha prioridade maior lá na Comissão que quando eu cheguei lá, você lembra que o debate do chamado fortalecimento apontava pra equilibrar os temas DESC e os temas políticos, porque nós temos uma relatoria especial bem estruturada e bem financiada até pela Sociedade Interamericana de Imprensa organização privada de jornais que tem o El Mercurio do Chile, tem Nacion e Clarín da Argentina, atores que pediram as ditaduras e apoiaram as ditaduras o tempo todo, via um comunicado, morte sob tortura tal e eles davam como verdade absoluta da DINA, do DOI-CODI, da Operação Condor. Então assim, é complexo, saber que organismos ligados, tem lá, e claro, a maioria, agora com o novo relator mudou mas com o relator anterior, o ativismo da relatoria especial de liberdade de expressão era muito centrado em Cuba, óbvio, partido único, Venezuela, Equador, e de vez em quando um outro assim quase que pra... então faltava criar uma, não precisa ser do mesmo tamanho, mas tem que ser do mesmo rango que eles chamam né, pros DESC pra começar a introduzir o tema da comida, do trabalho, da educação, da saúde, da moradia, meio ambiente. Isso nós conseguimos hoje acho que está sendo publico um comunicado que abre um concurso internacional pra seleção. Então nesse sentido, nesses três anos que eu fiquei lá, com mandato pra fazer isso, não tinha dinheiro, porque também no staff da comissão, também naquele corpo de sessenta técnicos, mais da metade de advogados, da mais alta qualidade jurídica, humana pessoas que trabalham com uma dedicação exemplar, noites, fins de semana e tal, prevalece uma concepção ainda de que os direitos humanos pra valer, são os civis e políticos, os outros são, olha cuidado, então esse trânsito, ele está acontecendo. E por último os Estados, alguns representantes oficiais os embaixadores do país junto à OEA, não junto à Casa Branca, eles me confidenciaram, “olha agora, a gente nas eleições pra comissionados, nós vamos nos posicionar e nós vamos colocar gente pra defender a posição do Estado”, e isso pode representar a morte do sistema. Porque o arranjo, porque é um arranjo, da OEA, como a Folha de São Paulo, que cria um ombudsman e deixa o ombudsman falar mal da própria Folha, como o ombudsman da Folha faz. Agora nessa hora, no ciclo de conservadorismo mundial palpável, nós estamos vivendo problemas difíceis, então nós

fazemos engenharias políticas dificílimas o tempo todo. Por exemplo, o governo Macri começa, o governo argentino anterior, com todos os problemas que possa ter tido dentro da Argentina que levou à derrota eleitoral, tinha uma atitude muito positiva em relação à Comissão e ao Sistema. O governo Macri entra, muda a lei de meios, nomeia dois ministros pra Suprema Corte por decreto, depois começou a corrigir, etc. tal. E a Comissão toda sensível, e eu era o relator pra Argentina, em manter uma boa relação com o novo governo, porque se a Argentina, que é um parceiro histórico, muda de direção, se o México que é um parceiro histórico, e se somam com o bloco que é adversário, Venezuela né... Se desfaz o equilíbrio numérico, então o meu trabalho lá, que termina no final deste ano, é um trabalho que eu sinto o tempo todo de um dificílimo fio de navalha, em que assim... bom mas tem uma deputada presa na Argentina, desde um ano atrás, ela é uma deputada do ParlaSul, ela foi deputada, ela é indígena, está presa em Jujuy, de cooperativa etc., o dia que soltaram ela de manhã, à tarde prenderam de novo ou nem saiu da cadeia, por processo de corrupção, que é a onda mundial, e de fato se você for lá, tecnicamente vasculhar o programa dela que era um Minha Casa Minha Vida da Argentina, ela deve ter dado mais casas pros seus seguidores do que pro cidadão etc. tal, mas visivelmente entre os sete comissionados, toda vez que nós vamos discutir esse caso, pesa sobre a cabeça o seguinte, bom eu vou pelas convicções do direito então nós teríamos agora que fazer uma colocação muito dura e radical. Por sorte a ONU entrou, e a gente foi que conseguiu a ONU exigindo o respeito aos direitos da deputada e tal. Agora se a gente toma uma atitude firme com a Argentina, primeiro ela não paga os quatrocentos mil dólares de contribuição voluntária e então nós cortamos dez advogados aqui, ou ela nas próximas discussões no conselho permanente da OEA vai se aliar com um grupo que acha que... Então é um trabalho dificílimo, em que eu não vejo como escapar de uma estratégia que seja gradualista,e o gradualismo é você dar passos preparando os passos, neste momento eu nem acredito em passos adiante, eu acho que a estratégia do momento é não-regressividade. Porque a regressão está vindo, e com a vitória do Trump, que é recentíssima aposse dele a sinalização é tão exuberante que não é só o efeito lá dentro, é toda uma América Latina que está condicionada a seguir os Estados Unidos, elites locais, empresários, “não se esse cara está fazendo, nós vamos fazer aqui também, não vamos deixar os migrantes virem pro Brasil, mandar os bolivianos embora, veja que horror”, então assim, nesse sentido ä nossa ação agora, é de não regressão, é de fazer o máximo de articulação política no sentido de que “olha veja bem em termos de migração, é muito preocupante esses decretos que ele está fazendo”, agora os Estados Unidos é um país que nem é um aderente à Convenção.

Rodrigo: Nesse sentido, essa última parte que o senhor falou me lembrou de um outro trecho do artigo que dizia exatamente, que talvez uma das coisas que explicam a medida cautelar de Belo Monte que levou ao processo de discussão de uma reforma ou até a discussão de uma extinção da Comissão, foi exatamente uma falta de sensibilidade política da Comissão, à época, pra lidar com esse caso. Então se o senhor percebe que agora, talvez pela sua entrada, isso mudou, que agora a Comissão esteja mais preocupada e mais sensível?

Paulo: É mudou já antes da minha entrada ...

Paulo: Tanto é que no Brasil, em Santo Antonio, já se fez tudo direitinho, que é o seguinte, vai lá contrata uma equipe de pessoas que vem de organizações sociais e movimentos populares, dialoga, dialoga, dialoga, e fala "olha você vai perder aqui a terra na beira da represa, mas você vai ganhar uma terra três vezes maior, você vai continuar pescando porque nós vamos montar esse centro, lá vai ter uma escola,vai ter um centro de saúde, sabe esse tipo de coisa, entregaram até com roça de mandioca...

[...] Então isso tem a ver com a sua pergunta de coalizão, Minas e Energias, eu falei assim quando eu tive com eles eu falei, quanto custa uma hidrelétrica dessas, dez bilhões de dólares? Dez bilhões de dólares, me dá cem milhões de dólares e vai ser feita essa usina sem nenhuma violação grave de direitos humanos, e eu fui a Belo Monte a convite do bispo, meu amigo, que eu premiei com o premio nacional de direitos humanos Dom Erwin Kräutler, um austríaco e em retribuição a Áustria me condecorou depois com uma das suas condecorações oficiais num jantar lá na embaixada e com o instituto socioambiental que é a ONG indigenista mais importante do Brasil e talvez a maior do mundo, fui lá tudo antes, e ainda falei pra eles, olha tudo que vocês estão me relatando eu estou anotando e vou levar diretamente ao presidente Lula de quem eu sou ministro e não sou só ministro dele, eu sou um assessor dele há vinte e cinco anos, não sei quanto tempo fazia. Agora eu quero fazer uma pergunta pra vocês, qual é a posição de vocês, não se constrói a hidrelétrica de jeito nenhum, em nenhuma hipótese ou tem algum plano em que vocês aceitariam a construção desde que a, b, c, d? O grupo rachou, rachou assim, um constrangimento e respostas, padres, freiras, índios, bispos, nas duas direções. Então eu falei olha gente, porque olha o que acontece se vocês falarem pra mim não pode construir de jeito nenhum, eu vou ter que levar a resposta que o meu papel aqui é esse, "não pode construir de jeito nenhum" agora aí nós temos um problemão. Porque essas decisões elas tem que ser tomadas por uma autoridade de governo, e nessas tomadas sempre existe uma dúvida sobre a questão da democracia, se noventa por cento dos brasileiros querem essa usina, se noventa por cento dos paraenses querem essa usina, se noventa por cento dos altamirenses querem essa usina, fica muito difícil em nome de um grupo que pode ter toda a razão do mundo, a razão de que o modelo de desenvolvimento não deveria ser esse...tudo bem mas aí é outro modelo de vida, quem for pra uma eleição presidencial propondo isso que você está propondo vai perder a eleição, e o nosso jogo é o de querer governar, porque ao governar a gente faz um monte de coisa ruim mas a gente tira quarenta milhões de pessoas da pobreza, a gente impede que um milhão de crianças morram de fome, como teriam morrido pelas estatísticas anteriores, assim, esse é o jogo da política. Então o grupo ele tem essas coisas, mas prevaleceu uma resposta de que não, não tinha muito jogo. E aí quem manda fazer Belo Monte manda fazer com essa mentalidade daquela chefe de gabinete que briga com a minha chefe de gabinete dizendo, a visão do Estado, burocrático, opressor, que não sabe conviver com os atores participando, dá muito trabalho, nós precisamos desses kilowatts, do jeito que vocês querem vai demorar mais três anos o Brasil vai ter um novo apagão, o Brasil tinha um fantasma do apagão, 2001, então não

pode voltar a ter outro apagão... Mas hoje todas as nossas decisões análogas passam por Belo Monte desse jeito que eu te falei, no caso tal de mil novecentos e oitenta e tanto, no dia tal de tal, aí não entram nas fofocas de que a Dinah não ouviu ninguém, decidiu sozinha, uma matéria de uma sensibilidade que não pode, muito menos sem ouvir o relator de país, que foi o que ela fez. Dois meses depois a Comissão recuou , você pode ver, você vai achar, e a Dilma manteve a coisa dela com impactos até hoje. Dinheiro, agora acaba de chegar uma primeira leva de dinheiro do Brasil que o governo Temer autorizou, imagina o quanto isso é constrangedor pra mim. Agora eu sou da Comissão, eu não vou ficar fazendo discussão do Brasil aqui, eu vou falar muito bem-vindo esse dinheiro, lamento que a Dilma tenha feito essa bobagem toda e agora vamos lá pedir que uma parte do dinheiro que vai pra OEA possa vir pra Comissão também. Porque a OEA demitiu funcionários nesses últimos anos todos, gente de alta especialização que mudou do Brasil pra lá, da Colômbia pra lá, de El Salvador pra lá, com família, com filhos na escola, com contrato de aluguel, e na demissão falava, nós estamos demitindo porque o Brasil está devendo dezenove milhões de dólares. Então um desgaste inexplicável, o Itamaraty se levantou em pé de guerra contra a Dilma, ali era um consenso contra ela por causa da política internacional então assim, são as questões desse contexto pra dizer. E na perspectiva do momento, eu estou otimista e pessimista, otimista com a capacidade que tivemos de reverter a paralisia de meados ano passado, com a aprovação de dinheiro, apareceu duzentos mil dólares, eu estou indo agora pra um evento de três lá o movimento sindical americano de liberdade sindical numa fábrica da Nissan Mississipi, a Nissan é Renault Nissan, e o presidente mundial é brasileiro, e o movimento sindical eu chamo pra participar mais do Sistema e esse vento vai ser particularmente importante porque o Bernie Sanders vai participar e vai participar também aquele ator o Danny Glover que já é um aliado, militante dessa luta, no Mississipi racista né. E nessas idas eu tento aproximar e vou pedir inclusive cooperação financeira do movimento sindical, pra ter dentro da Comissão uma área da relatoria especial DESC que vá cuidar só das questões do trabalho, revolução copernicana, tem pessoas ali que tem alergia, “o que aqui vai ter um colega nosso que vai cuidar só de trabalho?” É, em boa hora, e com atraso.

Rodrigo: Que é uma coisa que o Roberto Caldas defende também né?

Paulo: Claro, e daqui a pouco deveria ter um pra cuidar só de saúde, um só de educação. Ou seja, aí entra a tradição e a lei da inércia, da física, “não espera aí, é mulher, criança, indígena, LGBT, pessoas com deficiência, adultos maiores, não isso está bom, é um figurino dos últimos vintes anos”, agora daqui pra frente com a mesma importância disso, vai entrar saúde, e aí saúde e mulher, saúde e indígenas, saúde e crianças, p ir deslocando gradualmente os temas DESC. Que eu também sei, é diferente, eu não vou proibir um país de torturar e proibir um país de ter analfabetos com a mesma força cogente, porque o torturar é uma questão que você pode dizer quem tortura, é o carcereiro, é o investigador, é o policial, é não sei o que, então você vai lá. Agora o analfabetismo vai envolver a situação de recursos financeiros, no Brasil é um dos índices que nós menos avançamos nesses últimos anos, inclusive no governo Lula. É o

chamado desenvolvimento progressivo do protocolo de San Salvador e tal. Eu estou otimista no sentido de que a Comissão deu passos importantes agora, supera um pouco esse clima, que também, pelas porradas recebidas da Venezuela, cria também sabe um espírito da Comissão anti-Venezuela, anti-Equador, vai ter eleição no Equador agora que pode mudar o cenário. E por outro lado, eu não sinto que haja nos Estados hoje uma visão assim, "É muito importante ter um sistema que siga trabalhando com plena autonomia um 'monitoreio' mundial, internacional, regional", não. A discussão começa, ela resvala fortemente pra uma visão assim, "A Comissão é muito importante, ela tem um papel histórico, a Argentina, o México, a Colômbia querem apoiar, mas nós queremos também um pouco de reciprocidade", então assim passa um discurso de que "eu vou te ajudar, se você me ajudar", o que não torna o desenho impossível, mas ele é muito mais difícil e operoso do que se houvesse um espírito que não existe, em que os Estados decidem. Então a minha discussão com os meus companheiros venezuelanos é dizer, "Vocês são estúpidos, isso tudo que vocês estão fazendo agora é todo na lógica de quem é governo, e acha que vai ser governo pra sempre, não vai, então na hora que vocês deixarem de ser governo, a população da Venezuela vai deixar de ter um recurso que ela tinha antes de vocês assumirem com o Chavez e com o Maduro, que vocês cortaram, que podia recorrer, e vocês vão precisar". A minha amiga Dilma não teve constrangimento em recorrer o caso dela, e apresentou o caso, quando ela declarou morte dessa Comissão, você entendeu como é que é complicado, a contradição desse negócio, está lá. Quando me pediram pra eu dar uma olhada, eu falei, será que ela não percebe que tem um problema, ela tirou recurso, tirou embaixador, o Brasil não paga por causa disso. Ao recorrer ela está confessando um reconhecimento de autoridade, o que que é isso, que inconsistência é essa? Mas não cabe a mim abrir a boca sobre isso, eu não posso opinar sobre casos brasileiros, então é uma situação constrangedora que está dada. Agora, não tem um país hoje que tenha uma relação de aplausos ao sistema.